



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343-B, DE 2017**  
**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 343-B, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo). EMENDAS DE PLENÁRIO DE NºS 1 a 65: tendo parecer proferido em plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; pela inadequação*



*financeira e orçamentária das Emendas de nºs 7,8,16 a 18, 48 e 52; e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas de nºs 7, 8, 16 a 18, 48 e 52 (Relator: Dep. Pedro Paulo). Parecer reformulado, proferido em plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64, na forma da subemenda substitutiva global; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Subemenda Substitutiva Global da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo).*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de retirada de pauta com o seguinte teor:

*Senhor Presidente:*

*Requeiro, nos termos do art. 83, parágrafo único, inciso II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia do PLP nº 343, de 2017.*

*Sala das Sessões, 10 de maio de 2017.*

*Deputado GLAUBER BRAGA*

*Líder do PSOL*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base do Governo toda vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base do Governo vota “não”.

Como vota o PT?

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”, Sr. Presidente, porque a votação do mérito já será nominal. No mérito, já terá que haver a presença dos Parlamentares.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota contra.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 109.3.55.O**  
**Data: 10/05/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa Destaque de Bancada nº 35, do Democratas, com o seguinte teor:

*Sr. Presidente,*

*Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 161, I e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do(a) § 3º do artigo 3º do Substitutivo apresentado ao PLP 343-A/17.*

*Sala das Sessões, em 11 de abril de 2017.*

*Deputado Efraim Filho*

*Líder do Democratas*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

*(Pausa.)*

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não está registrado no painel o voto “não” da Rede.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita que fique consignado nas notas taquigráficas da Câmara dos Deputados o voto “não” da Rede.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PP encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base encaminha o voto “sim”.

Como vota o PT, Deputada Erika Kokay? *(Pausa.)*

A Presidência solicita a todas as Sras. e Srs. Deputados que tomem seus lugares a fim de ter início...

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT tem que orientar. V.Exa. tem que consultar os partidos para fazer a orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu consultei. V.Exa. não falou. Eu fiquei esperando.

**A SRA. ERIKA KOKAY** - Sim, mas são vários partidos. O PT não é o único partido.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Miro Teixeira, como vota a Rede?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos, em primeiro lugar, que o autor do destaque tenha o direito de explicar o porquê desse destaque. Quem se opuser à posição do autor que explique também a sua posição.

Esse ritual é minimamente necessário para a informação e a atualização do Plenário, já que houve uma interrupção prolongada desde o último momento em que votamos essa matéria.

Houve outras matérias em discussão e votação na Casa, galvanizando a atenção, inclusive a da reforma da Previdência, lá na Comissão, e chegamos de repente para votar supressões ou aditamentos.

Penso que se deve dar a palavra ou ao Relator-Geral ou aos autores de destaque.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Eu sou autora de emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Miro Teixeira, eu vou conceder a palavra aos Deputados para orientar, porque os inscritos não estão presentes, e não posso obrigá-los a estar presentes.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** - O Relator está presente? Solicito a presença do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ele está chegando.

Deputada Erika Kokay, como vota o PT?

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, há muita pressa. Essa matéria é muito importante para o País. Nós



estamos aqui estabelecendo uma orientação sem que tenhamos escutado o sentido do próprio destaque, mas o PT é contra.

O PT acha que os Estados têm que ter autonomia para recorrer à Justiça. Esse processo de renegociação tira o direito constitucional básico. Isso é anticonstitucional inclusive. Os Estados têm que ter autonomia para recorrer na Justiça acerca da renegociação das suas próprias dívidas. Diga-se de passagem, não está havendo, de fato, uma renegociação. Apenas está havendo um período de moratória do pagamento dessas dívidas.

Portanto, o Partido dos Trabalhadores vota “não” com muita convicção, e vai recorrer para que se estabeleça o respeito à Constituição.

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pelo que se percebe, esse destaque garante poderes constitucionais dos Estados. É preciso evitar a judicialização das questões, embora vejo menos problema na judicialização — ou melhor, nenhum problema — como veríamos, em épocas passadas, quando batia-se a porta de quartéis. É melhor bater à porta dos tribunais.

Agora, ostensivamente, aí está retirada uma prerrogativa dos Estados. Ou não? Cadê o Relator? Vamos esclarecer antes de votar, porque como se vota contra o próprio Estado? Como é que se vota contra a Constituição? Precisamos deste esclarecimento antes de prosseguir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Laura Carneiro.



**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, este destaque é do Deputado Onyx Lorenzoni, e é igual a uma emenda de minha autoria.

Na verdade, ele suprime um dispositivo do relatório do Deputado Pedro Paulo, que diz o seguinte: o Estado está impedido de ir à Justiça. No caso do Rio de Janeiro, isso não faz nenhuma diferença. Mas no caso, por exemplo, do Grande do Sul, já existem ações judiciais. O que está claro na Constituição Federal, no seu art. 5, dos direitos fundamentais, é que a lei não pode estipular que um ente da Federação desista de um direito, como é esse o direito de ir ao Judiciário.

Portanto, no meu entendimento, a matéria é inconstitucional. Na verdade, nós apenas estaremos resgatando a Constituição Federal, aprovando o destaque do Deputado Onyx Lorenzoni, que não afeta nem Minas Gerais, nem o Rio de Janeiro, mas afeta integralmente o Rio Grande do Sul.

**O SR. RODRIGO MARTINS** - Sr. Presidente, peço a palavra pelo PSB, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pois não.

**O SR. RODRIGO MARTINS** (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Queria só, com todo o respeito e atenção, pedir sempre que o Governo orientar — não tenho nenhum problema —, retirar sempre o PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas se assim foi feito, o erro foi da assessoria, porque essa orientação já havia sido dada há 2 semanas.

**O SR. RODRIGO MARTINS** - Aceito o pedido. O PSB encaminha o voto “sim”.



**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede está em obstrução, em protesto pela ausência do Relator para esclarecer os Deputados.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou pedir aos Deputados que façam obstrução e não votem, porque essa retirada de prerrogativa causará um grave prejuízo a cada um dos Estados. Além do mais, isso é absolutamente inconstitucional.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT muda para obstrução. O PT obstrui a votação desta matéria.

**O SR. CARLOS MANATO** (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu solicito a V.Exa. que determine a suspensão dos trabalhos das Comissões, porque ainda há algumas funcionando, e nós estamos com votação importante em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço que haja suspensão da reunião de todas as Comissões que estão em funcionamento.

**O SR. ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, subscrevi o atual destaque que é de grande importância.

O partido está acompanhando a orientação do Governo, mas reitero que é um absurdo, Sr. Presidente, retirar dos Estados a capacidade de litigar. Os Estados têm o direito de discutir na Justiça as correções aplicadas pelo Governo Federal, têm o direito de discutir na Justiça os juros que foram aplicados sobre a dívida dos Estados. Os Governos Federais foram agiotas! Vou repetir: foram agiotas, roubaram dos Estados com a aplicação de uma taxa de juro que nem agiota praticou no Brasil.



Portanto, nós precisamos garantir, através deste destaque, que os Estados tenham, sim, o direito de acordar com a União, mas também a possibilidade de entrar na Justiça para discutir. Esse é um princípio constitucional. Nós temos que ter, Sr. Presidente, a capacidade de defender direitos.

Não é possível que a União continue com sua senda de destruir a Federação brasileira. Não é admissível!

Eu faço um apelo a todos os Parlamentares, a todos os partidos para que votem “não”, inclusive para que façamos uma verificação. Não é possível que a União queira impor aos Estados a retirada de um direito fundamental, que é o direito de se defender. Isso hoje vale para o Rio Grande do Sul, para o Rio de Janeiro, para Minas Gerais, mas vale para todos os Estados da Federação.

Não é possível que a União queira retirar dos Estados o direito de defender o direito de seus concidadãos. Cada um de nós está aqui porque veio para cá pelos cidadãos de nossos Estados, que juramos defender.

**O SR. OTAVIO LEITE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Otavio Leite. *(Pausa.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL altera a orientação para obstrução.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é exatamente no plenário onde nós vivenciamos o clímax do processo legislativo.

Essa matéria vem se arrastando há cerca de 2, 3 meses. Aliás, ela vem desde dezembro, porque teve, na verdade, duas fases: um primeiro projeto,



proveniente do Governo do PT, que propunha também muito rigor; depois, um segundo projeto, que agora estamos examinando.

Depois de muito debate, sabemos que é um tema extremamente complexo, que o desequilíbrio nas contas públicas nos entes federais significa uma realidade inquestionável, e que é preciso que ofereçamos aos Estados em situação mais precária a saída do atoleiro. Esse projeto oportuniza isso, é óbvio, dentro de muito rigor.

Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a todos os Deputados e a todas as Deputadas que nós cumpramos o nosso dever, que é votar “sim” ou “não”, mas é indispensável que esta matéria seja ultrapassada.

Há muito ela já vem sendo debatida. Todos têm consciência, às vezes há muitas incompreensões até sobre o conteúdo da proposta, mas nós não podemos nos furtar à nossa responsabilidade.

Faço um apelo para todos os Deputados e todas as Lideranças que venham ao plenário, porque há outras matérias que são objeto de apreciação. Nós não podemos prosseguir prorrogando a definição sobre este tema.

Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. que fizesse um comunicado circular para todas as Lideranças, para todos os Deputados, que venham ao plenário cumprir o seu dever e votar “sim” ou “não”, mas, sobretudo, votar.

O Plenário é soberano, e, como eu disse, o clímax do processo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente...**

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Convoco os Srs. e as Sras. Deputados a virem ao plenário.**

As votações terão efeito administrativo.





**O SR. WELITON PRADO** - PMB, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho, Deputado.

O Deputado Esperidião Amin pediu a palavra antes.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu havia prometido a mim mesmo não falar sobre este projeto, mas neste caso nós retiramos esta matéria do texto do Projeto de Lei Complementar nº 257, porque é inconstitucional.

Renunciar por lei federal ao direito de reclamar é a volta à escravidão, num momento pouco apropriado, porque faltam 3 dias para a Lei Áurea.

É inconstitucional! É inócuo! É uma perversidade inútil que só vai dar discurso para quem quiser investir contra o Governo, porque tem razão. Como se vai exigir por lei complementar a renúncia ao direito de reclamar em juízo? Que Estado de Direito é esse?

Por isso, nós retiramos esta matéria do PLC 257. Peço perdão, mas sou obrigado a votar “não”. Peço desculpas especiais ao meu amigo, Deputado Simão Sessim, que deu essa orientação equivocada.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PMB está querendo orientar.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB logicamente vota “não”. Esse destaque é totalmente inconstitucional. Como vai se obrigar os Estados a abrirem mão de entrar na Justiça? Se fosse num contrato se poderia fazer isso, na lei isso é totalmente inconstitucional.



Por isso, votamos “não”. Somos contra inclusive o mérito da matéria. Minas Gerais é contra. Defendemos fazer um encontro de contas com a Lei Kandir. Minas Gerais deixaria de ser um Estado devedor e passaria a ser credor. E não sacrificaria o nosso patrimônio, no caso as nossas companhias — CEMIG, COPASA —, não sacrificaria os servidores públicos, que vão ficar sem reajustes, além de prejudicar a população porque será proibida a realização de concurso público.

É um projeto maléfico à população. E tudo que é contra a população — reforma previdenciária, reforma trabalhista, terceirização — o PMB vota contra.

Por isso, o nosso encaminhamento é “não”.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (DEM-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer uma contribuição.

Eu votei a favor do texto principal dessa matéria. Entendo que ele é necessário principalmente aos Estados cuja situação é quase de insolvência.

Todavia, Sr. Presidente, não é possível irmos contra a proposta do Deputado Onyx Lorenzoni, por coerência constitucional. O direito de ação é um direito indisponível, indisponível!

O acesso à Justiça é uma garantia constitucional, e não cabe ao Presidente da República afastá-la, não cabe ao Governador do Estado afastá-la, não cabe ao Prefeito da cidade afastá-la, porque é um direito da sociedade.

Portanto, o direito de ação de acesso à Justiça é uma garantia constitucional, e parece-me que estamos cometendo um grave equívoco, porque esse texto quer retirar dos Estados, das Unidades da Federação o acesso à Justiça, uma garantia constitucional.



Nós não podemos neste momento retroceder ao texto constitucional. Um projeto de lei complementar que se contrapõe ao texto da Carta Maior é um texto inconstitucional.

O texto que estamos votando hoje — estou com o texto do projeto — diz que o Estado renuncia ao direito de ação. Isso não é possível, Sr. Presidente. Isso não é possível. Esse direito é um direito indisponível, com todo o respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

**O SR. CHICO LOPES** (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB entra em obstrução.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero fazer uma referência ao nosso Ministro Osmar Serraglio em relação às críticas que estão fazendo a ele no que diz respeito à questão do Maranhão.

Especificamente nesse caso, são baderneiros, não são índios, que invadiram e assaltaram propriedades rurais, inclusive de pequenos produtores rurais. Aquela morte que aconteceu foi uma morte encomendada. Essa a denúncia que estão fazendo. O Deputado Nilson Leitão, que é o Relator da CPI da FUNAI, viu os abusos e os absurdos que estão ocorrendo no Brasil inteiro.

No caso do Maranhão, estive lá com o Deputado Weverton Rocha, que também está na condução desses trabalhos, para ver os abusos que os indígenas estão cometendo contra pequenos trabalhadores, produtores rurais.

Portanto, Osmar Serraglio, homem de bem, não merece o que estão fazendo com a sua pessoa. Por isso, estou solidário ao nosso Ministro da Justiça. Parabéns



ao Presidente Michel Temer, que escolheu uma pessoa decente para comandar aquela Pasta!

Ainda com relação ao que disse o ex-Presidente da FUNAI, estão lá dentro da FUNAI e dentro do Ministério da Justiça petistas que estão desde o tempo do José Eduardo Cardozo. Ele ainda não conseguiu tirar. Essas pessoas estão jogando bolas nas costas do Ministro e do Presidente Michel Temer. Várias ONGs também estão lá dentro. Isso é extremamente importante para que possamos mostrar a verdade no seu tempo.

Obrigado, Presidente.

**O SR. AFONSO MOTTA** - Peço a palavra para orientar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT encaminha o voto “não”, porque tirar o direito de ação é retirar princípio constitucional básico e elementar para os Estados, mas também para a cidadania. Por isso, reitero que o PDT vota “não”, Sr. Presidente.

**A SRA. LUZIA FERREIRA** (PPS-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PPS também vota “não”. Peço a V.Exa. que mude a orientação que está no painel.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas ler o art. 5º da Constituição, inciso XXXV, que diz: *“A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”*.



É a inconstitucionalidade desse artigo, Sr. Presidente. É um completo absurdo. V.Exa. zela pela Constituição Federal, e zelar pela Constituição Federal é votar “não” a essa matéria.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta é uma votação muito importante, porque subtrair a prerrogativa dos Estados de pleitearem seus direitos no âmbito judicial é impor aos gestores estaduais a prevaricação. Se o Estado está preterido nos seus direitos, é obrigação do Governador e da Governadora reivindicar, no Judiciário, os direitos que são de interesse público.

Portanto, nós não podemos permitir que a lei ganhe esse texto.

Nós do Partido dos Trabalhadores estamos em obstrução. Somos contrários ao texto do PLP do Relator. Estamos em obstrução porque a nossa bancada está hoje em Curitiba, numa grande mobilização cívica pela democracia, em defesa do Presidente Lula, contra os ataques da Lava-Jato à sua liberdade política de, no Brasil, representar um projeto que melhorou a vida do povo brasileiro.

Não há sequer pista para prova. Chega ao limite do ridículo dizer que há uma cozinha de um apartamento que talvez um dia viesse a ser, que há o pedalinho de um sítio que talvez um dia viesse a ser. E isto vindo de um juiz que deveria ser juiz, e atua como promotor, acusando e cometendo atos de ilegalidade, como condução coercitiva sem convocar a depoimento, com gravação da Presidente República e divulgação ilegal, tanto a gravação quanto a divulgação, dizendo que a opinião pública, num período pré-*impeachment*, tinha que ter acesso a essas informações.

Por isso, a nossa bancada orienta obstrução.

Obrigado, Presidente.



**O SR. ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pois não.

**O SR. ONYX LORENZONI** (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Eu quero pedir aos membros do Democratas que venham ao plenário, e peço principalmente às bancadas dos Estados do Sul, do Centro-Oeste e do Sudeste, porque é muito importante preservar o direito que os Estados da Federação têm de poder ajuizar ações para discutir juro, correção, seja na ação que for do poder central, que visa, na verdade, não apenas retirar direitos, mas atribuir encargos indevidos às unidades federativas.

Então, volto a apelar a todos os Parlamentares: votem “não”, para que nós consigamos suprimir do texto a inconstitucionalidade que está expressa nesse artigo e da qual o destaque faz remoção.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós estamos vivendo no Brasil já o reflexo da lei que nós votamos no Congresso Nacional — aliás, nós não, porque eu não votei nessa lei, nem a bancada do Partido dos Trabalhadores —, a lei que limita gastos por 20 anos.

Os Estados que estão endividados vieram pedir socorro à União — e daqui a pouco serão os Municípios brasileiros que virão pedir socorro à União — exatamente para que tenham condições de fazer uma gestão que melhore a vida do seu povo. E a União diz aos Governadores *“Tudo bem, eu renegocio, eu alongo a dívida, mas imponho regras”*. Assim, fica difícil até as Assembleias Legislativas votarem.

Por exemplo, se o Estado do Pará vier pedir socorro à União para renegociar uma dívida, o Governo Federal vai dizer para o Governo do Estado: *“Tudo bem, só*



*que vocês têm que vender a Companhia de Saneamento do Pará — COSANPA*". Aí o Governo do Estado vai ter que vender a COSANPA a preço de nada. Na prática, é isso que está acontecendo.

Então, vamos jogar aberto aqui: nós estamos vivendo o reflexo de uma lei que limita gastos. É o que está acontecendo com a FUNAI. Tem que demarcar a área indígena, mas não tem dinheiro para demarcar, não tem funcionários. Está acontecendo com o INCRA. Tem que fazer a reforma agrária, mas não tem dinheiro. Acabaram com o INCRA. Acabaram com o Ministério da Reforma Agrária.

Não vai dar certo! Essa conta não fecha, não fecha! Este País não tem como caminhar desse jeito.

É por isso que a nossa bancada está em obstrução.

**O SR. JOSE STÉDILE** (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSB quer mudar para "liberado".

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos nossos colegas do PP para que venham ao plenário, afinal estamos votando e concluindo hoje, se Deus quiser, a recuperação dos Estados, o Projeto de Lei nº 343, de 2017. Precisamos muito que o quórum chegue ao número de presentes na Casa, que está acima de 400, Sr. Presidente. Faço esse apelo aos que estão em várias dependências da Casa: venham ao plenário!

E reforço, Sr. Presidente: votem "sim". É uma contrapartida que o Governo exige.

**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS pede ao plenário que vote "não". Não é justo! A parte mais



fraca do elo entre o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal é o Estado, em relação ao Governo Federal. Ora, o Governo Federal quer emprestar, mas está dizendo: *“Eu empresto, mas você tem que abrir mão de todas as prerrogativas de pedir na Justiça aquilo a que você tem direito”*. Não é justo isso!

Portanto, o PHS também vota “não”.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (Bloco/PTN-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de convocar a bancada do Tocantins e a do PTN, Sr. Presidente, para virem votar.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, peço a divulgação nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil* deste meu pronunciamento pela passagem da data de emancipação do Município de Rafael Jambeiro.

Saúdo a ex-Prefeita Cibele, a Zezé e a Carminha, lideranças hoje na oposição. O povo de Rafael Jambeiro tem a expectativa de voltar a ser feliz, com a liderança do Partido dos Trabalhadores no Município. Estamos na oposição no Município, com muitas realizações e serviços prestados ao povo de Rafael Jambeiro, povo querido, generoso e hospitaleiro.

Um abraço carinhoso para todo o povo de Rafael Jambeiro, em especial para a maior liderança na história do Município, a ex-Prefeita Cibele!

Muito obrigado.

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, convoco a bancada do PMDB para vir votar.

Realmente, nós queremos expressar aqui o nosso apoio incondicional ao nosso Ministro Osmar Serraglio, que está fazendo um grande trabalho, que está





propondo uma nova fase para a questão da FUNAI. Nomeou um indígena para a Presidência da FUNAI, que é o General. É a primeira vez que um indígena é Presidente da FUNAI no Brasil.

Ele está realmente colocando a casa em dia, tirando o poder discricionário das ONGs, do pessoal ideológico, que não deixa a FUNAI andar, que não quer o desenvolvimento, que não quer o índio plantando, que não quer o índio produzindo, que não quer fazer as parcerias com os agricultores, quando os indígenas querem isso.

Índio não é bicho, para ficar em zoológico, para ficar trancado numa reserva indígena. Ele precisa trabalhar, produzir, deixar seus filhos na escola. Ele quer cidadania.

Por isso, o nosso apoio ao Ministro Osmar Serraglio.

**O SR. CAPITÃO AUGUSTO** (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só alertar toda a população de que, graças a essa lei esdrúxula que nós temos no Brasil, amanhã 37 mil presos estarão saindo dos presídios, com as malas na mão, para visitar seus familiares, graças ao indulto do Dia das Mães.

A Polícia Militar e a Polícia Civil têm um trabalho redobrado, junto com a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, porque esses presos saem e aumenta, e muito, o número de crimes em todo o Brasil.

Portanto, faço um alerta para toda a população: tome cuidado nas ruas, à noite, e em suas residências. Não deixem as suas residências abandonadas. Deixem sempre alguém cuidando, vigiando, porque amanhã, graças a essa legislação que temos que alterar — temos que acabar com esses indultos que nós



temos no Brasil —, 37 mil presos estarão saindo para passear e cometer crimes no Brasil.

Obviamente, boa parte deles não retornará ao presídio, o que faz com que a Polícia tenha um trabalho redobrado.

Fim aos indultos no Brasil!

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço coro com o Deputado Capitão Augusto em relação a essa lei de indulto e a essa criminalidade. O Rio de Janeiro de V.Exa. é exemplo claro do que está acontecendo no País. Há balbúrdia e há uma insegurança total naquele Estado, e isso se espalha para todo o País.

A criminalidade tem que ser combatida. E se joga tudo por terra, a investigação e a prevenção. Portanto, isso é muito grave. Vamos acabar com esses indultos, que põem essa canalhada na rua!

**O SR. POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedi a palavra para dizer que esse destaque é um absurdo! Quem é rábula, quem é ainda estudante de Direito sabe que o que nós estamos votando aqui é uma ignomínia, é uma coisa inaceitável! Quer-se aprovar uma lei dizendo que não pode mais ser cumprida a lei, porque a lei no Brasil diz que todo cidadão e toda instituição tem direito de recorrer à Justiça para dirimir dúvidas, fazer questionamentos, reivindicar direitos, enfim, contrapor-se aos exageros.



E é o que nós estamos tentando aqui preservar. Os destaques são exatamente para permitir que os Estados possam entrar em juízo contra a União em caso de dúvida, em caso de exagero, em caso de exacerbação, para garantir o direito do seu cidadão.

Eu sou brasileiro com muito orgulho, não sem antes ser gaúcho, não sem antes ser da minha cidade, do meu bairro, da minha casa, da minha família. Se nós não cuidarmos do nosso povo, da nossa gente, Sr. Presidente, vamos ficar à mercê da União, que está tentando, Deputado Afonso Motta, como disse V.Exa., tutelar os Estados. Nós vamos ficar aqui de joelhos para a União.

Por muito menos que isso, o Rio Grande foi farroupilha e se foi para as coxilhas pelear em defesa da nossa economia. Agora, para negociar o alongamento da dívida com a União, nós temos que nos ajoelhar, lamber bota, pedir penico? É muito feio a União exigir isso do seu ente federado, de um dos Estados da Federação, como é o Rio Grande.

Por isso, nós votamos “não”. Queremos o direito de ter direito, e, se for necessário, de questionar na Justiça essas coisas todas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Jhonatan de Jesus.

**O SR. JHONATAN DE JESUS** (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero falar que nós estávamos agora — a Comissão de Minas e Energia, a qual eu estou como Presidente — com o Ministro Fernando Coelho, debatendo as questões energéticas e minerais do nosso País.



Nessa reunião, vários Deputados fizeram questionamentos. O Ministro respondeu a todos, atendendo prontamente a cada um, colocando à disposição todo o trabalho que o Ministério vem fazendo em prol do desenvolvimento do nosso País.

O Ministro, que está há pouco tempo, há quase 1 ano, à frente do cargo, falou também sobre o projeto da mineração, dos leilões que estão acontecendo com a matriz energética em algumas partes. O marco da mineração, o qual ele citou, vai passar agora. O projeto já está na Casa Civil para distribuição. A Casa Civil está discutindo a forma de dividir este projeto do marco da mineração em três projetos, para que logo, o mais tardar no prazo de 60 dias, seja reenviado a esta Casa.

Peço a V.Exa. que, ao chegar esses projetos, nós possamos discuti-los. Esse é um tema primordial para o desenvolvimento do nosso País.

Tratamos também da questão do Linhão de Tucuruí. O Ministro Fernando Coelho Filho fez e assinou o decreto e o encaminhou para o Presidente da República, que assinou e já publicou o decreto que transfere recursos da Conta de Consumo de Combustíveis — CCC para começar a construção do Linhão de Tucuruí.

O que falta agora é o bom entendimento com a FUNAI, para que de fato o Estado de Roraima, que é o único Estado brasileiro que não está interligado no sistema nacional...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sr. Deputado, peço que encerre. Outros Deputados querem falar.

**O SR. JHONATAN DE JESUS** - Vou concluir, Sr. Presidente.



É preciso que o Estado saia da dependência da energia da Hidrelétrica de Guri, na Venezuela, e possa de fato começar a fazer parte da interligação nacional do Linhão de Tucuruí.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo.

**O SR. PEDRO PAULO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Relator do PLP 343/17, que fala da recuperação fiscal de Estados e Municípios, eu venho aqui fazer um esclarecimento do que prevê esse destaque e da tentativa de se retirar do texto o § 3º do art. 3º do substitutivo que apresentei a esta Casa.

Está havendo algumas dúvidas, alguns Deputados têm me questionado. O § 3º diz exatamente o seguinte:

*Art. 3º .....*

*§ 3º O acesso e a permanência do Estado no Regime de Recuperação Fiscal têm como condição necessária a renúncia ao direito em que se funda a ação judicial que discuta a dívida ou o contrato de que trata o art. 9º*

Em primeiro lugar, esse artigo propõe exatamente o que se propôs quando nós aprovamos o REFIS, quando nós aprovamos, em 2005, a Lei de Falências e Recuperação Judicial de Empresas. Quando se está em uma negociação com o credor, é razoável que se entre em acordo com ele e, para isso, que se retirem as



ações judiciais, para, assim, salvar a empresa ou, neste caso, o Estado, com a recuperação fiscal. Esse é um primeiro ponto.

Em segundo lugar, esse artigo só fala da renúncia das ações que discutam a dívida ou cláusulas dessa lei e o contrato do regime de recuperação fiscal.

Alguns Deputados me questionaram: *“Isso alcançará, por exemplo, os créditos futuros da Lei Kandir, se for reconhecido o direito dos Estados a receber?”* Vários Estados, como Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, têm possíveis créditos a receber da Lei Kandir, e esse artigo não tem qualquer impacto sobre esses créditos futuros. Ele se refere exclusivamente à dívida.

Outros Deputados falaram: *“Ah, não, mas é inconstitucional!”* Não há absolutamente nada de inconstitucional. Tem citação, por exemplo, ao art. 35 da Constituição. Não há nenhum ferimento à Constituição — a proposta não altera em nada a Constituição e, ainda assim, a adesão dos Estados é facultativa.

Então, eu queria fazer esse esclarecimento. É fundamental a manutenção do texto original, para que nós possamos estabelecer esse instrumento, que é um instrumento de acordo de Estados com o Governo Federal e as Assembleias. Que se possa ter esse instrumento disponível para o Brasil, para esses Estados que tanto precisam da recuperação fiscal para evitar a falência, evitar processos de intervenção, colocar salários em dia e regularizar serviços públicos em todas as áreas.

Por isso, esse esclarecimento ao Plenário sobre a importância da manutenção do texto. E por isso a defesa, principalmente da base do Governo, do voto "sim", para que se mantenha o texto original.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 272 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O art. 272 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados diz:

*Art. 272. Será permitido a qualquer pessoa, convenientemente e portando crachá de identificação, ingressar e permanecer no edifício principal da Câmara e seus anexos durante o expediente e assistir das galerias às sessões do Plenário e às reuniões das Comissões.*

Hoje saiu uma liminar do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Fachin, que libera acesso ao Congresso em votação da reforma da Previdência.

*O Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar para permitir a entrada de qualquer pessoa no Congresso Nacional durante a análise e votação da reforma da Previdência. Segundo o Ministro, o povo tem o direito e o dever de fiscalizar os Parlamentares, cujas decisões terão impacto direto em suas vidas.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, a questão de ordem, Deputado. A questão de ordem já foi feita.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - É a questão de ordem, com base no art. 272.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - E eu respondo a V.Exa.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, eu vou completar o meu tempo, que é regimental, de 3 minutos.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não, não, V.Exa. faça a questão de ordem. Faça a questão de ordem, e não discurso.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Eu vou complementar. A questão de ordem está sendo concatenada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, V.Exa. já fez a questão de ordem.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - V.Exa. não vai utilizar desse expediente de fazer com que o Parlamentar não tenha direito de fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu não estou usando de expediente nenhum, não. V.Exa. tem o direito de falar, mas da questão de ordem.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Eu tenho 3 minutos para concluir a minha questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas não é discurso, é questão de ordem.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - E é exatamente sobre esse tema, é o mesmo tema, com base no art. 272, que diz o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Questão de ordem.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - A questão de ordem é baseada no art. 272.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já fez a questão de ordem.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - O art. 272 diz que será permitido o acesso ao plenário da Câmara dos Deputados, às suas galerias, e aos corredores.

A decisão do Ministro Fachin diz:

*O direito de acesso e acompanhamento dos trabalhos legislativos no âmbito do Congresso Nacional é*





*consequência do comando constitucional previsto no artigo 1º da Carta Magna, o qual dispõe que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem por fundamentos: a soberania, a cidadania (...) — e por aí vai.*

Essa foi uma decisão do Supremo Tribunal Federal. O que aconteceu ontem aqui na Câmara dos Deputados diz respeito ao art. 272. As galerias vazias, como temos aqui hoje, é um desrespeito às pessoas que vêm para participar do processo de deliberação.

Na CPI FUNAI e INCRA, lembra-me aqui o Deputado Ivan Valente, há o impedimento de ingresso de pessoas inclusive que estão sendo indiciadas. Lá eles estão propondo o indiciamento de pessoas que faleceram em 2008.

Quero saber de V.Exa. se já foi notificado da decisão do Supremo. Solicito que o Regimento seja respeitado e que isso não venha a se repetir na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Todo o Regimento tem sido respeitado. Todos aqueles que respeitem as regras da Câmara dos Deputados, a ordem e não coloquem em risco a vida de Parlamentares e de servidores serão sempre bem-vindos.

A decisão do Ministro Fachin é parcial, e V.Exa. certamente terá acesso à decisão, em alguns minutos, que não é na linha do que V.Exa. anunciou neste momento.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Como não é nessa linha, Sr. Presidente? Em que linha é?.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma manifestação aqui relacionada a uma votação que teremos na sequência.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Fiz uma leitura de aspas da decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Afonso Hamm está com a palavra.

**O SR. AFONSO HAMM** - Eu gostaria que o meu tempo fosse retomado.

Quero falar sobre a votação que teremos, provavelmente hoje, da PEC 304 e da PEC 270, apensada, que se referem a acréscimos de incisos para darmos condições e tranquilidade para preservar rodeios e vaquejadas e expressões artístico-culturais, como patrimônio cultural imaterial brasileiro, assegurada a sua prática como modalidade esportiva, na forma da lei, preservando a questão do bem-estar animal. Isso é muito importante.

Recebemos aqui levantamento feito pelo Ministério da Agricultura, pela Câmara Setorial da Equinocultura, que nos informa que temos uma movimentação financeira da ordem de 16 bilhões somente com as atividades ligadas aos equinos, aos cavalos. Vê-se a raça Cavalão Crioulo, que é muito conhecida no Brasil inteiro, especialmente no Pampa gaúcho, no Rio Grande do Sul. E há a raça Quarto de Milha, que também é conhecidíssima. Temos, com essa movimentação, a oportunidade de gerar mais de 3 milhões de empregos diretos.

Portanto, queremos chamar a atenção ao levantamento, para que possamos fazer esse reconhecimento. Que se faça essa modificação com responsabilidade e



com transparência. É lógico que haverá regulamentação. Haverá órgãos de acompanhamento. Mas temos que permitir que os nossos rodeios, a prova do Cavalo Crioulo e do Freio de ouro, a exemplo, e que a própria vaquejada possam...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim. *(Pausa.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, eu precisarei pedir o uso da palavra pela Liderança do PSOL? Se for preciso, eu o farei. V.Exa. disse, em suas palavras...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, V.Exa. espere os outros Deputados. Se quiser falar pela Liderança, a palavra é sua.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Sr. Presidente, quero fazer um registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado Simão Sessim. O Deputado Glauber Braga quer usar a palavra como Líder.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Glauber Braga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, não diga que nós estamos mentindo, porque não estamos!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não disse isso, Deputado.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - V.Exa. disse que não correspondia à verdade dos fatos. É verdadeiro. O que fiz foi uma leitura de aspas da decisão do Ministro Edson Fachin. Vou repetir:

*O direito de acesso e acompanhamento dos trabalhos legislativos no âmbito do Congresso Nacional é consequência do comando constitucional previsto no art. 1º da Carta Magna, o qual dispõe que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)*

Essa ação ao Supremo Tribunal Federal não é nossa, inclusive, é da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.

O que aconteceu ontem aqui na Câmara dos Deputados e o que está acontecendo hoje na CPI FUNAI e INCRA é um verdadeiro absurdo.

Coloca-se uma Comissão para deliberar, como aconteceu com a Previdência no dia de ontem, e só quem pode ter acesso à deliberação são aqueles que teoricamente ou têm interesse direto e votarão, ou os Parlamentares que têm posição contrária.



Não podemos ter como regra ou como algo natural que essas galerias estejam vazias. Isso não é natural! Na CPI FUNAI e INCRA, hoje, eles querem votar um relatório de indiciamento de várias lideranças dos povos indígenas e de movimentos sociais, inclusive colocando em votação o indiciamento de uma pessoa que faleceu no ano de 2008, um processo claro de perseguição política atabalhoada.

Quando vem o Supremo Tribunal Federal e diz que esse tipo de comportamento arbitrário e autoritário por parte do Presidente da Câmara não pode se repetir e que, aqui no plenário da Câmara, necessariamente as pessoas têm que estar presentes para a discussão da reforma da Previdência, o Presidente da Câmara diz que não correspondia à realidade aquilo que eu estava colocando e lendo.

Eu li a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal. A bancada do PSOL, então, exige respeito às suas posições. Essa tentativa de intimidação, de não querer deixar que completemos o raciocínio e de não querer que o contraditório se estabeleça aqui no plenário não vai ser aceita por nós.

Se esta é a Casa do Povo, não pode ser a casa de alguns que não querem a presença do povo no Parlamento brasileiro. Essa reforma ilegítima da previdência pública tem que ter o acompanhamento da sociedade brasileira, sim, e o PSOL vai continuar brigando por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sr. Deputado, eu disse que V.Exa. não estava 100% correto na sua fala, porque V.Exa. não deve ter lido a parte final da decisão do Ministro Edson Fachin, que diz:

*Ante o exposto, defiro parcialmente a liminar requerida assegurando apenas aos representantes (...) da*



---

*Ordem dos Advogados do Brasil e — de seu — (...) Presidente (...), autores da presente impetração, o acesso aos setores da Câmara dos Deputados destinados aos cidadãos (...).*

Por isso, eu disse que V.Exa. não estava 100% correto.



**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Simão Sessim está com a palavra.

**O SR. IVAN VALENTE** - Isso para entrar na Casa já mostra que estamos em estado de exceção. Se a Ordem dos Advogados do Brasil precisa fazer...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Simão Sessim está com a palavra.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. vai falar. O Deputado Simão Sessim está na fila. Depois, V.Exa. fala — um de cada vez.

Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, oito Municípios da Baixada Fluminense — Duque de Caxias, Guapimirim, Mesquita, Paracambi, Nova Iguaçu, Queimados, Belford Roxo e Japeri — acabam de criar o Consórcio Público Intermunicipal de Agricultura, o CIABAF.

Ele foi baseado em três fatores que favorecem a atividade agrícola naquela região: disponibilidade de água e áreas próprias para cultivo, facilidade de escoamento por meio da malha viária disponível e, principalmente, proximidade do mercado consumidor local, que reúne cerca de quatro milhões de pessoas, além da população que habita também a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Um dos objetivos da iniciativa é fortalecer o trabalhador rural da Baixada Fluminense, responsável por um faturamento anual de 153 milhões de reais, com produção agrícola, bovinocultura de corte, pequenos e médios animais, bovinocultura de leite e floricultura.



Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que considere lido na íntegra este meu pronunciamento e determine sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Baixada Fluminense, região que tenho a honra de representar nesta Casa do Povo, possui enorme potencial para o desenvolvimento agrícola.

São três os fatores que favorecem a atividade agrícola naquela região: disponibilidade de água e áreas próprias para o cultivo, facilidade de escoamento por meio da malha viária disponível e, principalmente, proximidade do mercado consumidor local, que reúne cerca de quatro milhões de pessoas, além da população que habita também a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

De olho nesses requisitos, Sr. Presidente e nobres Deputados, oito Municípios daquela região — Duque de Caxias, Guapimirim, Mesquita, Paracambi, Nova Iguaçu, Queimados, Belford Roxo e Japeri — acabam de criar o Consórcio Público Intermunicipal de Agricultura, o CIABAF.

Um dos objetivos da iniciativa é fortalecer o trabalhador rural da Baixada Fluminense, responsável por um faturamento anual de R\$ 153 milhões, proveniente de produção agrícola; bovinocultura de corte, pequenos e médios animais; bovinocultura de leite e floricultura.

Esses Municípios, Sr. Presidente, são grandes produtores de carne, leite, ovo, mel, cana-de-açúcar, aipim, batata-doce, inhame, quiabo, milho verde, feijão-Mauá, jiló, banana, coco verde, goiaba, bortalha, salsa e cebolinha, entre outras culturas.





---

Por isso mesmo, o Consórcio Público Intermunicipal de Agricultura da Baixada Fluminense chega para desenvolver coletivamente uma política pública regional, de olho no aumento da produção de alimentos e na valorização do pequeno produtor rural.

Na verdade, o que se pretende é reconhecer o potencial e a importância econômica da atividade agrícola na região pelos empregos e renda a serem gerados para a população local e para os Municípios. O projeto visa ainda, por sua vez, proporcionar apoio aos trabalhadores do campo, pela importância social e também pela importância ambiental do desenvolvimento de uma agricultura sustentável e alinhada à necessidade de produção e conservação das áreas ambientais protegidas.

Portanto, Sr. Presidente, não há dúvidas de que o CIABAF vai conseguir implantar políticas públicas comuns entre os Municípios envolvidos neste projeto para transformar a Baixada Fluminense em polo produtor de alimentos, valorizando o produtor rural, facilitando ainda a comercialização e o fornecimento de alimento para os Municípios da região, a exemplo da Merenda Escolar.

É como disse o reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Ricardo Beraba: *"O CIABAF significa mais oportunidades para milhares de famílias que vivem da terra, mesmo em um ambiente tão urbano quanto a Baixada Fluminense"*.

Felicito os Prefeitos e os Secretários de Agricultura dos Municípios consorciados pela feliz iniciativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos usar o bom senso!

V.Exa. acabou de ler a parte final da decisão que o Deputado Glauber Braga leu.

Veja, se nós precisamos que a Ordem dos Advogados do Brasil vá ao Supremo Tribunal Federal para adentrar a Casa e se a Ordem dos Advogados do Brasil, que é indicada para abrir a porta, tem que ir ao Supremo, nós já estamos em estado de exceção, em estado de sítio.

Hoje aqui se está votando o relatório da CPI da FUNAI, mas líderes indígenas não podem entrar na Casa. Isso o chefe da segurança disse a este Deputado. Quando o questioneei, ele disse que era ordem do Presidente da Casa.

Sr. Presidente, como V.Exa. pode impedir que lideranças indígenas acorram à Casa se são exatamente eles que estão sendo absolutamente trucidados pela bancada ruralista e querem se defender porque não foram ouvidos na CPI?

Nós não podemos passar a imagem desta Casa trancada, cercada, em estado de sítio, em estado de exceção. Isso é um absurdo! Não vamos corroborar isso, Sr. Presidente.

Essas portas precisam ser abertas! Essas galerias precisam ser abertas! Esta é a Casa do Povo.

Sr. Presidente, se V.Exa. não quiser macular a sua imagem, abra a Casa do Povo. Se alguém adotar atitudes incompatíveis dentro da Câmara dos Deputados, a Polícia Legislativa vai tomar as devidas providências, mas ela não pode impedir a



entrada de qualquer cidadão que queira adentrar a Casa, que queira fiscalizar, que queira participar, que queira dialogar, que queira legitimamente pressionar.

Nós, do PSOL, não vamos tolerar isso. Portanto, não só vamos à Justiça, como também vamos enfrentar esse tipo de ordem. Já estou determinando que vamos enfrentar esse tipo de arbitrariedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ótimo.

Tem a palavra o Deputado Evandro Gussi.

**O SR. EVANDRO GUSSI** (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, a Constituição garante e deve continuar garantindo todo o controle público das ações parlamentares, que são inclusive televisionadas e conhecidas por todos — isso precisa acontecer —, agora, V.Exa. foi eleito para coordenar a ordem e a segurança na Casa.

O que mais me assustou em eventos recentes aqui foi o incentivo de Parlamentares a atos de violência, de agressão, e bombas que explodiram dentro da Casa, que poderiam ter ferido gravemente pessoas que não têm nenhuma relação com o processo legislativo em si.

Então, eu acho que temos, sim, que garantir, que disciplinar. Aqueles que vêm para cá para acompanhar e tudo mais precisam ter efetivamente seus direitos garantidos. Agora, aqueles que vêm para colocar em risco a segurança, V.Exa. tem que analisar.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Deputado, quais Parlamentares incentivaram a violência?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Daniel Almeida está com a palavra.



V.Exa. não foi citado, Deputado Glauber.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Tem que nominar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Ele não citou o seu nome, Deputado.

Ele não citou o nome de V.Exa.

O Deputado Daniel Almeida está com a palavra. *(Pausa.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Quais foram os Parlamentares...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Daniel Almeida está com a palavra. *(Pausa.)*

Ele não citou seu nome, Deputado.

O Deputado Daniel Almeida está com a palavra. *(Pausa.)*

Pela Minoria, tem a palavra o Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

Há uma ordem. O Deputado Daniel Almeida quer falar, mas não consegue.

Não há som? Fale, Deputado. *(Pausa.)*

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Que Parlamentares incentivaram a violência?  
Isso tem que ser dito! Não se pode jogar palavras ao vento assim!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, pela Liderança da Minoria.

Só 1 minutinho, o Deputado Daniel Almeida está com a palavra primeiro.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, quero também fazer uma reflexão com V.Exa. e com toda a Casa a respeito desta situação, que é um verdadeiro estado de exceção. Isso não é normal, é grave. Nós não podemos tratar os debates nesta Casa com dois pesos e duas medidas.



Nós já tivemos no passado essas galerias ocupadas: Parlamentares trouxeram para cá grupos para fazer pressão. São legítimas essas pressões. Nós temos que resguardar a liberdade de manifestação de cada Parlamentar da Casa, mas não fechando as portas.

Nós temos que adotar medidas rápidas, sob pena de este Parlamento perder a capacidade de cumprir a lei, de cumprir a Constituição e de ser o que é: o espaço da democracia, da expressão das vozes das ruas, das vozes de cada segmento.

Então, é responsabilidade de V.Exa., nobre Presidente, cuidar das prerrogativas da Casa...

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, pela Liderança. *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente, eu queria a atenção de V.Exa...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** - ... e fortalecer esta instituição. Para concluir, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Espere aí, Deputado. O Deputado Daniel Almeida está com a palavra. V.Exa. espere 1 minutinho, por favor.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente, eu fui objeto de constrangimento nesta Casa!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho, o Deputado está terminando de falar.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Sr. Presidente, está demais a situação!



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Daniel Almeida está com a palavra.

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO** - Eu quero a palavra, porque eu quero ponderar a V.Exa. a situação que nós estamos vivenciando aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Daniel Almeida...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** - Só contribuindo para este debate, para esta reflexão, porque eu sei que é uma preocupação de V.Exa., faço um apelo no sentido de que seja restabelecida a ordem no funcionamento da Casa, com garantia de acesso ao espaço àqueles que querem vir aqui acompanhar as votações e se manifestar.

Para concluir, faço outro registro, Sr. Presidente: o Município de Capim Grosso, da minha região, completou 32 de emancipação política no dia de ontem. Estive no Município de Capim Grosso na segunda-feira, ao lado da Secretária do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, do Estado da Bahia, Olívia Santana, e da Prefeita do Município, Lydia Pinheiro, entregando uma unidade do Programa de Microcrédito do Estado da Bahia — CREDIBAHIA, agência de crédito para o microempreendedor.

Quero aqui me congratular com todos os munícipes de Capim Grosso, com a comunidade local, pelo êxito da inauguração dessa unidade. Ao mesmo tempo, cobro do Governo Federal a abertura da agência do INSS que está construída há mais de 1 ano, mas sem prestar serviços à comunidade.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, nós estamos vivendo no Brasil os reflexos de uma lei que a maioria dos Parlamentares desta Casa aprovou, a do limite de gastos por 20 anos.

Essa lei começa a ter reflexos e já levou o Governo do Presidente Temer para o buraco, com mais de 90% de rejeição. O País parou de funcionar. Todas as políticas que estavam indo bem, que estavam recebendo investimentos, começaram a não receber mais recursos. Na área agrária e fundiária, o INCRA não tem dinheiro, a FUNAI não tem dinheiro, o Ministério da Reforma Agrária foi extinto. E está aí a crise.

Índios do Maranhão que reivindicam a demarcação de 14 mil hectares de terra — prestem atenção! —, foram os primeiros índios no Brasil a receber, em 1718, uma sesmaria. Agora eles estão querendo essa demarcação de 14 mil hectares de terra, e a FUNAI diz que não tem dinheiro.

E o Presidente da FUNAI é demitido porque o Ministro da Justiça é um reacionário. Nas entrevistas dadas pelo Ministro, a primeira coisa que ele falou — prestem atenção! —, referindo-se aos índios que são donos daquelas terras desde 1700, foi: “os *supostos índios*”. Então, por essa declaração, na minha avaliação, o Ministro deveria ter caído, e não o Presidente da FUNAI.

Este Governo está em crise porque não libera recursos para que as políticas possam ser concretizadas, especialmente depois de um governo que vinha construindo creches, construindo Unidades Básicas de Saúde, construindo UPAs.



---

O *Bom Dia Brasil* de segunda-feira fez uma reportagem e mostrou que há hoje no Brasil pouco mais de mil construções prontas para funcionar, entre elas, mais de 150 UPAs. No Estado do Pará, há várias UPAs paradas, verdadeiros hospitais, e o Ministro da Saúde diz: *“Faltou planejamento. Não há dinheiro”*.

Ora, não há planejamento neste Governo, neste Ministério. Não há dinheiro neste Governo, neste Ministério, para dar sequência às políticas públicas. A Presidenta Dilma planejou. E planejou o quê? Planejou o Mais Médicos e colocou o Mais Médicos para funcionar. E tinha que construir as unidades de saúde, porque, antigamente, quando havia médico, não havia unidade de saúde; quando havia unidade de saúde, não havia médico. E agora o Governo vai paralisando tudo.

Assim acontece com as rodovias. Lá na Amazônia, pelo menos no Pará, no mês de julho, termina o período chuvoso. De janeiro a julho temos chuva. Então, de julho a dezembro é o período para começar a construir, asfaltar, restaurar, conservar as rodovias federais, que lá correspondem a aproximadamente 5 mil quilômetros. E o dinheiro que o Ministério dos Transportes e o DNIT têm disponível é uma mixaria, é uma bagatela. E nós estamos lá com os asfaltamentos parados, tentando buscar alternativas.

Em um trecho da BR-163, por exemplo, mais propriamente do Município de Trairão até o Distrito de Moraes Almeida, no Município de Itaituba, há uma obra que começou há 4 anos. Agora estão levando o Batalhão de Engenharia do Exército situado em Santarém para fazer essa obra. Ora, esse Batalhão de Engenharia do Exército vai demorar no mínimo 5 anos para asfaltar 60 quilômetros de estrada. Essa é a realidade. O Batalhão de Engenharia tem outra dinâmica de trabalho,





diferente da dinâmica das empresas, que podem, se houver dinheiro, asfaltar os 60 quilômetros em até 1 ano ou, no máximo, em 2 anos.

Povo do Pará, povo da Transamazônica, povo da Cuiabá-Santarém, com esses orçamentos, nós estamos correndo o risco de ver demorar mais 10 anos o término do asfaltamento de duas rodovias que já foram abertas há 40 anos. Quarenta anos são 4 décadas.

Para V.Exas. terem ideia, de Marabá até Altamira e Rurópolis, existem 49 pontes de madeira para serem feitas em concreto, e a maioria das obras já está licitada e contratada. Existem 300 quilômetros de asfalto, e não existe uma ponte de concreto pronta. Há obra de ponte lá que começou há 40 anos, há 20 anos, há 10 anos. Há ponte que tem uma banda de concreto, a outra banda não está feita. E não se começam as obras, porque agora dizem que não vai haver dinheiro, porque o dinheiro tem que ser priorizado para a Cuiabá-Santarém, por conta da soja.

Realmente, os jornais da Rede Globo mostraram os atoleiros da Cuiabá-Santarém, num trecho de 180 quilômetros, porque 3 mil carretas lotadas de soja, com 60 toneladas, em uma estrada de chão, em pleno inverno, que é o período chuvoso da Amazônia, nem sei como é que aquele negócio tem funcionado.

Então, essa conta não bate. Essa conta não fecha. E quem aprovou essa lei foi a maioria dos Deputados aqui. A bancada do Partido dos Trabalhadores, 100% dos Deputados, votou contra essa lei que limita gastos do Governo.

Estão lá as universidades. Só o Instituto Federal do Pará — IFPA tem 95 milhões de reais em obras contratadas para as instalações dos *campi* daquela universidade. Se formos ver no orçamento, há 5 milhões de reais, 10 milhões de reais. Ou seja, nós corremos o risco de ver uma obra contratada e iniciada pelo



Governo da Presidenta Dilma demorar de 2 a 3 anos para ser construída. Nós temos que denunciar essas coisas.

Nós temos que denunciar também essa tentativa desesperada, doentia, do Juiz Sergio Moro de inviabilizar a candidatura do Lula nas eleições de 2018. Sabendo que agora não pode prender mais o Lula, arma esses teatros.

Semana passada, Aécio Neves deu depoimento sobre o caso de Furnas. Eu pergunto a V.Exas. por que a imprensa não anunciou, não mostrou para o Brasil o depoimento? Mas quando é o Lula, quando é o Palocci, aí os noticiários da Rede Globo — *Jornal Nacional, Bom Dia Brasil, Jornal da Globo* e outros da *Globo News* — mostram tudo e falam de tudo. Mas o depoimento do Seu Aécio sobre o caso de Furnas ficou bem escondido. Essa é a Justiça partidarizada, é a Justiça golpista.

Sergio Moro é um golpista! Sergio Moro fez parte da engrenagem do golpe e agora faz parte da engrenagem para tentar impedir que Lula seja candidato a Presidente da República no próximo ano, porque, se o for, ganhará as eleições no primeiro turno. Este Governo não fez nada por este País em 1 ano e não vai fazer até as eleições do ano que vem. Não fez nada por este País, a não ser aprovar medidas recessivas, como as reformas que nós já votamos e a reforma da previdência.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, que está esperando há mais tempo. Depois, falarão a Deputada Luiza Erundina e o Deputado José Airton.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas esclarecer o encaminhamento e a votação da bancada do PPS. Nós temos sido, no geral, favoráveis ao projeto de renegociação da dívida dos Estados, mesmo admitindo que algumas medidas são muito duras, porque entendemos que a questão do equilíbrio fiscal, da responsabilidade fiscal é uma conquista civilizatória da sociedade brasileira construída a duras penas, e não se pode brincar com isso.

O que foi feito em alguns Estados, em particular no Rio de Janeiro, o que está aí narrado em boa parte nos enredos das páginas policiais, é o reflexo desse desgoverno geral.

As medidas duras que estão propostas, inclusive, serão objeto de avaliação pelas Assembleias Legislativas dos Estados, que foram eleitas soberanamente para conduzir os destinos das unidades federadas, e pelo Governador, seja ele o titular, seja o Vice-Governador, na ausência do titular, porque alguns estão presos.

Para concluir, nós reconhecemos a dureza das medidas, mas entendemos que a unidade federada tem soberania para aderir ou não a elas. E acho que nós não temos competência para impedir que uma unidade federada recorra ao Poder Judiciário com base no pacto federativo. Desconfio, inclusive, que essa medida seja eivada de inconstitucionalidade.



Portanto, a nossa bancada é contrária à matéria e, por isso, vai votar “não” a esta questão especificamente, por compreender ser impertinente ao modelo federativo e ao direito do ente de recorrer ao Poder que existe para isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Luiza Erundina.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, quero manifestar o meu repúdio à forma como V.Exa., Presidente de um dos Poderes de uma democracia, em um Estado Democrático de Direito, agiu. V.Exa. tem a responsabilidade e a prerrogativa intransferível de garantir o pleno exercício da democracia nesta Casa, Sr. Presidente, à frente deste Poder.

O que se viu ontem foi exatamente o oposto disso, foi uma afronta ao que a Constituição estabelece como responsabilidade de quem preside, sobretudo, o Poder mais ligado à cidadania brasileira.

Sr. Presidente, o nosso Líder, o Líder do PSOL, fez uma consulta ao Diretor-Geral. Ele informou que V.Exa. havia autorizado que os policiais usassem arma de fogo e armas letais no controle da entrada dos cidadão nesta Casa.

Isso é inaceitável! Isso é um abuso! Isso extrapola em muito a responsabilidade de V.Exa. como Presidente da Casa. V.Exa. não foi eleito para controlar de forma abusiva a ordem nesta Casa. A ordem se estabelece e é preservada na medida em que as suas prerrogativas estiverem sendo exercidas de forma razoável, de forma legítima e de acordo com os termos da Constituição brasileira.



Foi constrangedor ver no dia de ontem convidados para participar de audiências públicas na Casa serem constrangidos por forças policiais armadas até os dentes, sem respeitar sequer a liberdade dessas pessoas, convidadas pela Casa para prestar esclarecimentos e para contribuir com debates programados pelas Comissões desta Casa acerca de temas em apreciação.

Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. não foi eleito para abusar da prerrogativa de seu mandato como Presidente.

Foi constrangedor, foi uma vergonha! O País inteiro assistiu constrangido e, de certa forma, indignado à maneira como V.Exa. autorizou que se exercesse o controle nesta Casa, desrespeitando todos os limites do razoável e do justo, no sentido de garantir a normalidade democrática.

Índios e quem quer que queira, todo cidadão brasileiro tem garantido pela Constituição acesso pleno...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputada, V.Exa. já falou por 3 minutos.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** - V.Exa. está abusando de suas prerrogativas como Presidente desta Casa.

Queremos, portanto, que V.Exa. reveja o seu comportamento, a sua atitude, ou então teremos que questionar inclusive a legitimidade de sua permanência à frente deste mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Airton.



---

**O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna primeiro prestar a minha solidariedade ao maior e melhor Presidente da história deste País, o nosso companheiro Luiz Inácio Lula da Silva. Ele logo mais vai prestar depoimento ao Juiz Sergio Moro.

Eu lamento, como advogado que sou, que o País esteja assistindo a esse cenário de parcialidade de setores da Justiça e do Ministério Público, que, em vez de pautar suas ações baseados nos autos do processo, sem parcialidade, acabam politizando o caso. Isso leva o País a um confronto muito ruim para a democracia brasileira.

Eu presto aqui a minha homenagem ao Presidente Lula porque sei que ninguém neste País sofreu tanto, pela sua história de vida, como filho de trabalhador e como trabalhador. Lula foi perseguido pela ditadura militar e chegou a ser preso por defender os bens mais preciosos de uma sociedade: a liberdade, a justiça e a democracia.

Por isso nós viemos aqui trazer este apoio ao Presidente Lula. Esperamos que o Juiz Sergio Moro tenha bom senso, cautela e responsabilidade para conduzir o processo de forma isenta e, acima de tudo, com muita imparcialidade, não se deixando levar pelas pressões, sobretudo de setores da mídia, de setores conservadores da Direita brasileira, que querem ver “o quanto pior, melhor”, inclusive até desejando a volta do regime militar.

Aqui fica a minha solidariedade e o meu abraço ao grande Presidente Luiz Inácio Lula da Silva!

Muito obrigado.



**O SR. PEDRO PAULO** - Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento, como Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Beto Faro está na frente, e V.Exa. já falou.

**O SR. BETO FARO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero registrar que hoje, dia 10 de maio, vários Municípios no Estado do Pará fazem aniversário, entre eles São João de Pirabas, Mãe do Rio e Concórdia do Pará.

Quero parabenizar o povo trabalhador que ergue esses Municípios com muita força, com muito trabalho. E quero parabenizar de forma muito especial o Município de Concórdia do Pará, administrado hoje pelo Prefeito Elias Santiago, tendo à frente da Câmara Municipal o nosso companheiro Vereador Eurípedes.

Concórdia do Pará é um Município que se vem desenvolvendo a partir da agricultura familiar, da cultura do dendê, com médias e grandes empresas atuando ali. Lá também há projetos importantes nas áreas da educação e saúde.

Temos tido certa dificuldade, como todos os Municípios neste início de mandato que estão tendo, em razão de dívidas deixadas pela administração do PSDB, que estava no comando da Prefeitura no período passado. Isso tem dificultado o início de governo do Prefeito Elias Santiago.

Mas o Prefeito Elias Santiago, que conhece aquele povo como ninguém e tem compromisso com ele, já veio aqui a Brasília. Nós mesmos destinamos ao Município emendas nas áreas de educação, saúde, infraestrutura e agricultura, por exemplo, para aquisição de máquinas. E o Prefeito veio buscar emendas com outros Parlamentares também. Esperamos que, logo, logo, o Governo libere pelo menos os



---

recursos das emendas parlamentares, para que possamos, com esses recursos, voltar a desenvolver aquele Município, para fazê-lo crescer como aconteceu no mandato anterior do Prefeito Elias Santiago.

Parabéns à população de toda aquela região e, de forma especial, ao Prefeito Elias Santiago, do Município de Concórdia do Pará!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Antes de passar a palavra ao Deputado Afonso Motta, vou responder aos Parlamentares do PSOL que falaram: Deputados Luiza Erundina, Ivan Valente e Glauber Braga.

De fato, ontem, foi um dia atípico. Acredito que, para as próximas semanas polêmicas, poderemos pensar um encaminhamento para que aquelas pessoas que queiram ouvir de forma democrática o debate possam e devam estar na Câmara dos Deputados, no prédio principal nos anexos.

Em relação ao questionamento que V.Exa. fez, referente à ligação do Líder do PSOL ao Diretor-Geral, o que eu respondi ao Diretor-Geral é que fossem usados pelos policiais legislativos os instrumentos e a estrutura de proteção aos Parlamentares e aos presentes na Câmara que têm sido usados de forma permanente, nada novo. Inclusive, falei isso por escrito. Mande mensagem por escrito, dizendo a ele que aquilo que fosse instrumento de trabalho da Polícia Legislativa nos últimos anos estaria permitido; para qualquer coisa nova estaria descartada a minha autorização. Ele falou que todos os instrumentos de trabalho dos policiais legislativos são os mesmos desde a década de 80.

Se houve algum excesso em relação a esse aspecto, V.Exa. pode ter certeza de que eu tomarei as devidas medidas, porque o correto é que eles utilizem aquilo





que vêm usando nos últimos anos. Não há nenhuma necessidade de nada novo, até porque a Polícia Militar do Distrito Federal nos deu apoio nas entradas da Casa.

Sem dúvida nenhuma, em razão do que ocorreu, na semana passada, na ocupação violenta da Comissão que votava a reforma da previdência e pelas informações que nós tínhamos por parte da própria Polícia Militar e da própria Polícia Legislativa, fomos obrigados a uma decisão que foi, sem dúvida nenhuma, extrema, mas tenho certeza de que podemos, inclusive, ver, hoje, a questão dos índios. V.Exa., Deputado Ivan Valente, tem razão. Já estou aqui, de público, autorizando que se faça o cadastro para que eles possam entrar nas dependências da Câmara dos Deputados e que, nas próximas semanas, consigamos criar um filtro de responsabilidade de todos nós. Esse filtro deve ser construído de forma coletiva.

Ontem, alguns parlamentares — e que não são do PSOL, para que não haja dúvida — entraram com agentes penitenciários escondidos nos seus carros. Eu não vou citar aqui as palavras de ordem que foram ditas pelos agentes penitenciários fora do Parlamento porque são muito agressivas.

Como Presidente da Casa, que precisa garantir a ordem dos trabalhos e principalmente a segurança de cada um de nós, dos Parlamentares, dos funcionários, daqueles que estão presente, eu não poderia, de forma alguma, correr algum risco de que se repetisse o que aconteceu na semana passada. Eu não estava presente na Casa naquele momento, mas me relataram que foram situações muito perigosas.

Então, eu concordo que ontem foi um dia atípico. Eu espero que nós possamos construir, em conjunto, no diálogo, uma fórmula pela qual aqueles que querem o diálogo, aqueles que querem participar da democracia na Câmara possam



estar presentes, sim, porque muitos, ontem, não puderam participar. Portanto, eu acho que nós temos a obrigação de construir isso em conjunto. Mas, em nenhum momento, podemos deixar que entrem na Câmara dos Deputados aqueles que querem inviabilizar os trabalhos ou que querem colocar em risco a vida de qualquer um dos Parlamentares, dos servidores e de quem estiver circulando na Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente...

**O SR. AFONSO MOTTA** - Sr. Presidente...

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente. Eu quero usar a palavra para fazer uma indagação a V.Exa.

**O SR. AFONSO MOTTA** - Sr. Presidente, eu quero a palavra assegurada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a reserva de quem está votando a favor deste destaque, o PDT diz “não” à inconstitucionalidade da renúncia do direito de ação aos Estados.

E, respeitando a sua decisão, sabendo que V.Exa. está ao abrigo do Regimento Interno, reiteramos que é necessário que se tenha um tempo razoável para as votações. Faz mais de 1 hora que estamos aguardando nesta votação.

Se o Governo quer aprovar esta matéria, a base do Governo tem a obrigação de estar aqui e votar. Portanto, peço a V.Exa. que se valha do bom senso — eu sei que o Regimento lhe permite aguardar esse tempo todo — para encerrarmos esta votação. É o apelo que faço para o bom funcionamento do Parlamento.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - V.Exa. tem toda a razão. Mas como eu comecei a Ordem do Dia às 12h30min, no horário de almoço, nesta primeira votação estou aguardando um pouco mais. Espero, no entanto, que a partir da segunda votação possamos ter um ritmo mais acelerado nas votações.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma reclamação a V.Exa. Não poderia ontem não ter havido a Ordem do Dia. Não houve Ordem do Dia por interesse nos trabalhos de uma Comissão. Não se pode agir desta maneira: uma vez que interessam os trabalhos de uma Comissão, não se faz a Ordem do Dia da sessão plenária. Eu acho que não há necessidade desse desgaste todo, até porque já foi anunciado hoje que a matéria só virá ao plenário na semana subsequente. Então, não havia necessidade de ficarmos o dia inteiro ontem sem realizar a Ordem do Dia, para permitir a votação na Comissão da Reforma da Previdência.

Em relação à atitude dos agentes penitenciários, eu sou membro da Comissão Especial e quero informar a V.Exa. que o Relator colocou os agentes penitenciários no primeiro relatório e os retirou antes da votação. No segundo relatório, S.Exa. voltou a incluir os agentes penitenciários e, antes da votação, ele os retirou. Na verdade, Sr. Presidente, houve — V.Exa. tem razão — excesso dos agentes penitenciários, mas a provocação foi muito grande.

Durante a votação na Comissão Especial, o PSDB chegou a encaminhar voto favorável à matéria relativa aos agentes penitenciários — o Deputado está presente aqui, Giuseppe Vecci —, depois a reunião foi suspensa por mais de 1 hora, até chegar o Líder do PSDB e impedir o apoio do partido àquela matéria. Os agentes



penitenciários se excederam — V.Exa. tem razão, repito —, mas as provocações feitas pela Comissão também têm que ser levadas em consideração.

Era isso o que eu tinha a dizer a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima, pela Liderança do PSDB. *(Pausa.)*

Antes, porém, tem a palavra o Deputado Ivan Valente por 1 minuto.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria colocar o seguinte: nós estamos falando no geral. O que está acontecendo na Casa é porta, é grade, é impedimento.

Hoje, um agente de segurança, quando eu ia entrar com uma liderança indígena, falou que eu não podia entrar. Eu falei: *“Vai ao meu gabinete”*. *“Eu vou seguir o senhor até o gabinete”*.

Ora, se isso acontecer de novo, desculpe-me, eu vou dar ordem de prisão para o agente de segurança. Eu não admito isso, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - V.Exa. está certo. Isso não vai acontecer novamente.

**O SR. IVAN VALENTE** - Isso aqui virou uma desgraça! Aqui só há grades, e não entra povo, Sr. Presidente.

Obviamente, o povo está se irritando, porque 90% da população é contra a reforma da Previdência. No entanto, 2 centenas de Deputados, 3 centenas de Deputados vão votar contra o interesse da grande maioria da população.

Nós queremos as portas abertas para o povo. Não vamos tolerar incidência de Polícia Militar ou de polícia dentro da Câmara, armada com arma letal, como eu vi pessoalmente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima, pela Liderança do PSDB.

**O SR. PEDRO CUNHA LIMA** (PSDB-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se o momento que o Brasil vive exige reformas — e é isto o que dizemos à população —, fica impossível justificar por que não tratamos da reforma da máquina pública e do custo dessa máquina. Se o remédio é amargo, mas é preciso tomá-lo, fica difícil compreender por que o trabalhador rural tem que tomar esse remédio, e o político, não.

Muitas vezes, Sr. Presidente, quando um filho está doente, o pai ou a mãe, antes de dar o remédio amargo ao filho, toma um pouco desse remédio, para dizer que está junto, para encorajar o filho a enfrentar a dificuldade.

As diferenças, no nosso caso, nessa nossa insistência em não tratar da reforma da máquina pública, são duas. A primeira: o pai toma o remédio estando saudável, e a principal doença está aqui; a segunda: não é o povo que tem que obedecer aos políticos, somos nós políticos que precisamos obedecer ao povo.

Vamos dando sinais à população de que não vamos tratar disto, da reforma da máquina pública, e a população não aceita mais. Vamos achando que o tempo é que vai resolver e acalmar o País, e não vai acalmar. Precisamos tratar de temas que beiram a obviedade da exigência da população, para dar a ela uma resposta.

Vou falar do auxílio-moradia. O auxílio-moradia, Sr. Presidente, deve existir para quem não tem onde morar. O auxílio-alimentação deve existir para quem não tem o que comer. Nós temos uma máquina pública inchada, agigantada, repleta de espaços como esses. E não vamos falar só da classe política. Vamos avançar no Poder Judiciário, vamos avançar em todos os espaços da máquina pública, para



acabar com essas distorções. Não dá mais para juiz, no Brasil, receber auxílio-moradia. Está errado. Todos nós sabemos que está errado. “*Não, mas é uma compensação*”. Nós não estamos mais em tempo de ter compensação. Não cabem mais compensações. É preciso haver uma mudança radical em direção daquilo que é correto. Não adianta mais puxar um pouquinho para cá, um pouquinho para ali. Não dá mais.

É esse embate e é o enfrentamento dessas distorções que talvez iniciem um período de equilíbrio neste País. Não dá para pedir equilíbrio à população quando nós vivemos banhados em distorções da máquina pública.

Por isso faço um apelo — e esta não é uma pauta do Governo ou da Oposição, mas de todos nós: tomemos consciência de que é preciso levantar a bandeira da reforma da máquina pública.

Não adianta mais, não venha votar contra a reforma trabalhista, espalhar cartazes, dizer que é contra a reforma trabalhista e ficar calado quando o tema é a reforma da máquina pública, e ficar calado quando o tema são os benefícios que a máquina pública hoje entrega. Esse populismo dissimulado, enganador não cola mais. É preciso enfrentar essas obviedades. Isso traria um novo debate sobre o que deve ser o nosso Estado — o equipamento, o Estado, a máquina pública como um todo. Nisso cabem correções que se multiplicam.

Não dá mais para achar que essa pauta não existe, que essa pauta não é prioritária. Existem vários espaços que nós precisamos enfrentar com requerimento de urgência. Requerimento de urgência nisso. Votação de urgência nisso. Debate intensivo disso. Paremos por 15 dias aqui para falar sobre a reforma da máquina



pública e, aí sim, voltarmos a nos reconectar com a população. Porque existem muitas distorções, sinais de que a nossa sociedade precisa avançar.

Com toda a franqueza, um Ministro do Supremo Tribunal Federal não precisa de alguém que puxe a sua cadeira para que ele se sente. *“Ah, mas é só um gesto.”* Isso não é só um gesto, isso não é só um gesto. Isso é um símbolo de uma sociedade que ainda não avançou. Precisa de alguém que puxe a cadeira um sujeito que não tem condições de se locomover, um tetraplégico, um paraplégico, aí sim, mas um Ministro do Supremo, não.

É desses sinais, dessa nova simbologia, dessa nova linguagem que o povo brasileiro está sedento. Precisamos trazê-los para esta Casa. Isso está cada vez mais óbvio, isso está cada vez mais claro. Está cada vez mais óbvio e claro que a população não vai se contentar com o tempo, com o passar do tempo. As coisas não vão se acalmar enquanto não compreendermos a quadra democrática que o País vive. Faço este apelo a esta Casa.

Aproveito este tempo final para falar deste destaque específico do Democratas. A Paraíba tem enormes dificuldades e merece o amparo do Governo Federal. O Deputado Pedro Paulo, pelo esforço que fez, pela abertura que teve no debate, pela sensibilidade federativa que teve, sabe disso.

Portanto, o que faz um paraibano votar nesta matéria — e voto com a convicção de que uma federação não pode ser simplesmente ignorada — são as contrapartidas. Não há como dar amparo para um Estado sem exigir contrapartidas, e não dar amparo para outro Estado que também precisa.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, essa é uma das contrapartidas mais óbvias que o projeto traz. Não se pode dar uma concessão e receber daquela



pessoa que se está ajudando um processo nas costas, em que pleiteia inclusive o mesmo tema, Deputado João Gualberto — em que pleiteia o mesmo tema. Fazemos um acordo aqui, estabelecemos os nossos termos, eu quero ajudá-lo, e V.Exa. vai à Justiça me processar sobre aqueles mesmos termos que acordamos? É o mesmo que dizer: *“Não, tudo bem. Nós acordamos aqui, mas eu vou questionar isso na Justiça”*.

Aqui não se trata de uma obrigatoriedade. Não é uma imposição, para que se desista de ações. Não é obrigatoriedade. Um dos nortes desse processo é a faculdade de escolha, é a faculdade que o Estado terá de aderir ou não a esse programa.

Portanto, é preciso haver, sim, contrapartidas e é preciso aprovar este destaque. O PSDB vota “sim”, com a convicção de que na nossa Federação há outros Estados que também precisam desse amparo, de que, se não houver contrapartidas, não faz sentido aprovar esta matéria.

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. André Fufuca, 2º Vice-Presidente.*





**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Por preferência, tem a palavra o Relator, o Deputado Pedro Paulo.

**O SR. PEDRO PAULO** (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer apenas dois esclarecimentos. Primeiro, ao Líder do PPS, o Deputado Arnaldo Jordy, que orientou a bancada a votar contrariamente, a votar “não”.

Eu acredito, é claro, que o Deputado Arnaldo Jordy também tem uma preocupação grande, principalmente por ser Deputado do Pará, com os efeitos desse parágrafo, em relação a créditos futuros decorrentes da Lei Kandir. Não há qualquer relação, porque esse parágrafo é absolutamente específico, trata exclusivamente da dívida do Estado com a União. Então, não há efeitos da Lei Kandir ou de qualquer outro crédito futuro.

O segundo esclarecimento é ao meu querido professor, Governador e Deputado Esperidião Amin, que veio à tribuna falar contra esse artigo, Sr. Presidente André Fufuca, falar sobre a inconstitucionalidade e a desnecessidade desse artigo.

Quero esclarecer, Deputado Paulo Maluf, que, quando aprovamos a Lei nº 156, em dezembro, nós a aprovamos com esse mecanismo. O § 8º do art. 1º fala exatamente da renúncia de ações judiciais que os Estados têm que fazer. Posso ler o que diz o § 8º:

*Art. 1º. ....*

*§ 8º A concessão do prazo adicional de até duzentos e quarenta meses de que trata o caput deste artigo e da redução extraordinária da prestação mensal de que trata o art. 3º depende da desistência de eventuais ações judiciais que tenham por objeto a dívida ou o contrato ora*



---

*renegociados, sendo causa de rescisão do termo aditivo a manutenção de litígio ou o ajuizamento de novas ações.*

Então, eu queria esclarecer isto, que a própria renegociação de dívidas que nós aprovamos aqui em dezembro do ano passado tem um artigo, um parágrafo exatamente igual ao § 3º do art. 3º do substitutivo que apresentei, como Relator. Não há qualquer inconstitucionalidade.

Por exemplo, não há uma arguição, Deputado Simão Sessim, de inconstitucionalidade da Lei 156, do § 8º do art. 1º. Os Estados já estão se valendo do benefício da prorrogação de prazo por renúncia das ações que têm contra a União. É absolutamente natural o acordo entre as partes.

Eu ouvi Deputados falarem que há um ferimento constitucional porque se impede o direito de acesso à Justiça. Não há nenhum. Pelo contrário, há o respeito a um princípio constitucional, que é o livre arbítrio, a livre discussão entre credor e devedor.

Eu queria fazer essa ressalva, esses esclarecimentos aos Deputados, porque não há inconstitucionalidade. Nesta Casa já houve votações em que se votou exatamente a redação que está sendo aprovada no substitutivo. Ou seja, nós estamos fazendo aquilo que é natural, que é a construção de um acordo entre as partes, e que também é facultativo. O Estado que não desejar não adere ao Regime de Recuperação Fiscal.

Eram esses os esclarecimentos, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela palavra.



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Geovania de Sá. Em seguida, falarão os Deputados João Daniel, Afonso Hamm e Janete Capiberibe.

**A SRA. GEOVANIA DE SÁ** (PSDB-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria, primeiro, de registrar a presença do Prefeito do PSDB de Rio do Sul, Santa Catarina.

Na semana passada, a revista *Exame* trouxe uma matéria na qual Rio do Sul foi citada como uma das melhores cidades para se envelhecer no País, ficando na 9ª colocação.

Então, aproveito a presença do Prefeito José Thomé aqui no plenário para parabenizá-lo porque, com certeza, isso é resultado de ótimas gestões feitas no Município, o que ele, certamente, fortalecerá cada vez mais.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado João Daniel.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicitamos a V.Exa. que, durante a Ordem do Dia, sejam suspensas as reuniões da CPI do INCRA e da FUNAI convocadas neste momento.

Nós, inclusive, queremos registrar que lamentamos o fato de que, hoje de manhã, a reunião, marcada para as 9h30min, não aconteceu. Todos os representantes de entidades e advogados foram proibidos de entrar no plenário da Comissão para acompanhar a aprovação ou não do relatório.



Entre as pessoas que lá estavam e foram impedidas de entrar pelo Presidente da Comissão, estavam o Dr. Cezar Britto, ex-Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, e tantas outras pessoas.

E eu já ouvi aqui de outros Parlamentares essa reclamação.

Esta Casa, Sr. Presidente, é um espaço democrático, de debates. Não se pode fechar todos os auditórios, não se pode fechar os plenários para que advogados e representantes de entidades não acompanhem os debates.

Eu lamento profundamente que o relatório da CPI seja uma vergonha. Ele é favorável aos grandes latifundiários, aos grileiros, quer indiciar Procuradores da República, Desembargadores, funcionários públicos. Ele é a vergonha desta Casa, é a representação mais contundente do latifúndio e da violência no campo. Mas nós o enfrentaremos, denunciando-o em plenário, no Brasil e no mundo inteiro, para continuar defendendo os índios e os povos do campo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado, a reunião na Comissão está suspensa. Talvez V.Exa. não tenha tido conhecimento disso.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm e, depois, à Deputada Janete Capiberibe.

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente André Fufuca, eu queria, usando a tribuna, falar da votação importante que nós vamos ter daqui a pouco. Estou com a revista *100 Anos de Tradição dos Esportes Equestres no Brasil*. A Proposta de Emenda à Constituição que nós estamos propondo, a PEC 304, de 2017, acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal para determinar que práticas desportivas que utilizem animais,



---

a exemplo das provas equestres, não são consideradas cruéis, nas condições que especifica, respeitando o bem-estar animal.

Isso é muito importante para todas as atividades ligadas à criação das raças, como quarto de milha e cavalo crioulo, por exemplo.

Ainda ontem recebi uma correspondência do Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos — ABCCC, Eduardo Mógliá Suñé, que nos passou, inclusive, um levantamento sobre a importância, do ponto de vista econômico. Por exemplo, somente em relação ao cavalo crioulo, em todo o Brasil, e não só no Rio Grande do Sul, é registrado um faturamento da ordem de 1,2 bilhão de reais e de 280 mil empregos diretos para só uma atividade ligada a uma raça de cavalos, o cavalo crioulo. Então, nós temos aí uma atividade importantíssima.

As modalidades que nós queremos contemplar, além da vaquejada, são o rodeio, a apartação, a corrida, a prova de laço, também as rédeas, o salto, os três tambores e outras, como, por exemplo, a paleteada. Isso é importante, porque nós estamos falando de milhares de empregos, considerando as atividades somente no que diz respeito à prática esportiva.

Do ponto de vista do reconhecimento cultural — e a prática dos rodeios, do laço e a própria vaquejada é uma questão cultural —, feita conforme a regulamentação, de forma adequada, respeitando a questão do bem-estar dos animais, ela é plenamente viável.

Eram essas as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

**O SR. RUBENS BUENO** - Sr. Presidente...



**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente...

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Só 1 minuto. Só 1 minuto, Deputado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Eu gostaria...

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** - Sr. Presidente...

**O SR. RUBENS BUENO** - Vamos encerrar, Sr. Presidente.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Logo depois será V.Exa., Deputado Esperidião Amin.

Por favor, Deputada Janete Capiberibe, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. JANETE CAPIBERIBE** (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, homenageio uma categoria imprescindível para a saúde pública: os profissionais de enfermagem.

A data se comemora no dia 12 próximo, instituída por decisão do Conselho Internacional de Enfermeiros — ICN, em 1974, para homenagear a enfermeira Florence Nightingale, mãe da enfermagem moderna.

A categoria reivindica a jornada de 30 horas, estabelecida no serviço público, no meu Estado, o Amapá, ainda no Governo socialista de João Capiberibe.

Nesta Casa, apoio a iniciativa desde meu primeiro mandato. O Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, com esse objetivo, está pronto, Sr. Presidente, para ser votado. Vamos colocá-lo em pauta e aprová-lo.

Essa é a minha homenagem aos enfermeiros e enfermeiras, cuidadores da vida.



Esta Casa e o Congresso Nacional dariam um presente a todos os profissionais da área de enfermagem se fosse colocado na pauta e aprovado o Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, que reduz a jornada de trabalho dos enfermeiros para 30 horas.

Sr. Presidente, peço que seja divulgado o meu discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna para externar minha homenagem a uma categoria muito importante do setor saúde de nosso País, a classe de enfermagem. Enfermeiros e técnicos de enfermagem contribuem de forma direta para o fortalecimento de uma saúde pública e privada de qualidade, do ponto de vista assistencial, de formação e de pesquisa.

Desde 1965, comemora-se no mundo, no Dia 12 de Maio, o Dia Internacional da Enfermagem. Porém, oficialmente, a data só foi estabelecida em 1974, a partir da decisão do Conselho Internacional de Enfermeiros.

O dia 12 de maio foi escolhido como homenagem ao nascimento de Florence Nightingale, considerada a mãe da enfermagem moderna, pois Florence Nightingale, de nacionalidade inglesa, já aos 17 anos de idade, decidiu ser enfermeira, acreditando ter um chamado de Deus para fazer enfermagem.

Florence se destacou na guerra da Crimeia, da qual o Reino Unido participou entre 1853 e 1856. A partir dela seu trabalho se tornou mais conhecido, e ela foi chamada de Dama da Lâmpada, instrumento que usava durante a noite para melhor



ajudar os feridos. Florence Nightingale fundou a primeira escola de enfermagem secular do mundo na Inglaterra em 1860.

O Dia Internacional da Enfermagem passou a ser uma data comemorativa no Brasil em 1938, quando o então presidente Getúlio Vargas a instituiu. No entanto, no Brasil é comum a celebração da Semana da Enfermagem, que começa em 12 de maio, Dia Internacional da Enfermagem, devido ao nascimento de Florence Nightingale, e termina em 20 de maio, com a comemoração do Dia Nacional dos Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, instituído pela Resolução COFEN nº 294, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Federal de Enfermagem, bem como com a memória da data de falecimento de Ana Nery, conhecida como a enfermeira mãe dos brasileiros por seus relevantes serviços humanitários na Guerra do Paraguai.

Reconheço, Sras. e Srs. Deputados, o valor dos profissionais de enfermagem de nosso País que se destacam na atenção e no cuidado ao paciente em todo o processo de restabelecimento da saúde, na educação e prevenção de doenças. Atualmente, há mais de 1,6 milhão desses profissionais no País, de acordo com dados do Conselho Federal de Enfermagem — COFEN.

Anualmente, a Associação Brasileira de Enfermagem — ABEN realiza a Semana Brasileira de Enfermagem, evento em que se travam debates de cunho técnico e científico, bem como de interesse social, que tragam benefícios à categoria de enfermagem e a toda a sociedade brasileira.

Este ano o tema central da 78ª Semana Brasileira de Enfermagem é *Boas práticas de enfermagem e a construção de uma sociedade democrática*, temática de relevância devido ao momento delicado que passa o Brasil.





De acordo com a ABEN, os objetivos da 78ª Semana Brasileira de Enfermagem é discutir o conceito de boas práticas de enfermagem, relacionado ao conceito de qualidade da assistência, do ensino, da investigação e da gestão na enfermagem, além de articular o conceito e as finalidades das boas práticas de enfermagem com o trabalho da enfermagem para construção de uma sociedade democrática, reforçando a saúde como direito do cidadão e dever do Estado.

Coloco meu gabinete à disposição das causas dos profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem, por intermédio de seus sindicatos, do Conselho Federal de Enfermagem e da Associação Brasileira de Enfermagem, que tem meu reconhecimento e minha congratulação pela passagem da Semana Brasileira de Enfermagem.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho o dever de fazer aqui um esclarecimento.

O nobre Relator, Deputado Pedro Paulo, até me homenageou lembrando que a minha carreira foi o magistério, que é muito feio um suposto professor não reconhecer um equívoco. E os meus melhores professores foram aqueles que reconheceram os seus equívocos.

Quero aqui concordar com o que S.Exa. informou ao Plenário, que, no texto da Lei Complementar nº 156, § 8º do art. 1º, a exigência que agora se reproduz consta, e eu fui o Relator.



Não posso negar, parodiando Saint-Exupéry, que *“Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”* e pelas coisas que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Então, eu quero reconhecer...

Quanto à constitucionalidade, não vou retirar o que eu disse, mas vou retificar o meu voto, em homenagem ao erro de informação que prestei, pedindo desculpas àqueles que seguiram aquilo que penso, mas que não é aquilo que fiz, por ação ou omissão.

Recolho agora o meu pedido de perdão, porque eu é que vou perdoar o Deputado Simão Sessim por sua tirania durante os momentos do meu equívoco.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Sr. Deputado Celso Maldaner.

**O SR. CELSO MALDANER** (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar que técnicos do Brasil, da Alemanha e do Irã iniciaram, no último final de semana, a instalação do Radar Meteorológico de Chapecó, projetado e adquirido pela Secretaria da Defesa Civil, com recursos do Governo do Estado, num total de 12,7 milhões de reais, sendo 2,3 milhões de reais para a obra e 10,4 milhões de reais para o equipamento.

O radar, que está sendo construído e instalado no Morro da Antena, abrangerá 138 Municípios do oeste de Santa Catarina. Com certeza, vamos ter mais segurança agora contra tempestades e vendavais, principalmente porque o extremo oeste e o oeste catarinense são o celeiro do Estado de Santa Catarina.

Quero parabenizar o Governo do Estado pela iniciativa.



Sr. Presidente, peço que V.Exa. dê como lido o meu pronunciamento e que ele seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar que técnicos do Brasil, Alemanha e Irã iniciaram no último final de semana a instalação do Radar Meteorológico de Chapecó, projetado e adquirido pela Secretaria da Defesa Civil, com recursos do Governo do Estado, num total de R\$ 12,7 milhões, sendo R\$ 2,3 milhões para a obra e R\$ 10,4 milhões para o equipamento.

O radar, que está sendo construído e instalado no Morro da Antena, abrangerá 138 Municípios do oeste e extremo oeste e captará, através da torre que tem cinco andares e 16,5 metros, imagens sobre o tempo na Argentina e no Rio Grande do Sul.

A conclusão do trabalho deve ocorrer em 5 semanas. Os primeiros testes serão feitos no início de junho. Trata-se de um importante projeto, que está sendo realizado no oeste catarinense e vai auxiliar na prevenção de tempestades e vendavais, através da emissão de alertas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.

**O SR. GERALDO RESENDE** (PSDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trago aqui a preocupação que sentiu este Parlamentar ao



ler, hoje, no principal jornal da minha cidade, a seguinte manchete: *Deficientes auditivos sem atendimento em Dourados.*

Não quero aqui entrar no mérito da decisão tomada pela Prefeitura Municipal de Dourados, que descredenciou o único serviço. Os nossos pacientes estão tendo que procurar a Capital do Estado, que dista mais de 230 quilômetros de Dourados, e que procurar clínicas particulares para ter atendimento, por serem deficientes auditivos, para colocar um equipamento ou fazer alguma modificação nele.

Faço um apelo à Prefeita municipal e ao gestor municipal de saúde, Dr. Renato Vidigal, por quem tenho apreço especial, no sentido de que revejam essa decisão ou encontrem outra opção, para que os deficientes físicos e os deficientes auditivos da nossa cidade não fiquem sem atendimento.

Quero dizer da nossa preocupação, mesmo porque fui o criador da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa das Pessoas com Deficiência. Tenho militância nessa área e gostaria que os pacientes da minha cidade não fossem prejudicados por decisões que podem encontrar outros caminhos, e não a drástica determinação de cancelar o único convênio e a única possibilidade que esses cidadãos tinham em Dourados e na região.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com surpresa, recebi hoje em meu gabinete o *link* de uma reportagem publicada nesta quarta-feira no jornal *O Progresso*, um dos mais importantes impressos de Mato Grosso do Sul, ilustrada com a seguinte manchete: *Deficientes auditivos ficam sem atendimento em Dourados.*



Entrei em contato com minha assessoria em Dourados e confirmei que, de fato, mais de 3 mil pessoas com deficiência auditiva estão sem atendimento pelo Sistema Único de Saúde — SUS, porque a Prefeitura de Dourados decidiu, simplesmente, descredenciar a única empresa que prestava serviço aos deficientes auditivos, com o fornecimento de aparelhos, avaliação clínica e manutenção dos mesmos.

Na condição de fundador da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa das Pessoa com Deficiência e de membro atuante dessa mesma frente, não posso me calar diante do crime que se perpetua neste exato momento na cidade mais importante do interior de Mato Grosso do Sul e que vitima mais de 3 mil pessoas carentes, que não têm quaisquer condições financeiras de arcar com as despesas do tratamento auditivo.

Cada aparelho auditivo fornecido pela empresa que era credenciada junto ao Ministério da Saúde custa, em média, R\$ 2 mil, valor que é coberto pelo SUS. Ainda assim, os pacientes precisam passar por avaliações, exames e manutenção, direitos que foram violados pela Prefeitura de Dourados, sem qualquer aviso prévio e sem anunciar a solução para a interrupção do atendimento.

Quem tem deficiência auditiva sabe o quanto o aparelho é indispensável para as atividades do cotidiano, de forma que a medida levada a efeito pela Prefeitura de Dourados não encontra amparo em nenhuma das justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde para colocar fim ao convênio que atendia essas pessoas.

O Conselho Municipal de Saúde de Dourados confirmou que o contrato firmado em 2009, que garantia uma infraestrutura de saúde digna aos deficientes



auditivos de Dourados e região, foi extinto no início da atual gestão municipal, deixando desamparados mais de 3 mil crianças, adultos e idosos que precisam do tratamento para ter o mínimo de qualidade de vida.

Diante da omissão da Prefeitura de Dourados em restabelecer o serviço, que, repito, é 100% custeado pelo Sistema Único de Saúde, os pacientes estão sendo levados para Campo Grande, ou seja, precisam viajar mais de 220 quilômetros para ter acesso ao tratamento que era ofertado em seu domicílio.

É inadmissível que isso esteja ocorrendo em um município que é polo regional de desenvolvimento e que tem *status* de gestor pleno da saúde, ou seja, o poder público municipal simplesmente deixou de cumprir uma obrigação líquida e certa que tinha com os mais de 3 mil deficientes auditivos que não podem pagar R\$ 2 mil por um aparelho auricular.

Numa nação que tem 45 milhões de pessoas que declararam no último censo do IBGE ter ao menos um tipo de deficiência, o que corresponde a 23,9% da população brasileira, o que ocorre hoje em Dourados configura crime de responsabilidade do agente público, motivo pelo qual vou acionar o Ministério da Saúde para que intervenha em favor dos mais de 3 mil deficientes auditivos que foram abandonados pelo poder público municipal.

Não podemos permitir que os números do Censo do IBGE continuem apenas nas estatísticas, segundo as quais a deficiência visual atinge 18,8% da população; as deficiências motoras estão presentes na vida de 7% dos brasileiros; a deficiência auditiva faz parte do cotidiano de 5,1% das pessoas e a deficiência mental ou intelectual atinge 1,4% dos cidadãos.



O mesmo Censo revela que há diferença significativa no nível de escolaridade entre pessoas com deficiência e a população em geral, sendo que 61,1% da população com 15 anos de idade ou mais com deficiência não tem instrução ou tem apenas o ensino fundamental incompleto, situação que tende a se agravar na minha cidade, caso a Prefeitura de Dourados não retome imediatamente o convênio com a única empresa credenciada pelo SUS para atender as pessoas com deficiência auditiva.

Na condição de fundador da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa das Pessoa com Deficiência e atualmente membro dessa mesma frente, posso afirmar que hoje é um dia muito triste na minha vida, mesmo porque jamais imaginei que o poder público tivesse a coragem de abandonar deficientes auditivos à própria sorte.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio e, logo após, o Deputado Simão Sessim.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e colegas Parlamentares, está na pauta de hoje o projeto que trata de regulamentar o esporte equestre, não só a vaquejada, o rodeio e as provas equestres.

Aqui eu falo não apenas como um dos autores da Proposta de Emenda à Constituição nº 304, de 2017, mas também como médico veterinário que sou e como produtor rural. Sei que, nessas atividades, que geram milhões de empregos, não se maltratam os animais. Senão, jamais as defenderia. Pelo contrário, trata-se bem dos



animais, trata-se com cuidado, com acompanhamento veterinário. Não há nenhum tipo de trato desumano com os animais que participam dessas provas. Pelo contrário, eles são cuidados com o maior carinho. Há documentação da ABQM e de outras entidades sérias que demonstra que tem 1 século de tradição a atividade.

Sr. Presidente, precisamos aprovar a PEC 304 ainda hoje. Eu conclamo os colegas a nos unirmos, a não deixarmos preconceitos ou mentiras prevalecerem. Não há maus-tratos nesses animais; há, sim, uma tradição cultural, um esporte saudável. Não podemos prejudicar as atividades do rodeio, da vaquejada, das provas equestres, das cavalgadas, que já fazem parte da tradição brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Simão Sessim.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem assisti pela TV o protesto musicado dos servidores da Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Emocionei-me muito. Daqui de Brasília, eu acompanhei a emoção de todas as pessoas que passavam pela Cinelândia e paravam para ouvir o *Coro dos Escravos Hebreus*, da Ópera Nabucco, de Verdi.

Verdi terminou o ato com um lamento que se encaixa bem no momento duro que o meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, atravessa: *“Oh minha pátria tão bela e perdida! Que o senhor lhe inspire uma harmonia que transforme a nossa dor em virtude!”*

Sr. Presidente, faço esse introito e peço a V.Exa. que considere meu discurso como lido na íntegra.





Faço também, ao final, um apelo. A situação do meu Estado e do Brasil cria em nós certo sentimento de impotência, de incapacidade para resolver, mas quando vejo a força e a determinação da nossa gente — e aqui eu destaco a do meu Governador Pezão, guerreiro que é —, passo a acreditar que logo, logo sairemos do problema, como esse a que nós assistimos ontem. Tenho certeza de que, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 343, que trata da recuperação fiscal dos Estados, e de que, com a aprovação também no Senado, nós sairemos logo, logo dessa situação. Faço apelo para que terminemos a votação desse projeto como está, sem os destaques que atrapalham, só com os destaques sobre os quais há acordo. O apelo é para que terminemos isso.

E nunca mais voltemos a ver cenas como a que vimos ontem, em frente ao Theatro Municipal.

Obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem assisti pela TV o protesto musicado dos servidores da Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Emocionei-me muito. Daqui de Brasília, eu acompanhei a emoção de todas as pessoas que passavam pela Cinelândia e pararam para ouvir o “*Coro dos Escravos Hebreus*, da Ópera Nabuco, de Verdi.

Verdi terminou o ato com um lamento que se encaixa bem no momento duro que o meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, atravessa: “*Oh minha pátria tão bela e perdida! Que o senhor Ihe inspire uma harmonia que transforme a nossa dor em virtude*”.



Todos, elenco e plateia, estavam com lágrimas nos olhos, lágrimas que significaram, pareceu-me, dor, desalento, humilhação. Fiquei a me perguntar se vale mesmo a pena fazer política se não for para evitar que a nossa gente sinta tamanha dor e vergonha.

A notícia e as cenas vieram ao público da TV com um texto que me chamou a atenção pela força e beleza. A âncora do telejornal abriu a edição com a voz embargada, para dizer:

*Olá, boa noite.*

*Na abertura da nossa edição de hoje, você viu o protesto emocionante dos servidores do estado. São funcionários do teatro municipal, músicos, bailarinos e outros tantos servidores que ainda não receberam os salários de março e abril. Nessa penúria em que o estado vive não é só a cultura que sofre, é a educação, é a saúde, é a segurança do cidadão”.*

Em seguida, entra um narrador, tendo ao fundo a música de Verdi e o Lago dos Cisnes. Disse ele:

*O centro do Rio parou para assistir ao protesto dos servidores da cultura. É o sofrimento e a arte de bailarinos e músicos. O primeiro movimento dessa ópera foi executado em silêncio. A melodia triste nos olhos! Acordes de lamento. Essa é uma orquestra fragilizada. Esse é um coro descontente. Dele fazem parte músicos e bailarinos. Cantores, técnicos, todos funcionários do*



*teatro municipal. Eles ocuparam as escadarias do teatro para dizer com música que o som de um bolso vazio é desesperador.*

*Na plateia não havia assento marcado. Todos de pé. Ninguém reclamou. Quando o segundo ato começou, a Cinelândia reverente parou para ouvir. A verdade é que não há sofrimento humano que já não tenha sido cantado em uma ópera. Trabalhar sem receber pelo trabalho pode ser Giuseppe Verdi, com o 'Canto dos Escravos'. Sem dinheiro, o Lago dos Cisnes secou. O ato final dessa ópera ainda está em suspenso.*

*Se a situação é de tragédia, pelo menos hoje o teatro foi salvo do rigor da escassez, por alguns momentos de fartura”.*

Desconheço o autor do texto, mas eu o cumprimento pela maneira simples e firme como definiu a crise.

A situação do meu Estado e do Brasil cria em nós certo sentimento de impotência, de incapacidade para resolver, mas, quando vejo a força e a determinação da nossa gente, passo a acreditar que logo, logo, sairemos do problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra a Deputada Conceição Sampaio. *(Pausa.)*



---

**O SR. AFONSO HAMM** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir que a minha fala sobre as vaquejadas e os rodeios fosse divulgada pelos meios de comunicação da Casa, em especial pelo programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tudo bem, Deputado.

Com a palavra a Deputada Conceição Sampaio.

**A SRA. CONCEIÇÃO SAMPAIO** (Bloco/PP-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado André Fufuca, eu só gostaria de fazer um questionamento a V.Exa.: o Senado Federal já enviou o ofício de conclusão da Comissão Mista que tratou da Medida Provisória nº 757.

Nós queríamos agradecer ao Governo Federal, na pessoa do Líder Andre Moura e do Líder Aguinaldo Ribeiro.

Se já chegou, gostaria de pedir a V.Exa. que fizesse a leitura, em função do tempo.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Só 1 minuto, Deputado.

Respeitando o pedido da Deputada Conceição Sampaio, eu farei agora a leitura da MP, pois acabamos de recebê-la. Logo após a leitura, eu terei o maior prazer de passar a palavra a V.Exa., Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** - Obrigado, eu aguardo.



O SR. PRESIDENTE (André Fufuca) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Of. nº 212/17-CN*

*Brasília, em 10 de maio de 2017*

*Senhor Presidente,*

*Encaminho a Vossa. Excelência, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 757, de 2016, que 'Institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA e dá outras providências'.*

*À Medida foram oferecidas 11 (onze) emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2017 (CMMPV nº 757, de 2016), que conclui pelo PLV nº 13, de 2017.*

*Esclareço a Vossa Excelência que o texto da matéria foi disponibilizado, em meio digital, por intermédio do autenticador no sítio dessa Casa.*

*Atenciosamente,*

*Senador Eunício Oliveira*

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Lido, Deputada.

**A SRA. CONCEIÇÃO SAMPAIO** - Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade, eu gostaria que V.Exa. autorizasse a divulgação nos meios de comunicação da Casa de pronunciamento que farei sobre dois assuntos que considero fundamentais.

O primeiro deles diz respeito à segurança pública nos Estados da Federação. Nós tivemos, no passado, problemas gravíssimos nos presídios dos Estados em função da falta de previsibilidade a respeito do que estava ocorrendo internamente nos presídios.

De igual forma, nós estamos vivendo momentos de crise econômica e de desemprego. Se não nos anteciparmos e fizermos uma estrutura nacional para enfrentar a violência, nós seremos surpreendidos com o que está acontecendo agora no Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que o Governo se antecipe e faça um plano nacional de combate à violência e de prevenção do recrudescimento, o que nós já estamos presenciando em Estados historicamente menos violentos.

O segundo pronunciamento que faço é a respeito da PEC 304, sobre a regulamentação do esporte da vaquejada. Sr. Presidente, V.Exa. que é do Nordeste sabe que a vaquejada tem três fatores importantes: o primeiro, a tradição; o segundo, o esporte; e o terceiro, a paixão. Portanto, nós não podemos deixar de



considerar a tradição, a paixão e o esporte na regra a ser normatizada por esta Casa.

Conclamo a todos para votarmos hoje — e espero que haja quórum acima de 450 Deputados, de 460 Deputados, para não correremos riscos — essa matéria fundamental para os nordestinos e para o Brasil como um todo, não apenas do ponto de vista da tradição, do esporte, da cultura e da paixão, mas também da geração de emprego e renda que a vaquejada...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.

**O SR. CELSO PANSERA** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria só registrar que hoje nós vamos concluir a votação do PLP 343, fundamental para que o Estado do Rio de Janeiro respire aliviado por um período, coloque em dia os salários de seus servidores e volte a ter um pingão de regularidade e normalidade no seu funcionamento.

Agora, é importante deixar registrado que o nosso Estado precisa, sim, de uma espécie de refundação. Nós os políticos, e a sociedade civil, o setor produtivo, as universidades precisamos pensar numa espécie de refundação, de reorganização do Estado, porque do jeito como está ele não tem condições de continuar funcionando.

Esse PLP vai nos dar um fôlego, mas não vai resolver definitivamente os problemas do Estado. Os Deputados que estão nos ouvindo aqui têm a obrigação de fazer conosco uma grande mobilização social, para repensarmos o Estado do Rio de Janeiro e o seu funcionamento.



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado João Fernando Coutinho.

**O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado André Fufuca, como um bom nordestino, V.Exa. há de convir que é importante a votação da PEC 304.

Eu venho aqui aumentar o coro com vários Deputados que me antecederam na tribuna desta Casa na defesa da regulamentação dos esportes equestres — das vaquejadas, dos rodeios, das cavalgadas, das cavalhadas —, porque o que buscamos com a regulamentação dessa prática é sobretudo evitar maus-tratos nos animais.

A regra que conduz a realização de eventos dessa natureza, feita pela Associação dos Vaqueiros do Brasil — AVAQ, já tem uma série de exigências: protetores de cauda, colchões de areia para a derrubada do boi, juízes do bem-estar animal, o que significa exatamente a busca do controle da sanidade animal. Os animais usados na prática desses esportes são verdadeiros atletas, são bem treinados, preparados, alimentados, têm acompanhamento permanente de médico veterinário. Portanto, estão aptos a fazer esse tipo de esforço.

Vários estudos de especialistas, de médicos veterinários, como Hélio Manso, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, comprovam que o esforço não atinge a mudança da enzima CK. Isso demonstra, portanto, que o esforço é natural.

Eu conclamo a todos os Deputados que estão em casa, que estão no trânsito, que estão em Ministérios, que estão ouvindo a *Rádio Câmara* para virem ao plenário, para que possamos obter, até o final da tarde, um quórum satisfatório para a aprovação dessa matéria.





Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tem a palavra o Deputado Capitão Augusto.

**O SR. CAPITÃO AUGUSTO** (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado André Fufuca, quero apenas dar uma sugestão.

Tradicionalmente, a Comissão de Segurança Pública se reúne às quartas-feiras, às 14 horas. Esta é a quarta semana em que nós fomos surpreendidos com o início da Ordem do Dia às 13 horas. Então, temos vários projetos parados, importantes para a segurança pública, aguardando votação.

Faço uma sugestão à Mesa: se, na quarta-feira que vem ou nas próximas, tiver a intenção de iniciar a Ordem do Dia às 13 horas, como ocorreu hoje, que avise o Presidente das Comissões antecipadamente, para que tenhamos oportunidade de alterar o horário das Comissões também.

Esta é a quarta semana em que somos surpreendidos e prejudicados com o início da Ordem do Dia antes do horário em que tradicionalmente se iniciava, às 16 horas.

Fica a sugestão de que a Mesa informe, antecipadamente, ao Presidente das Comissões, para que não percamos mais a semana.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Sugestão acatada, Deputado.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado André Fufuca, rapidamente, quero informar mudança de orientação. O PPS libera a bancada. Há posições divergentes na bancada. Nós queríamos que V.Exa. autorizasse a mudança de orientação.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Está confirmada, Deputado.



Tem a palavra o Deputado Alberto Fraga.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pesquisa recentemente divulgada mostra que 82% da população do Distrito Federal é a favor da redução da maioria penal.

É inadmissível que o Senado Federal receba uma proposta de emenda constitucional votada por esta Casa, pela grande maioria, e a coloque para dormir numa gaveta, como está fazendo. Isso é um desrespeito à população do País.

Nós sabemos que, em qualquer pesquisa de opinião pública, a redução da maioria penal é colocada como prioridade. Mas me parece que este País não aprende a lição. É sempre uma minoria que ganha da maioria. Alguém está colocando o pé em cima da proposta de emenda constitucional. Até hoje o País não recebeu aquela notícia que todos nós queremos receber, para acabar com a impunidade, para acabar com esse absurdo que é deixar impune o menor que estupra, que mata. A sociedade não aceita mais isso.

Faço um apelo ao Senado. E que pelo menos tenha vergonha por deixar essa proposta de emenda constitucional dormindo num gaveta, à espera de que alguma tragédia aconteça a cada dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é bom ter cuidado com isso, porque, se fizerem uma pesquisa de opinião pública, esta Casa fecha.

**O SR. ALBERTO FRAGA** - Fecha o PT. Aqui, não.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.



---

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e solicito que encerre a votação desta matéria — o painel está aberto há quase 1 hora —, para dar oportunidade, encerrando esta sessão, de começarmos a sessão seguinte, em que trataremos de algumas matérias, dentre elas a PEC 304, que regulamenta a vaquejada e o rodeio no nosso País.

Eu quero inclusive dizer que a bancada do PCdoB vai solicitar preferência para a votação da PEC 304, para que nós não percamos a oportunidade de no dia de hoje deliberar sobre essa questão.

Acho que esse é um assunto debatido no País inteiro. A Nação acompanha e sabe que essa PEC preserva a tradição dos vaqueiros que estão espalhados pelo Brasil inteiro, especialmente no Nordeste. O meu Estado da Bahia tem larga tradição nessa atividade. É uma atividade também esportiva que tem extraordinário impacto econômico, que mobiliza milhares de pessoas, que dinamiza a atividade econômica no interior do Sertão, onde há cada vez mais estímulo à vaquejada e ao rodeio, com a garantia da saúde animal e uma relação saudável e secular entre o homem e o cavalo.

Portanto, não há qualquer justificativa para protelarmos a deliberação dessa matéria. Queremos que ela seja votada hoje, para regulamentarmos a vaquejada, o rodeio e atividades afins.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Pepe Vargas. Logo após passarei a palavra à Liderança do PDT, Deputado Afonso Motta.

**O SR. PEPE VARGAS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, assim como fez o Deputado Daniel



---

Almeida, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que encerrasse a votação e proclamasse o resultado da votação deste destaque de votação em separado.

Só faço uma correção no que disse o Deputado Daniel Almeida: não faz quase 1 hora, faz quase 2 horas que o painel está aberto para os Deputados votarem este destaque.

E este destaque é um absurdo! Ele diz que os Estados que quiserem aderir ao Regime de Recuperação Fiscal têm que abdicar de discutir judicialmente qualquer eventual prejuízo que tenham em qualquer relação contratual com a União. Onde é que já se viu uma coisa dessas? Quer dizer, há aí todo um contencioso envolvendo, por exemplo, a Lei Kandir, que não é regulamentada. Só ao meu Estado do Rio Grande do Sul a União deve 43 bilhões de reais, pela Lei Kandir. Como é que se vai exigir de um Estado, para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, que abdique, que abra mão de discutir qualquer questão judicial com a União? Então, é um absurdo.

O que não dá para aceitar, Sr. Presidente, é que fique por 2 horas aberto o painel, e a base do Governo não venha votar. Nós estamos em obstrução — o que é um direito regimental legítimo que temos — justamente para evitar o quórum e impedir que isso seja votado.

Essa proposta de recuperação fiscal dos Estados, na realidade, não recupera, só vai aumentar a dívida dos Estados, vai fazer com que as políticas públicas não sejam garantidas e ainda exige que os Estados sequer possam discutir judicialmente dívidas que a União tenha para com eles.

Então, peço a V.Exa. que encerre a votação, Presidente.



---

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela Liderança do PDT, concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta.

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho ocupar este espaço em nome da Liderança do meu partido, o PDT, em primeiro lugar, inspirado naquilo que são as referências, os preceitos do trabalhismo. Nós valorizamos o Estado, nós defendemos o patrimônio nacional, e achamos que a educação é essencial para o processo de desenvolvimento. Inspirados em Alberto Pasqualini, temos como fundamental a harmonização entre o capital e o trabalho.

Por isso, nós não podemos aceitar essa onda fiscalista que varre o País, em toda a base federativa, de cima a baixo, que sustenta soluções como a política pública do ajuste fiscal.

Na verdade, na medida em que este Parlamento, por sua maioria, que nós respeitamos, tem assimilado esse entendimento, nós estamos prestando um desserviço ao País. Nós estamos atentando contra os interesses da população brasileira.

Senão, vejamos, aqui mesmo nesta matéria: é claro que ela diz respeito a uma negociação, a uma transação entre os Estados federados e o Governo Federal. Mas isso não justifica abrir mão de algo que é constitucional e sagrado: o direito de ação, o direito de postular. Nós, ao aprovarmos aqui a renúncia a algo tão essencial, tão fundamental, estamos indo de encontro a nossa Carta Magna, àquilo que é essencial para o povo brasileiro. Ir contra a Constituição brasileira é algo inaceitável.



Mas não é só isso. Limitar os gastos com saúde, segurança e educação significa limitar os investimentos e a implementação de políticas públicas para a população brasileira.

E se perguntarem para qualquer Parlamentar, para qualquer homem público qual é a razão maior de estarmos aqui, na investidura da representação parlamentar, digo: é a de contribuirmos para a aplicação de política pública que, por via de consequência, vai melhorar e qualificar a vida da população.

As nossas decisões, com todo o respeito, estão indo contra aquilo que é básico, que é essencial para a implementação de uma política pública. E essa onda fiscalista significa a dominação da burocracia — a burocracia em detrimento da política. Exatamente agora, quando a política sofre generalização, quando a política sofre criminalização, quando há o desmerecimento dos partidos políticos, nós não estamos tendo sensibilidade. *“Ah, queremos fazer uma reforma política”*.

Mas provavelmente essa é a reforma política da conveniência de cada um de nós, porque, quem vota contra a política, quem vota pelo desmerecimento dos partidos — e é exatamente isso que a onda fiscalista que assola o País está produzindo —, vota contra a democracia, vota contra aquilo que é essencial para o exercício da atividade parlamentar.

É muito bom protestar, é muito bom dizer que este Parlamento está sitiado, que este Parlamento está limitado, que este Parlamento está sofrendo a pressão dos segmentos que vêm aqui justamente querer dizer que as reformas, como a reforma da Previdência, atentam contra aquilo que é elementar. O nosso partido defende uma reforma de base. Reforma de base significa mais reformas para



beneficiar aqueles que mais precisam da política pública: os trabalhadores, os aposentados, os menos favorecidos.

Este Parlamento está votando a favor de quem é privilegiado, de quem não precisa da política pública.

Portanto, essa onda fiscalista é o suicídio coletivo do Parlamento. Nós estamos equivocados, ainda mais quando produzido por quem não tem legitimidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira. *(Pausa.)*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, art. 95.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está completando 2 horas a votação de uma única matéria. Nós já não temos mais respeito nesta Casa. Era 1 hora e 20 minutos; depois, 1 hora e 30 minutos; em seguida, 1 hora e 40 minutos, e agora são 2 horas! Não dá para acreditar que tenhamos que ficar aqui aguardando os retardatários. Eles têm que tomar uma providência! Há mais cinco destaques. Cada um deles vai demorar 2 horas? O que é isso?

Nós não podemos ficar aqui à mercê da vontade, do sabor, do interesse de alguém. Isso é desfaçatez. V.Exa. deve encerrar a votação agora! *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado, há 433 Deputados na Casa, e estão agora no plenário 359 Deputados.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não importa. Não vieram votar porque não quiseram. São 2 horas de votação, Sr. Presidente! O que é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Após a Liderança do PSD, que tem preferência para falar, nós iremos encerrar a votação.

Prorrogo a sessão por mais 1 hora.

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.





---

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Deputado André Fufuca, eu gostaria de, primeiramente, agradecer a visita dos Vereadores; do Presidente da Câmara Legislativa da cidade de Barra do Ribeiro, o Sr. Eduardo Bischoff; do Sr. Lucas Campos e do Sr. Espedito Zoccoli, da cidade de Esmeralda, acompanhados do nosso amigo Daniel Kieling, assessor do Deputado Tiago Simon.

Eu quero agradecer a todos os Deputados e a todas as Deputadas por termos aprovado aqui, no final do ano, a renegociação de dívida dos Estados; nós aprovamos ainda, na semana retrasada, projeto que permite aos Estados fazerem uma renegociação, um ajuste fiscal. Agora nós estamos votando os destaques ao PLP 343/17.

Eu gostaria de contar com a compreensão dos colegas Deputados, porque esse projeto é de extrema importância para os Estados, especialmente o Rio Grande do Sul, que vem atravessando uma fase muito difícil, inclusive parcelando o salário dos servidores.

Então, Sr. Presidente, Deputado André Fufuca...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Peço que encerre, Deputado.

**O SR. MAURO PEREIRA** - ...colegas Deputadas e Deputados, eu pediria um pouquinho de compreensão, um pouquinho de sensibilidade, porque para nós é muito importante a aprovação desses destaques.

Solicito aos colegas Deputados e Deputadas que estão na Casa que venham ao plenário votar. E, mais uma vez, por favor, peço que tenhamos um pouquinho de



compreensão, porque essa matéria é de extrema importância para os Estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

Espero que os demais Estados não precisem chegar a este momento, estar na situação em que nós estamos, fruto do desgoverno que se passou no Rio Grande do Sul, em especial, com o Governo do PT, do Sr. Tarso Genro, que deixou o Estado quebrado.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio. (*Pausa.*)

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Sr. Presidente, quero dar uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pois não, Deputado.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A sugestão é em favor de V.Exa., que está conduzindo a Casa muito bem.

Sr. Presidente, nós temos mais um destaque de importância, que é o próximo. V.Exa. encerrando este, abrindo para o outro e deixando, durante a votação nominal, que todos falem — aqueles que quiserem falar —, aí faz-se um apelo aos autores dos outros destaques, que não têm grande importância, que os retirem, para que possamos votar a matéria que toda esta Casa está querendo votar agora: a PEC da Vaquejada. Eu voto a favor dessa PEC. Estou me empenhando para que nós a aproveemos. Acho que é um esporte importante.

Então, Sr. Presidente, a sugestão e o apelo que faço aos autores dos outros destaques é que os retirem, porque não têm mais importância.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Eu também tenho interesse, Deputado, na PEC da Vaquejada. Porém, há dois Líderes inscritos para falar, e eles não abrem



mão de usar o tempo da Liderança. Então, nós haveremos de respeitar a vontade de S.Exas.

Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes. Logo após, eu irei chamar os Líderes.

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos, nesta Casa, discutindo várias reformas, todas elas com relevância e importância, mas a população brasileira que está lá fora sempre questiona o Parlamento e a política.

Muitos desses questionamentos se devem a uma fragmentação excessiva dentro do Parlamento e também ao número excessivo de partidos políticos que estão sendo constituídos. São 35 partidos em funcionamento no Brasil — na Casa são 28. E há 57 partidos com pedido de registro.

Eu cito esses números porque nós aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 282, de 2016, que cria a cláusula de desempenho e o fim das coligações nas eleições proporcionais. Essa PEC é fundamental, porque, apesar de ser simples, ela poderá garantir a arrumação do nosso sistema político e dar-lhe mais estabilidade.

Portanto, eu quero fazer um apelo aos Líderes: que todos possam, imediatamente, indicar seus representantes para a Comissão Especial.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Hiran Gonçalves.

Logo após, falará o Deputado João Rodrigues, pela Liderança do PSD.

**O SR. HIRAN GONÇALVES** (Bloco/PP-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui fazer uma referência



---

especial à presença aqui na Câmara do Líder do Governo no Estado de Roraima — progressista como nós —, o Deputado Estadual Brito Bezerra, a quem damos um forte abraço. Saudamos ainda a Governadora de Roraima, Suely Campos, do nosso partido, o PP.

Sr. Presidente, quero reforçar o pedido para que V.Exa. inclua na pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 304, de 2017, que trata das atividades equestres no Brasil, reconhecendo a importância econômica e cultural das atividades equestres no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela Liderança do PSD, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Rodrigues.

**O SR. JOÃO RODRIGUES** (PSD-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de hoje, teremos uma votação importante: a PEC que trata da vaquejada. Assim poderemos resolver uma pendência sobre esse esporte. Mas a PEC não trata especificamente da vaquejada, mas também do esporte equestre, do Rodeio Crioulo, das competições de Quarto de Milha, de Cavalos Crioulos, que geram alguns milhões de empregos neste País, que movimentam uma economia. Mal sabem aqueles que querem acabar com essa atividade que se trata de animais bem cuidados, bem tratados, com um valor elevado de mercado. Então, é necessário votarmos “sim” e aprovarmos essa PEC na tarde de hoje.

Ao mesmo tempo, quero fazer um desabafo em nome do meu povo do Estado de Santa Catarina, meus caros colegas e amigos, como o Deputado Joaquim Passarinho. Antes de vir aqui ao plenário, eu assisti a um boletim informativo de uma rede de televisão, mostrando o espetáculo de Curitiba. Permitam-me bater palmas para o PT: até da tragédia eles fazem um espetáculo.

Ora, senhoras e senhores, o que é que o ex-Presidente Lula está fazendo em Curitiba? Ele está lá, como qualquer outro sujeito acusado de crime, indo dar o depoimento da versão dos fatos. Em todos os depoimentos que antecederam ao dele, de seus amigos pessoais, amigos de casa, parceiros de viagem, amigos do churrasco no sítio, parceiros do futebol, colegas de férias, todos eles, quando chamados para depor, disseram: “*Meritíssimo, o Presidente sabia*”; “*Meritíssimo, eu fiz porque ele mandou*”; “*Meritíssimo, foi com a conivência dele*”.



Ora, senhoras e senhores, quando todo e qualquer criminoso depoente neste País for a um fórum para prestar depoimento, é necessário reunir multidão de pessoas? Ele tem o direito de se defender. Agora, será que os senhores têm o direito de fazer isso com Curitiba? Uma invasão desnecessária, com helicópteros, com a Força Nacional de Segurança Pública, com o Exército Brasileiro, por causa de apenas um depoimento? É medo! É medo, senhores! Estão com medo! Estão com medo! Há medo para bandido! Não há medo para inocente! Homem honesto não tem medo de justiça! *(Manifestação no plenário.)*

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. JOÃO RODRIGUES** - Homem decente vai ao tribunal e se defende.

Quantos dos senhores desta Casa já não foram chamados aos tribunais? Quantos fomos diante de um juiz e de um promotor dar as nossas versões e mostrar a nossa idoneidade? Agora, é necessário chamar pessoas iludidas, próximas, alguns pobres humildes? Até castelhano, no pacote, está lá. Frotas de ônibus... Ah, meus amigos! Parem de manchar este País! Parem de sujar a honra do Brasil! Permitam que a Justiça funcione! Permitam que o juiz tome esse depoimento!

Ah, que pena que Sergio Moro não fará o que deveria ser feito, que seria determinar a prisão imediata por intervenção na investigação, por abuso e obstrução. Se isso não é obstrução da Justiça, o que é? O que é obstrução? Conclamar milhares de pessoas à porta de um fórum? Parlamentares fazendo chamamentos e ao mesmo tempo promovendo a desordem.

Por fim, meus caros colegas, eu vejo no painel muitos nomes em branco. Parece-me que alguns colegas Parlamentares também foram para Curitiba. A pergunta que se faz: foram à custa de quem? Dos cofres públicos? Das passagens



do Congresso Nacional? Do dinheiro dos impostos? Se quiserem hipotecar apoio, não há problema. Apoio do que e para quê? De onde? Não são advogados. Não é permitida a entrada deles na sala do depoimento. Espero que cada um tenha ido por conta própria. Aqueles que foram com o dinheiro do povo, no Portal da Transparência vão aparecer. É importante que esta Casa tome as devidas providências.

Calma lá, meninos e meninas do PT! Não fiquem vermelhos, não se apavorem. Deixem a Justiça ser cumprida. Dai a Moro o que é de Moro. E de Moro é Lula. Lula é do Moro. Ele haverá de julgá-lo dentro da lei, nem mais nem menos. Se deve, que pague; se não deve, que seja absolvido. Mas, se não deve, abram os presídios, liberem os detentos, parem de prender e processar pessoas.

Com tantos depoimentos, com tantas provas materiais, alguns ainda acreditam na inocência, alguns acreditam que não houve nenhum delito, que a Lava-Jato é uma farsa, que o mensalão foi um sonho.

Senhoras e senhores, finalizo dizendo que esta é a imagem que vai correr o mundo: o dia em que um ex-Presidente, para dar apenas um depoimento — ele, com medo, e a militância, apavorada —, conclamou os “militontos” que não conseguiram ver a verdade diante do próprio nariz, que não permitiram que só ele e seu advogado fossem até lá em um voo comercial e que entrassem pela porta da frente para que prestasse as informações que a Justiça quer saber: se é verdade ou se é mentira; se cometeu ou não cometeu nenhum delito.



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Zé Carlos.

**O SR. ZÉ CARLOS** (PT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente André Fufuca, eu queria comunicar à Casa que, na próxima sexta-feira, eu e o Deputado Paulão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, visitaremos a área no Estado do Maranhão onde houve conflito entre os índios gamela e os fazendeiros locais.

Iremos à região para avaliar melhor a situação criada por este Governo, que não dotou a FUNAI de recursos necessários, a fim de formar uma equipe técnica para analisar a situação e evitar esse conflito.

O Governador Flávio Dino já disse que, se a FUNAI não tiver dinheiro, o Governo do Estado banca esse grupo técnico, para que ele seja imediatamente constituído e ali possa atuar, demarcar a área e evitar conflitos maiores daqui para frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente;

**O SR. DANIEL ALMEIDA** - Sr. Presidente, peço a palavra para levantar uma questão de ordem, baseada no art. 82, § 5º, do Regimento Interno.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. vai encerrar? V.Exa. disse que depois da fala do Líder do PSD iria encerrar a votação. Já se passaram 2 horas e 15 minutos. V.Exa. disse que depois da fala do Líder do PSD iria encerrar. V.Exa. cumpra o que falou. Passaram-se 2 horas e 15 minutos.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** - Sr. Presidente, peço a palavra para levantar uma questão de ordem. Art. 82, § 5º.





---

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço esta questão de ordem para que nós não cometamos abusos. O art. 82, § 5º, determina que, havendo número suficiente, o Presidente encerrará a votação. Então, requero que a votação seja encerrada.

Aproveito e já faço um apelo a V.Exa., como disse anteriormente, quando encerrar esta sessão, no sentido de que a sessão seguinte seja convocada para tratar da PEC 304. Por quê? Porque se tratarmos de todas as matérias da sessão seguinte a PEC ficará por último. As medidas provisórias terão preferência. Essas medidas provisórias são polêmicas e elas podem esperar até o início de junho. O prazo de nenhuma medida provisória vai vencer agora.

Portanto, é possível, é necessário, é conveniente que façamos uma sessão exclusiva para tratar da PEC 304, a PEC da Vaquejada, e depois, se for o caso, se for conveniente e houver entendimento, faríamos a deliberação de medidas provisórias.

É isso o que eu queria requerer a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - A minha palavra foi empenhada e será cumprida. Eu disse que logo após os Líderes falarem eu haveria de encerrar a votação.

Há um Deputado do Solidariedade, Deputado Major Olimpio, que está inscrito e faz questão de falar agora. Logo após o término da fala dele eu irei encerrar.

Deputado Tadeu Alencar...

**O SR. MAJOR OLIMPIO** - O.k.



**A SRA. ERIKA KOKAY** - V.Exa. vai encerrar a votação?

**O SR. TADEU ALENCAR** - Sr. Presidente, eu quero aqui...

**O SR. DANIEL ALMEIDA** - Pode encerrar e continuam os Líderes... Eu também estou pedindo para falar como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Tadeu Alencar.

**O SR. TADEU ALENCAR** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui me somar a todos os companheiros Parlamentares que já se manifestaram no sentido de ver a PEC 304 apreciada pelo Plenário no dia de hoje.

Essa é uma PEC importante, que fortalece uma tradição do Nordeste, do mundo sertanejo. Ela mostra, com toda a clareza, que há uma visão equivocada de que a vaquejada implica maus-tratos aos animais. Desconhecem-se todas as medidas que, ao longo da realização das vaquejadas, vêm aprimorando esta que é uma tradição cultural, um esporte e uma atividade econômica que emprega mais de 120 mil pessoas de modo direto e gera 700 mil empregos de modo indireto, girando em torno de 600 milhões de reais.

Por isso, aqui fica o nosso apoio irrestrito àqueles que estão lutando para que a PEC 304 seja apreciada na data de hoje.



---

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela Liderança do Solidariedade, concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há 2 horas e 17 minutos o painel está aberto, e isso é desrespeitoso. Teria quer ser colocado o quórum aqui, e nós estamos simplesmente enxugando gelo.

Mas eu vou aproveitar o tempo para dizer à população que ontem terminou o trabalho da vexatória Comissão Especial para avaliação da PEC 287, a PEC da vergonha, a PEC do extermínio.

Foi votada e vem para este Plenário a idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homem e 62 anos para mulher, com 25 anos de contribuição, e a integralidade para quem trabalhar por 40 anos.

O professor que está nos acompanhando, aqueles que dizem que apoiam os professores: 60 anos de idade, com 25 anos de contribuição, e 40 anos para se aposentar com 100% da média.

Alô, meus irmãos policiais federais, civis, policiais legislativos! Uma lei complementar ainda vai definir a idade mínima de aposentadoria entre 55 anos e 65 anos, com 25 anos de atividade policial. Essa lei complementar pode piorar a situação!

Mulher policial: 55 anos de idade. Aumentou. Duplo pedágio para a mulher. São 25 anos de contribuição, se for mulher.

Trabalhador rural: 60 anos para o homem, 57 anos para a mulher, com 15 anos de contribuição. Ninguém vai chegar a isso.



Agentes penitenciários, socioeducativos, guardas municipais: vala comum, 65 anos; se homem, 62 anos; se mulher, com 25 anos de contribuição. E a integralidade da aposentadoria só acontecerá com 40 anos de contribuição, pela média.

Pensão, inclusive referente aos policiais: 50% do salário do falecido, mais 10% por dependente.

E agora nós chegamos ao momento em que a mídia está tratando desta Casa: *“Quanto custa um Deputado? Quanto custa uma bancada?”*

Está sendo noticiado neste momento o quanto se oferece de emenda, de cargo, de concessão de canais de rádio e televisão, de REFIS, de isenção do FUNRURAL. Como é que nós podemos, eticamente, aceitar isso? Qual é o preço de um Parlamentar?

Cinco Deputados foram substituídos na Comissão Especial, porque senão o resultado seria o empate, ou o grupo do Governo ficaria só com um Parlamentar a mais. É vergonhoso!

Muito embora haja todo esse oferecimento de cargos, essa vergonha, na hora em que for pautada essa PEC 287, eu peço a todos os meus irmãos servidores públicos brasileiros: não vamos alimentar o nosso carrasco! Quem está querendo nos destruir agora, nós vamos destruí-lo politicamente.

Nós vamos mostrar para a população brasileira que eles são vendidos por emendas, cargos, concessões de rádio e televisão. Vergonha!



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Alberto Filho.

**O SR. ALBERTO FILHO** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero me somar aos Deputados que me antecederam, que vieram aqui para manifestar apoio à PEC 304, que é a conhecida PEC da Vaquejada. Na verdade, ela não trata apenas da vaquejada, mas de diversos esportes equestres.

Quero falar em especial da nossa vaquejada nordestina, que muitas vezes é criticada, mas é criticada por aquelas pessoas que não a conhecem a fundo, que não têm conhecimento de como é praticado esse esporte, principalmente no Nordeste.

Eu tenho certeza de que essa PEC foi bastante discutida na Comissão Especial e está pronta para ser votada nesta tarde e noite de hoje aqui no plenário, com ampla maioria. Tenho certeza de que os Deputados votarão “sim”, pela aprovação do relatório do Deputado Paulo Azi.

Então quero aqui convidar os Srs. Parlamentares para votarmos o mais rápido possível os destaques deste projeto de renegociação das dívidas dos Estados, para que possamos, logo mais, votar a PEC 304 e, logo mais à noite, comemorar essa vitória do povo brasileiro, em especial do povo nordestino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado César Messias, por 1 minuto.

**O SR. CÉSAR MESSIAS** (PSB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Cunha está preso, mas parece que o espírito dele está impregnado



nessa cadeira que está aí, porque há uma falta de respeito para com este Plenário. Já se passaram 2h30min para a votação de uma matéria. Muitas pessoas vieram de seus Estados para acompanhar a votação da PEC 304, mas há uma manobra da Mesa Diretora para não se votar essa matéria. Já se passaram 2 horas e meia para se votar um destaque.

Isso é falta de respeito para com os que estão aqui embaixo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela ordem, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, neste momento, há milhares de pessoas em Curitiba apoiando Luiz Inácio Lula da Silva. Eles entendem que o ataque a Lula é um ataque ao Brasil democrático, um ataque ao Brasil que busca eliminar as desigualdades sociais. Dizer que as pessoas estão em Curitiba mantidas pelo Erário público é um verdadeiro cinismo.

Sabem por que é cinismo? Porque a reforma da Previdência depende do Erário público para ser aprovada, porque está nas páginas de jornais que Parlamentares devedores terão direito de renegociar suas próprias dívidas, que o Palácio do Planalto, golpista, sem votos, está transformado em um balcão de negócios para comprar votos contra o povo brasileiro.

Por isso, nós estamos aqui para dizer: Viva a democracia! Viva Luiz Inácio Lula da Silva, que tem o apoio do povo brasileiro!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Deputado Givaldo Carimbão.



**O SR. GIVALDO CARIMBÃO** (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Brasil está vendo as divergências entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal. É como eu dizia na Frente Parlamentar Católica: lamento profundamente que, num dia, o Supremo Tribunal Federal tenha liberado o aborto e, no outro dia, proibido a vaquejada. O Supremo Tribunal Federal lamentavelmente está deturpando as suas funções. É papel do Legislativo tratar tanto do aborto quanto da liberação da vaquejada.

Por que faço essa associação? Como o Supremo Tribunal libera o aborto num dia e no outro dia proíbe a vaquejada, porque quebra o rabo do boi? O rabo do boi é mais importante do que uma vida? É um absurdo o que o Supremo Tribunal Federal fez!

Temos que ter uma resposta. O Parlamento tem que dar respostas à população brasileira.

Hoje, aqui no plenário, é “não” ao aborto e “sim” à vaquejada, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcísio Perondi, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queridos Deputados, queridas Deputadas, antes de mais nada, eu quero cumprimentar a Justiça Federal de Curitiba. Sim! Ela chamou o ex-Presidente Lula, e ele está lá testemunhando. Está lá se explicando.

Eu estou aqui há 22 anos. Quem comprou e montou uma organização epidêmica, criminosa, crassa, que esculhambou com o País, que acabou com a confiança do povo na classe política e no Executivo, foi o Sr. Lula.

Está aí o mensalão, está aí o petrolão. A base sabe o que sofreu nas eleições, nos últimos 12 anos no País. Vertia dinheiro. Vertia dinheiro! Foi um dilúvio de dinheiro nas campanhas dos Deputados do Partido Comunista, do Partido dos Trabalhadores, do PSOL e de outros.

Agora ele está se explicando. Agora ele está se explicando!

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Cala a boca, canalha! Cala a boca, canalha!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Baixou em Curitiba num jatinho. Só esse voo custou 100 mil reais. *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado, vamos respeitar o orador na tribuna.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - O povo reagiu. O Lula, dentro de 60 dias, vai ser condenado pelo juiz Sergio Moro. Dentro de 30 a 60 dias. Vai pegar de 15 a 20 anos de condenação.





Daí haverá recurso para Porto Alegre, que é o Tribunal Federal. O recurso de Porto Alegre, provavelmente — a Vara de Porto Alegre é dura —, deve aumentar para mais 15 anos a condenação, e ele será preso.

Ele fez coisas no País. O primeiro mandato dele foi razoável. No segundo mandato, ele se perdeu completamente e elegeu um poste que destruiu a economia brasileira. Mas ele está pagando e está testemunhando hoje, o que é triste. É triste para a política brasileira ver um líder, Presidente da República, testemunhando sobre o ruim, o péssimo, o antiético.

Ele está respondendo neste momento porque o Procurador disse que se montou uma organização epidêmica criminosa. Isso é muito triste para nós que fizemos política e para a democracia brasileira. Ele está lá e vai para a cadeia em 6 meses, 10 meses. Em Porto Alegre, vão aumentar o tempo.

Em segundo lugar, ontem, a Comissão Especial da Previdência Pública concluiu os trabalhos. Foi um trabalho sério, consciente, com debates fortes entre a base e a Oposição. O Relator Arthur Oliveira Maia foi trabalhador. O Presidente, Deputado Carlos Marun, foi trabalhador e respeitou o contraditório. E ontem nós votamos.

O relatório do projeto que nós votamos ontem, meus caros colegas, comporta muitos e muitos desejos e críticas que a base ouviu nas suas regiões. O projeto melhorou consideravelmente. O Presidente Michel, o Presidente das reformas, convicto e seguro de que precisa, disse que o Congresso passava a ser o senhor das reformas.

Quando aqui chegou a PEC dos gastos, da qual fui Relator, eu apresentei 17 propostas, sendo que 16 propostas melhoraram a PEC dos gastos. Então, o Relator



fez dezenas e dezenas de reuniões nas bancadas, maiores e menores, e melhorou o projeto.

Na área rural, ficou a aposentadoria das mulheres com 57 anos, aumentando só 2 anos, e só daqui a 2 anos, e a transição vai levar 20 anos. Para o homem rural, a aposentadoria ficou em 60 anos.

Quanto à contribuição sobre a produção, haverá uma contribuição que, por 2 anos, não será cobrada. Esta Casa vai decidir o valor da contribuição, que talvez seja até menor que a do Microempreendedor Rural — MEI, que gira em torno de 50 reais; possivelmente será menor.

Muitas das federações dos trabalhadores na agricultura, as FETAGs, concordaram. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares — CONTAG, não, porque ela é radical, mas muitas das 27 FETAGs existentes afirmam que realmente o projeto melhorou.

Com relação à contribuição, nós vamos decidir se ela vai ser mensal, semestral ou anual. Então, melhorou bastante.

O que interessa para o Governo na área rural é o cadastro.

**O SR. BEBETO** - V.Exa. não consultou nenhuma FETAG. V.Exa. tem medo de trabalhador! V.Exa. não consultou ninguém para dizer isso.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - No início, quando nós não acreditávamos que a área rural dava um rombo de 113 bilhões de reais...

**O SR. BEBETO** - Está blefando, aí! Está blefando, rapaz!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - O Governo arrecada 113 bilhões de reais e gasta 103 bilhões de reais...



**O SR. BEBETO** - E, aliás, V.Exa. não tem poder para decidir sobre autonomia coletiva de ninguém!

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - O Governo tira do Tesouro Nacional, para cobrir o rombo na área rural, 103 bilhões de reais e arrecada só 10 bilhões de reais. Então, o custo é de 113 bilhões de reais.

Está saindo a isenção do agronegócio. Mas há a questão de que o Governo tem consciência de que não vai recuperar esse rombo na área rural. O rombo maior é na Previdência pública. Mas, na área rural, ele tem consciência de que não vai recuperá-lo; ele vai persistir. É óbvio que nunca passou pela cabeça do Relator e do Presidente Michel Temer tirar a aposentaria rural — jamais! — nem reduzir esse buraco.

Com essa modificação na área rural, com o cadastro, vai-se diminuir as aposentadorias frias que existem. E todo o mundo sabe que um terço delas é judicializada, o que significa 35 bilhões de reais do rombo.

Com o cadastramento, aquele pessoal que trabalha na cidade e está perto dos 15 anos vai para o campo, se ajeita com um bom advogado — há advogados de porta de sindicato que visitam os colonos e conseguem que eles se aposentem. Já seriam 33 bilhões de reais, ou seja, metade do que se gasta com a despesa hospitalar do SUS. Então, o cadastramento é importante. Aí a importância da contribuição que vai cadastrar.

O buraco maior é na Previdência pública. É uma guerra das corporações públicas com o novo Brasil. São as corporações públicas que mandam, e querem continuar mandando: promotor que se aposenta com 50 anos, fiscal com 51 anos, policial federal mulher com 46, 47 anos, policial federal homem com 50 anos, juiz



---

com 50 anos. Isso dá um buraco federal de 77 bilhões de reais. Aí, com a Previdência estadual, o buraco vai a 90 bilhões de reais. Isso dá 4% do PIB. Por isso é que falta verba para emenda parlamentar, por isso a Previdência está expulsando emenda parlamentar, obra de infraestrutura, saúde, dinheiro para educação, porque o gasto da Previdência pública principalmente é geométrico, e essa reforma limita, acaba com as aposentadorias precoces. Os servidores atuais vão ter uma regra de transição. Todos os servidores novos, o andar de cima do serviço público...

**O SR. BEBETO** - "Darcísio Pinóquio" vai substituir Meirelles.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - ... vai ter que trabalhar 62 anos de idade mínima ou 65 anos, como o urbano.

Essa é outra riqueza da reforma, acabará com as aposentadorias precoces. Quem entrar no serviço público será 62 anos, 65 anos.

Repito, se nós não fizermos a reforma, a Previdência quebra. Emenda parlamentar e recursos para os Municípios, para a saúde, para os jovens, para as crianças e para os doentes vão ser expulsos dos orçamentos futuros, porque a despesa da Previdência vai subir.

Isso é ruim para os aposentados e ruim para conseguir recursos para as políticas públicas, para os nossos Municípios e para as nossas regiões. Se não houver a reforma, a Previdência quebra.

Obrigado. *(Apupos no plenário. Manifestação no plenário: "Parabéns, Perondi!")*



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

**O SR. JÚLIO DELGADO** (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero falar sobre dois aspectos, rapidamente. Há Deputados, como o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que viveram aqui na época do regime militar. Nós já vimos esta Casa ser fechada de fora para dentro, mas estamos vendo esta Casa se fechar de dentro para fora, demonstrando claramente o medo do Governo de votar as propostas.

Ontem, não houve Ordem do Dia. Hoje, ficamos quase 3 horas para votar um destaque.

Vou dizer a verdade para os companheiros que vieram aqui acompanhar a votação da PEC da vaquejada: essa matéria não pode ser votada hoje, porque há cinco destaques, todos nominais. Se essa votação começar agora, durar 3 horas e votarmos outros quatro destaques, vamos terminar a sessão que horas hoje? Isso demonstra o medo.

Aí vem o Líder do Governo, Sr. Presidente, fazer justificativas com relação às falcatruas e às questões que podem estar acontecendo com a Previdência.

Estavam anunciando, na época do *impeachment*, Deputado Pepe Vargas, que estava o então Governo dando emendas e cargos para não se votar o *impeachment*.

Olhem o que estão tentando fazer: estão adiando a votação da reforma da Previdência, porque sabem que aqui não há número suficiente para votar. Agora vão começar até com o que estava proibido. É emenda de 20 milhões de reais, 30 milhões, 40 milhões, é cargo aqui, é cargo ali, e volta-se a doar rádios. Vai demorar



mais de 15 dias para se alcançar o número aqui. Os Deputados estão atentos, e nós vamos cobrar. A sociedade está atenta.

Isso que foi dito pelo Líder do Governo não é verdade. As filantrópicas foram, mais uma vez, ludibriadas e estão sendo envolvidas na reforma da Previdência. Vão ser prejudicadas, assim como o trabalhador rural, assim como outros setores, nessa reforma da Previdência.

Nós vamos deixar claro que essa aposentadoria especial que foi concedida para policiais e professores, por exemplo, não vai valer, porque a pessoa tem que trabalhar 40 anos para se aposentar integralmente, mas, se quiser aproveitar o período especial, vai ter que pagar um pedágio de 30%. É isso o que querem fazer com as classes especiais.

Vamos ter a dignidade de falar a verdade aqui no plenário, para que possamos votar sem as pressões que foram feitas na época do *impeachment* e estão sendo feitas agora, para aprovar uma reforma que acaba com a Previdência pública brasileira!

Essa é a verdade, Sr. Presidente.

Vamos terminar esta votação. Vamos votar uma pauta e trazer para o plenário a reforma da Previdência. Nós queremos votar, para poder derrubar esse nefasto projeto que está sendo apresentado pelo Governo Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela Liderança do PCdoB, tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados...



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Isso não é desculpa, Presidente, depois V.Exa. dá a palavra ao Líder!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - A Liderança tem prioridade, Deputado, eles não abrem mão!

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. BEBETO** - Encerra, Presidente! Vamos encerrar! V.Exa. está achando o quê? Encerra, Presidente André Fufuca! Vamos encerrar! *(Manifestação no plenário: Encerra! Encerra! Encerra!)*

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Deputado, assim que os Líderes falarem, vamos encerrar a votação!

**O SR. BEBETO** - Não!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Foi a palavra que eu dei no começo da sessão. O problema é que os Líderes estão se inscrevendo.

**O SR. BEBETO** - O acordo não foi esse!

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Encerra agora!



---

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Pela Liderança do PCdoB, tem a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sessão vai se encerrar logo mais, logo daqui a pouco, e não haverá mais tempo para deliberar sobre outro destaque.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que o Líder do Governo falou, na tribuna, um monte de mentiras e baboseiras. E é por isso, Sr. Presidente, que agora, neste momento, milhares de pessoas ocupam Curitiba. Há uma vigília em todo o País para recepcionar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ostenta índices acima de 30% nas pesquisas, enquanto o Presidente golpista, da agenda do desmonte, não pode botar o pé fora do Palácio do Planalto. É prisioneiro da sua impopularidade, da sua atitude de traição à Nação, é prisioneiro da agenda contra o povo brasileiro, a agenda de rasgar a Constituição, que rasga a nossa CLT. Ele é o Presidente que tem menos de dois dígitos de aceitação popular.

Este é o quadro a que o País está assistindo, porque o povo brasileiro não é besta, o povo brasileiro sabe fazer análise, sabe comparar o que foi o passado recente com o que está sendo este Governo impostor, ilegítimo, que disse que resolveria todos os problemas no dia seguinte. Está há 1 ano só maltratando o País, só perseguindo os trabalhadores e o povo brasileiro.

Este Governo não é recebido por ninguém lá fora, porque é um Governo que não tem reconhecimento de coisa alguma. Mas insiste nessa agenda perversa e sabe que não terá os votos para a reforma da Previdência.





Este Plenário sabe disso, porque quem está neste plenário está acompanhando a movimentação das ruas, circula neste País e sabe que o povo está vigilante.

Não adianta tentar manobrar, como tem feito, transformando esse debate num balcão de negócios.

Algumas das medidas provisórias — a 756 e a 758 — são uma tentativa de acabar com reservas que foram estabelecidas na Amazônia, imaginando que, assim, faz um gesto para a bancada ruralista. Não vai virar nenhum voto.

Faz o balcão das liberações de emenda, mas as emendas são impositivas. É um direito de quem está no interior receber a emenda que cada Parlamentar colocou no Orçamento. Não é com esse jogo que vai virar nenhum voto aqui neste plenário, porque Deputado não é bobo.

Fazem a tentativa de acenos ao que se chama aqui Bancada da Bala, flexibilizando, abrindo mão do Estatuto do Desarmamento. Estão estimulando a violência, que já é absolutamente insuportável neste País, para atender à indústria da bala.

Mas não vão ganhar nenhum voto, porque os Parlamentares já analisaram o desmonte. Esta reforma da Previdência não merece o nome de reforma, é um desmonte, acaba com a Previdência pública neste País.

“Não”, Sr. Presidente!



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Eu vou encerrar a votação. Ainda há alguém a votar?

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar a votação, eu quero deixar registrado que nós estamos votando essa matéria há 2h45min. A votação começou às 12h55min.

É inadmissível que, até às 15h40min, nós estejamos votando apenas um destaque! Encerre logo a votação!

**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Registro feito, Deputado.

Falta alguém votar? *(Pausa.)*

**O SR. CHICO ALENCAR** - Agora, jabuti não é só embutido.



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 296;

NÃO: 91.

O TEXTO FOI MANTIDO.



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Sobre a mesa requerimento de destaque da bancada do PT:

*Senhor Presidente:*

*Requeremos, nos termos do art. 161, inciso I e § 2º, do Regimento Interno, destaque do art. 8º do substitutivo apresentado ao PLP nº 343/17.*



**O SR. PRESIDENTE** (André Fufuca) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos os que me ouvem neste momento, a demora para votar os destaques se deve ao fato de que, até na base do Governo, há divergência entre os Parlamentares dos Estados que serão “beneficiados” — entre aspas — por essa matéria.

Por que há divergência? Porque o art. 8º, que nós estamos propondo suprimir com esse destaque, impõe aos Governos Estaduais várias situações de constrangimento. Por exemplo, ele propõe a diminuição de salários e a extinção de órgãos.

Nós não podemos, de forma nenhuma, deixar que o Governo Federal, ao negociar com os Governos dos Estados que já estão com a corda no pescoço, diga: *“Eu lhes dou x, mas vocês vão ter que retirar 2x, 3x”*.

No Estado do Pará, por exemplo, há uma empresa de abastecimento de água chamada COSANPA. Infelizmente, o Governo do Estado nunca a tornou eficiente. Mas um Estado eficiente pode torná-la eficiente.

Agora, se for vendida, essa estatal naturalmente vai fazer o quê? Vai investir onde for mais lucrativo. E aqueles Municípios menores, com certeza, continuarão sem a presença de uma política pública, seja do Estado, que já não tem mais o mecanismo, seja da iniciativa privada, que só quer lucro, que só investe onde tem retorno.

E é por isso que nós não podemos concordar. É mais ou menos a era do FMI. O Brasil pegava um dinheiro emprestado e o FMI dizia: *“Eu empresto o dinheiro, só*



que vocês vão ter que privatizar, vão ter que vender.” E o Governo Fernando Henrique, na época, entrou nessa onda.

Portanto, nós queremos a supressão total desse art. 8º.

*O Sr. André Fufuca, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passo a palavra à Deputada Maria do Rosário. *(Pausa.)*

Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)*

Deputada Jô Moraes. *(Pausa.)*

Deputado João Daniel. *(Pausa.)*

É o requerimento primeiro.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, as votações de hoje terão efeito administrativo?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sempre.

**O SR. ALBERTO FRAGA** - Não sei por que ele desligou o meu microfone.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos acompanhando esta votação, e o que nos preocupa muito nesse debate é a pressão que o Governo Federal tem feito para discutir a questão dos Estados. E, ao mesmo tempo, nós estamos vendo que o Governo coloca abertamente os interesses para que sejam privatizadas empresas importantes. Eu me refiro às empresas estatais das áreas mais estratégicas para o povo brasileiro: empresas de



água, empresas de saneamento, empresas de energia e os bancos estatais que ainda existem.

Nós, no nosso Estado, especialmente a categoria dos trabalhadores e do Sindicato de Saneamento, da DESO, do SINDISAN, estamos preocupados e temos feito audiências públicas, temos feito o debate com a OAB Sergipe, a igreja e todas as entidades.

E nós queremos dizer aqui que o nosso partido, a nossa bancada, defende e luta para que nós possamos fazer com que os Estados sejam respeitados, para que o Governo Federal abra negociação sem impor regras e normas de privatização às empresas. O que vai retomar a economia deste País, o que vai melhorar o orçamento dos Estados e recuperar as finanças é um novo projeto de desenvolvimento econômico.

Não são os ajustes e essas reformas que o Governo impõe, que apenas privilegiam os interesses das empresas e dos bancos, do grande capital, mas é a verdadeira economia, a economia popular, a pequena economia que movimenta os Estados e os Municípios, seja no campo, seja na cidade, e as finanças da União.

Por isso, nós queremos defender que o Governo Federal precisa respeitar a autonomia dos Estados, debatendo nacionalmente o problema das dívidas, mas sem privatizar nenhuma empresa estatal. Isso é de fundamental importância para o desenvolvimento dos Estados e dos Municípios.

**O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -**  
Sr. Presidente Rodrigo Maia, pergunto a V.Exa. se esta sessão terá efeito administrativo.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) -** Orientação de bancada.



Como vota o Bloco do PMDB? (*Pausa.*)

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM, Deputado Alberto Fraga? (*Pausa.*)

Eu disse mais cedo que os Deputados deveriam vir ao plenário, porque a votação teria efeito administrativo.

**O SR. PEDRO PAULO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”, pela manutenção do substitutivo, do qual fui Relator, para que o projeto mantenha a sua essência e possa promover a recuperação fiscal dos Estados.

Portanto, o PMDB vota “sim”.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base vota “sim”.

A Liderança do Governo encaminha “sim” a toda a base.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas, “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Democratas, “sim”.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PP encaminha o voto “sim”, pela manutenção do texto, e faz um apelo para que votemos rapidamente esse destaque. Em relação ao outro destaque há acordo, o próximo fica prejudicado e as outras matérias são emendas que podem ainda ser retiradas.

Sr. Presidente, toda a Casa quer votar urgentemente a PEC da Vaquejada, com a qual nós estamos plenamente de acordo. E vamos aprová-la.





Por isso, vamos ver se conseguimos fazer a votação desse próximo mais rápido do que a do outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Vota "sim", Sr. Presidente, para manter o texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota "não". Este destaque é do Partido dos Trabalhadores.

O art. 8º diz o seguinte:

*Art. 8º Ficam vedados ao Estado durante e vigência do Regime de recuperação Fiscal:*

*I - a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros dos Poderes ou de órgãos (...);*

*II - a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;*

.....

*V - a realização de concurso, ressalvadas as hipóteses de reposição de vacância;*

.....

*VII - a criação de despesa obrigatória de caráter continuado;*

*(...).*



Não se pode criar outras escolas, não se pode criar outras creches, enfim, não se pode gerar emprego de caráter continuado. Nós queremos a supressão desse artigo.

O PT vota “não”.

Queremos também, Sr. Presidente, usar o tempo da Liderança, o que será feito pelo Deputado João Daniel.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar “não”, pelas mesmas razões.

Existe aqui, pelo menos, uma tentativa de atenuar esse aniquilamento, a tutela total e absoluta que o Governo Federal vem estabelecendo em relação aos Estados federados. É o fim da Federação, é o fim dos princípios do próprio exercício democrático.

O PDT vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

**O SR. DOMINGOS NETO** (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD vota “sim” ao destaque

Queria agora dar um informe. Hoje, aqui em Brasília, estamos todos mobilizados pela votação da PEC 304. Gostaríamos que ocorresse o mais rápido possível. Por isso, temos interesse em votar o mais rápido possível estes destaques.

Informe que nós da bancada do PSD, hoje, em almoço, discutimos a questão da PEC 304 e decidimos, junto com o Ministro Gilberto Kassab, o nosso Presidente, que a nossa bancada votará unida a favor da vaquejada e dos esportes equestres.



Sr. Presidente, faço um apelo para que possamos encerrar o mais rápido possível a votação destes destaques, a fim de entrarmos na votação da PEC 304. Hoje todas as bancadas estão mobilizadas em prol desse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu achei que V.Exa. ia falar sobre previdência. *(Risos.)*

Como vota a Rede, Deputado Miro Teixeira?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vai votar “não”.

Agora, chama a atenção para um ponto. Dá-se a impressão de que a PEC da Vaquejada está simplificada nesse projeto de lei complementar, porque é chicote no funcionário público, é aferroada nos Estados, é a retirada dos direitos mínimos da Federação.

Sendo assim, a Rede vai votar “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB tem-se posicionado contra todo esse projeto, e vai votar essa questão por entender a necessidade que têm os funcionários públicos nos Estados de manter os seus aumentos e também a que tem o Estado de contratar novos funcionários, para substituírem aqueles que se aposentam. Com esse projeto, da forma como está, isso fica inviabilizado.

Sr. Presidente, nós da bancada do PCdoB também queremos votar a PEC que trata da vaquejada, porque isso diz respeito também à questão dos rodeios. Nós do Rio Grande do Sul sabemos da importância que tem isso não só para a cultura histórica do nosso Estado, mas também para o desenvolvimento econômico.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, como vota o PCdoB?

**O SR. ASSIS MELO** - O PCdoB vota “não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Líder Chico Alencar?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “não” ao texto porque não quer a destruição do serviço público, do qual o servidor é alma e vida.

Vejam, para os Estados entrarem na mal chamada recuperação fiscal, na rolagem da dívida com juros sobre juros, vão estabelecer o compromisso de jamais dar qualquer reajuste ao servidor, de não realizar concurso público, de não equipar o aparelho de Estado para servir à população, de não garantir qualquer vantagem ou benefício ao servidor. Como é que pode servir à população, se o servidor vira o grande algoz e, nesse caso, é colocado como grande vítima do descaso das administrações?

O nosso voto é “não”.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro deixo um registro de estranheza. Ontem não tivemos Ordem do Dia aqui no plenário. Por que não tivemos? Porque havia o interesse de que se ficasse na Comissão até quando fosse preciso, por causa da votação da reforma da Previdência. Então, não poderia acontecer votação neste plenário.

Quando há interesse, não acontece a Ordem do Dia. Às vezes clamamos por uma Ordem do Dia extraordinária, como a da votação da PEC da Vaquejada, que pode ser convocada logo a seguir, após o encerramento desta sessão, e se resolver o problema.

Quanto à questão do Rio de Janeiro, podem votar, podem aprovar, mas ela não tem solução. O Rio de Janeiro é um Estado falido. É necessária uma intervenção. Quem viu o jornal da manhã de hoje na *TV Globo* percebeu o abandono da segurança pública no Rio de Janeiro. Todo mundo está apavorado. Não se consegue mais ter o mínimo de condição de segurança.

Mas por que não houve Ordem do Dia ontem? Porque queriam votar de qualquer jeito a reforma da Previdência. Lá na Comissão ela foi votada, mas não contemplou, por exemplo, os guardas civis municipais. Nós vamos querer discutir isso novamente aqui em plenário.

Não contemplou também os agentes penitenciários. Nós vamos lutar para que aquele acordo com o Presidente da Comissão, o Deputado Marun, seja respeitado em plenário e para que os agentes penitenciários sejam reincluídos novamente.



Digo reincluídos porque duas vezes eles estavam dentro e saíram. Na última vez, inclusive, isso ocorreu de maneira sorrateira, no último momento, quando se iniciava o processo de votação.

Foi graças a um destaque que nós fizemos que, pelo menos, quando se iniciou a votação, quando o PSDB declarou apoio, houve uma reviravolta, foi suspensa a reunião. Chamou-se o Líder do PSDB para mudar a posição e não permitir a aprovação daquele destaque que garantia a inclusão dos agentes penitenciários antes daquele evento. Portanto, se tivesse sido votado, não teria ocorrido aquele evento. Na verdade, as duas inclusões e exclusões é que geraram esse problema.

A questão das professoras está muito mal colocada no texto. Foi dito que está ressaltada. Está ressaltada coisíssima nenhuma! Na questão dos 25 anos, a nova forma de contribuição, há uma escala, que a muito custo foi conseguida, para entrar em vigor a partir de 2020, e meio ano a cada ano até chegar aos 25 anos.

Quanto à questão do Benefício de Prestação Continuada — BPC, depois de muita luta, acertamos que só entrará em 2020 o prazo de 68 anos, sendo inicialmente de 66 anos; no ano subsequente, de 67; e, no outro ano, de 68 anos.

São questões que ainda precisam ser aprimoradas. É impossível se admitir a cumulatividade da pensão e da aposentadoria com apenas dois salários. Isso é exclusão! Nós não podemos admitir que uma PEC como essa faça tanta exclusão de direitos.

Inicialmente a proposta do Governo era a de que a pessoa tivesse 49 anos de contribuição para ter direito à aposentadoria integral, pela média, não pela integralidade. Agora, são 40 anos. Mas caiu um patamar, porque, a partir dos 25



---

anos, já se tinha direito aos 70%; agora, para ter direito a 70%, serão mais 5 anos (1,5%), mais 5 anos (2%) e mais 5 anos (2,5%). É uma conta totalmente confusa, totalmente complicada, para prejudicar, sem dúvida nenhuma, todos os servidores.

No caso dos servidores, a proposta do Governo previa regra de transição. O Relator retirou essa regra de transição, e nós queremos buscá-la.

Em relação à questão de se excluir, não é possível a forma como está nessa PEC, que é meramente financista. Serve para atender a questão financeira. É o desmonte da Previdência pública para fazer, descaradamente, o jogo da privada.

Por isso, Sr. Presidente, vamos começar a votar logo essa PEC, antes que possa ser feita a grande ação mercadológica para impedir a votação neste momento, em que certamente estaremos com condições de rejeitar essa PEC, que é o que queremos e iremos fazer logo que o Governo apresentar essa matéria a votação e permitir que possamos decidir.

Não a essa reforma! Não à previdência privada! Essa PEC não é aquela que interessa à população!



**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Presidente, abra o Painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas podem começar a votar.





**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, nós estamos...

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL está em obstrução.

**O SR. JOÃO DANIEL** - ... participando neste dia de um grande debate nacional. A sociedade brasileira acompanha o que está ocorrendo em Curitiba, Capital do Paraná.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB está em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO DANIEL** - Em 2002, nós disputamos um projeto no Brasil. O nosso projeto foi vitorioso, ele foi liderado pelo nosso grande líder, o maior Constituinte de 1988, defensor dos direitos sociais, defensor dos direitos da classe trabalhadora, e, naquela ocasião, o Deputado Federal mais votado do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2003, iniciou-se o Governo do Presidente Lula. O desemprego no Brasil, naquele momento, era de mais de 12%. Na eleição de 2002, houve a disputa entre dois grandes projetos. Os movimentos sociais, pastorais...

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB está em obstrução.

**O SR. JOÃO DANIEL** - ...e todos os defensores da luta brasileira organizaram um plebiscito nacional, desencadeado no dia 7 de setembro de 2002,



contra a criação da Área de Livre Comércio das Américas. Naquela eleição houve um grande debate. A nossa candidatura buscava um projeto nacional, com uma sociedade soberana no País, e a outra candidatura, que foi derrotada, que representava o PSDB, o DEM e os setores conservadores, liderados por Serra, seria vitoriosa, buscava a aliança de livre comércio nas Américas, o projeto americano.

A vitória foi do Presidente Lula, e as forças progressistas construíram, durante 8 anos, um grande projeto nacional, reconhecido no mundo inteiro em todas as áreas. A Presidenta Dilma, primeira mulher a ser eleita para a Presidência da República no Brasil, deu continuidade a esse projeto. Nós tiramos o Brasil daquela situação. Em 2003, era de mais de 12% o índice de desemprego; em 2014, passou a ser de menos de 4%.

Hoje, está sendo ouvido o Presidente Lula lá em Curitiba. É um homem que jamais se negará a ser ouvido em qualquer lugar deste País por qualquer membro da Justiça. O que não podemos aceitar é o que fazem setores conservadores. A Presidenta Dilma venceu a eleição, no segundo turno, em 2014. Foi reeleita. Esses setores não aceitaram o resultado da votação. Um ano depois, construíram o *impeachment* — nesta semana, no dia 12 de maio, completa 1 ano o afastamento. Foi dado um golpe na democracia. Não podemos aceitar que criem condições de criminalização para inviabilizar a candidatura do Presidente Lula.

Todas as pesquisas neste País hoje apresentam Lula como o preferido para a disputa de 2018. Mas a questão não é 2018. A questão é esta: que projeto este País vai construir neste período governado por um grupo que diz que está fazendo reformas que não são reformas?



Nós estamos quebrando a previdência pública para entregá-la ao setor privado. *“Nós aprovamos nesta Casa, sem apoio da Oposição, a reforma trabalhista.”* E as provas mostram que as digitais eram dos empresários da CNI e das federações empresariais que elaboraram as leis para quebrar a legislação trabalhista e explorar ainda mais a classe trabalhadora. As terceirizações representam o fim dos concursos públicos para a nossa juventude e o fim da garantia dos direitos dos trabalhadores previstos na nossa Constituição de 1988 e na CLT.

Com a PEC 55, congelam os gastos públicos com educação e saúde, mas não congelam o pagamento de juros, e não se fala em cobrar do andar de cima e dos grandes devedores da Previdência impostos sonegados a vida inteira em nosso País.

É por isso que nós queremos hoje e sempre que todos os cidadãos brasileiros respeitem a Constituição. Que a nossa Constituição seja respeitada! Nós queremos um Judiciário justo. Nós queremos que o Supremo Tribunal Federal seja a Corte em que todos os cidadãos brasileiros, da mais alta à mais baixa classe, sintam que ali há respeito à nossa Constituição.

Neste momento, nós queremos parabenizar todas as forças progressistas, todas as forças nacionalistas que acompanham o depoimento do Presidente Lula, que não pôde ser aberto, não pôde ser público porque era o interesse apenas do juiz. Quando a querida Primeira-Dama teve uma conversa privada com o seu filho, considerou-se de interesse público lançar para toda a grande mídia as conversas da mãe com o filho.



Nós queremos que a Justiça seja justa e que haja respeito. O Presidente Lula é a maior liderança da história dos últimos 100 anos. O Presidente Lula é o maior Presidente que o povo brasileiro conheceu. O Presidente Lula deixou a maior obra que um Presidente deste País podia fazer, que foi o fim da miséria e da fome neste País, através de grandes programas e projetos.

Por isso, este é um dia de luta em defesa da democracia, em defesa da Constituição e em defesa da verdade.

Parabéns aos integrantes da nossa bancada que lá se encontram! Os demais estão aqui. Parabéns também às bancadas que defendem este País, que votam neste momento contra todas as reformas, em defesa do Presidente Lula, em defesa do Brasil, em defesa da nossa Nação!

O que nós queremos é a verdade, é a justiça e é o respeito a todos os homens e mulheres do nosso País e também ao nosso querido Presidente Lula, líder e homem honrado para todos os brasileiros.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”. Nós somos contrários a qualquer projeto que retire direitos dos trabalhadores, ainda mais neste momento de desemprego, de crise. Nós não podemos responsabilizar por isso o povo, os servidores, os trabalhadores. Esse projeto prejudica muito inclusive quem vai realizar concurso público, congela salários dos servidores, proíbe reajuste, sacrifica o patrimônio dos Estados.

Minas Gerais é totalmente contra. Nós defendemos o encontro de contas com a Lei Kandir. Nós deixaríamos de ser um Estado deficitário e passaríamos a ser um Estado credor da União.

O PMB vota “não”. Nós votamos contra qualquer outro projeto que retire direitos do conjunto dos trabalhadores e dos servidores públicos.

Nós somos contra a terceirização, contra a reforma trabalhista. O PMB é totalmente contrário à reforma da Previdência, que tenta penalizar as pessoas mais pobres. Nós podemos taxar os bancos, fazer auditoria da dívida pública. Há outras formas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Haully.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, durante 21 anos fui emedebista e peemedebista e estou há 24 anos no PSDB. Conheço a história política do Brasil e afirmo que os grandes líderes da abertura política foram os líderes fundadores do PSDB nacional, líderes que ajudaram a reconstruir o Brasil, que ajudaram a fazer a Constituinte de 1988, a Constituinte Cidadã, que foi negada pelo PT.



O PT negou a Constituição Cidadã, de 1988. Foram os nossos líderes e o PSDB no Governo Itamar que construíram o Plano Real. O PT votou contra, negou o Plano Real. O PT negou a estabilidade. Negou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse partido é o partido do contra. Votava contra tudo.

Quando chegou ao Governo, ao poder, em 2003, com Lula, não tinha um plano econômico, não tinha um plano educacional, não tinha um planejamento.

Pegou o Governo com o Plano Real e tocou com a barriga o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, seu Governo e seus puxadinhos.

Sr. Presidente, foi uma tragédia administrativa, foi uma tragédia de incompetência no Brasil. Destruíu a economia brasileira, destruiu 14 milhões e meio de empregos. Levou 60 milhões de pessoas à inadimplência. Metade das empresas está inadimplente. Quebrou a União! Quebrou os Estados! Quebrou os Municípios!

O legado de Lula é um legado de tragédia, uma herança maldita para a economia e para a política brasileira. Destruíu todos os valores políticos, morais éticos e cristãos! Foi o pior Governo da história do Brasil e do mundo! Destruíu os comunistas no mundo inteiro, desmoralizando a Esquerda no mundo!

**O SR. FÁBIO SOUSA** - Sr. Presidente, por gentileza, peço a palavra por 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Fábio Sousa.

**O SR. FÁBIO SOUSA** (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos numa democracia, evidentemente, e aqui há liberdade. Qualquer pessoa pode fazer uma viagem e se manifestar a favor de um ex-Presidente, a favor de alguma coisa.



O que nós não podemos admitir — eu tenho certeza de que V.Exa. não admitirá isto — é que Deputados Federais tenham feito essa viagem à custa da Casa, é que os Deputados Federais que tenham feito isso por escolha própria não tenham o seu vencimento cortado, uma vez que deveriam estar trabalhando aqui no plenário.

Eu tenho certeza de que V.Exa. agirá assim, Sr. Presidente. E nós ficaremos de olho! Se algum Deputado quiser manifestar apoio, que vá, manifeste apoio, pode manifestar apoio, mas que faça isso com dinheiro próprio e não com dinheiro da Casa. Não pode fazer isso usando dinheiro da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado João Marcelo Souza.

**O SR. JOÃO MARCELO SOUZA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho aqui manifestar, é claro, o meu apoio à PEC 304, a PEC da Cavalgada. Peço aos meus companheiros da Rede, do PSOL, do PV que votem a favor da PEC 304.

Não há maus-tratos em animais. Companheiros, todos nós nordestinos — eu sou do Maranhão — e também os mineiros temos esse evento como um evento cultural. Sabemos dos benefícios que ele proporciona para as populações dos nossos Estados.

Afirmo novamente que não há maus-tratos em animais. Há sim agora um ótimo cuidado, assistência ao animal, inclusive de veterinários.

Por favor, não façam isso com o povo do Nordeste. Por que o STF proíbe a vaquejada, mas não proíbe o rodeio, que é de São Paulo? Por que os nordestinos estão sendo colocados para trás?



A vaquejada, Sr. Presidente, tem que permanecer. Mesmo se for proibida, eu digo que o povo nordestino vai continuar fazendo a sua vaquejada!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Antes de passar a palavra ao Deputado Pepe Vargas, anuncio a presença do nosso amigo Deputado Aldo Rebelo, que faz muita falta a esta Casa, por sua capacidade intelectual, por sua capacidade de articulação, de diálogo. Eu lhe agradeço pela presença no nosso plenário, que também é dele.

Tem a palavra o Deputado Pepe Vargas.

**O SR. PEPE VARGAS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero me ater ao que está sendo votado neste momento. Nós estamos votando um destaque para suprimir do texto do Projeto de Lei Complementar nº 343, o do chamado Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, um artigo cuja repercussão na vida das pessoas, se for mantido, será uma tragédia. Esse artigo proíbe que os Estados que eventualmente aderirem a esse regime de recuperação fiscal realizem despesas permanentes de caráter continuado.

Não poderão abrir despesa permanente de caráter continuado, por exemplo. Há outras questões, mas eu quero me ater apenas a essa. Construir uma Unidade Básica de Saúde, construir uma Unidade de Pronto Atendimento, construir um hospital, construir uma escola, ampliar esses serviços públicos, construir uma unidade da Polícia Militar para atender a determinada região do Estado, tudo isso, além de investimentos na infraestrutura desses equipamentos públicos, exige pessoal, exige concurso público, exige a contratação de professores, exige a contratação de médicos, enfermeiros, profissionais da área da saúde, exige a





contratação de policiais militares, policiais civis. Pois bem, esse artigo que nós queremos suprimir do texto proíbe que isso seja feito. Não poderão fazer concurso público nem para repor eventualmente vagas de policiais, de professores, de médicos que se aposentaram, foram para a inatividade. É um absurdo!

Imaginem a população querendo mais segurança, querendo mais saúde, querendo mais educação, e esse projeto de lei complementar impedindo que isso aconteça!

Eu queria que os Deputados e Deputadas prestassem atenção no que estão votando. Quem votar “sim” votará pela manutenção do texto do projeto de lei complementar, que proíbe que os serviços de saúde, educação, segurança pública possam ser mantidos, possam ser ampliados.

É um contrassenso. Esse projeto de recuperação fiscal não vai recuperar a situação fiscal dos Estados, ele vai aumentar a dívida dos Estados, e vai impedir o acesso a serviços públicos. Vai dar uma folga, é verdade, para os atuais Governadores. Mas não cabe dar folga para os Governadores endividarem os Estados, venderem empresas públicas e impedirem serviços públicos essenciais.

Por isso, a bancada do PT apresentou esse destaque, para retirar isso do texto e garantir o serviço público.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Geraldo Resende, do PSDB, por 1 minuto.

**O SR. GERALDO RESENDE** (PSDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria só de manifestar o meu apoio à PEC 304, a pedido das várias federações, dos clubes de laço.



Eu estou vendo aqui o ex-Ministro e ex-Deputado Federal Aldo Rebelo, que foi inclusive homenageado em Dourados, quando estivemos juntos num campeonato de clube de laço. Eu também vivi no Nordeste determinado tempo de minha vida, onde me formei em Medicina. Eu sei da importância das vaquejadas e de todas as provas equestres para o Nordeste.

Então, eu manifesto, a pedido inclusive das lideranças dos clubes de laço e das demais atividades equestres, o meu apoio incondicional à PEC 304, para que possamos dar espaço a essas manifestações culturais e econômicas no nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Sguas Moraes.

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há um Deputado do PSDB do Paraná que, desde ontem, está furioso, porque a militância do PT foi para Curitiba, em apoio ao Presidente Lula. No partido dele, provavelmente ninguém faria isso, não existe militância em defesa dos Parlamentares e de ex-Presidentes do partido dele. E ele vive apontando o dedo.

Quero dizer que, na lista de Fachin, estão cinco Senadores tucanos: José Serra, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima, Ricardo Ferraço e Dalirio Beber. Os que mais foram indicados por delatores foram José Serra e Aloysio Nunes, Ministro das Relações Exteriores. Foram citados por sete delatores.

Há ainda os campeões de inquérito, o Senador Romero Jucá e o Senador Aécio Neves. Para cada um deles, cinco inquéritos.

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Conclua, Deputado.

**O SR. SÁGUAS MORAES** - Vou concluir, Sr. Presidente. A lista é cumprida.



Há também os campeões de crimes apurados: Aécio Neves; Oswaldo Borges da Costa, que é ex-Presidente da CODEMIG, estatal que realizou a licitação da Cidade Administrativa de Minas Gerais (são de conhecimento de qualquer criança em Minas Gerais os desvios que ocorreram no Governo Aécio Neves); José Serra e Aloysio Nunes, Ministro das Relações Exteriores. Cada um deles é investigado por cinco crimes: corrupção passiva, corrupção ativa, lavagem de dinheiro, fraude em licitações e formação de cartel.

Então, antes de esses Deputados apontarem o dedo para qualquer partido, para o Partido dos Trabalhadores, têm que lavar a boca e corrigir os seus desvios.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado João Gualberto.

**O SR. JOÃO GUALBERTO** (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, é inacreditável que um Deputado do PT defenda o seu chefe, o ex-Presidente Lula, (*expressão retirada por determinação da Presidência*). Não é possível! Não é possível que ele tenha a cara de pau de chegar aqui ao microfone e defender (*expressão retirada por determinação da Presidência*) como aquele. Não há outro adjetivo. Não há outro adjetivo! (*Manifestação no plenário.*)

Ele acabou com o Brasil, V.Exa sabe...

**O SR. SÁGUAS MORAES** - Ele não é do PSDB.

**O SR. PEPE VARGAS** - Mafioso é V.Exa.

**O SR. JOÃO GUALBERTO** - Calma! Calma! V.Exa. vai ter tempo...  
(*Manifestação no plenário.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado João Gualberto está com a palavra. Depois V.Exa. poderá falar, Deputado Ságuas. Não há problema.



**O SR. JOÃO GUALBERTO** - Vai ter tempo. Pode defender o seu chefe. Vai ter tempo. (*Manifestação no plenário.*)

Lave a sua boca! Lave a sua boca! Tenha calma! Tenha calma! Tem dúvida de que seu chefe (*expressão retirada por determinação da Presidência*)? Tem dúvida? Tem dúvida? (*Manifestação no plenário.*) Respeitar o quê? Respeitem V.Exas. o povo brasileiro! Ele roubou o dinheiro do povo brasileiro, comprou Deputados, comprou Senadores, comprou partidos. Quem tem dúvida disso?

É inacreditável que Deputados do PT consigam ainda defender (*expressão retirada por determinação da Presidência*) como o ex-Presidente Lula. V.Exa. pode defender, mas eu nunca vou defender um bandido que esteja no meu partido.

**O SR. JOÃO DANIEL** - Lave a boca para falar do Presidente Lula.

**O SR. JOÃO GUALBERTO** - Não defendo nenhum bandido. Quem defende bandido tem alguma coisa de errado. Então, é bom que vejam isso.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** - Diga quais partidos o Presidente Lula comprou. Quais foram os partidos?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Pepe Vargas está com a palavra.

**O SR. PEPE VARGAS** (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Apresento questão de ordem, Presidente, com base no art. 72, inciso XII, do Regimento Interno, que diz que "*nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo*".

Vejam bem, o Presidente Lula não sofreu nenhuma condenação. Ele é réu num processo, ele tem o direito a defesa. Portanto, é injurioso dizer que o



Presidente Lula é bandido, que o Presidente Lula é chefe de quadrilha ou coisa do gênero.

Então eu pediria a V.Exa. que retirasse dos Anais as manifestações do Deputado que se portou aqui de forma descortês e injuriosa.

**O SR. ALBERTO FRAGA** - Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

**O SR. JOÃO GUALBERTO** - V.Exa. tem que reclamar com toda a Justiça brasileira, com Ministros, porque eles é que falavam que ele é o (*expressão retirada por determinação da Presidência*).

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado João, V.Exa. já falou, já fez a sua crítica. Depois, eu vou responder a V.Exa.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, eu acho que a Mesa desta Casa, a Presidência, tem que tomar um posicionamento a respeito do que está acontecendo no plenário.

Nós respeitamos a Oposição. Quando eles estão falando alguma coisa, nós ouvimos calados. Mas quando a Situação, o Governo, vem falar alguma coisa, os Deputados da Oposição correm ao microfone e não permitem que o Deputado fale.

Ou se cria uma regra nesta Casa para se ouvir e discutir e debater as ideias, e naquilo que se concordar se respeitar, ou então vai ficar difícil essa convivência aqui.

Toda hora que um Deputado pede a palavra e vai falar, e é contra o PT, quatro, cinco Deputados vão ao microfone interpelar, de forma rígida, o colega que



está falando. De xingamentos, nem se fala. E eu concordo com o Deputado Pepe Vargas de que não pode haver injúrias.

Agora, veja bem. Está havendo injúrias aqui porque um Deputado está chamando o outro de canalha, de ladrão, de cachorro, e esta Casa não toma uma providência. Existe Conselho de Ética nesta Casa para quê, então?

Nós temos que criar uma regra de convivência, e se V.Exa. não tomar uma providência, daqui a alguns dias vai vencer quem sair no tapa com o outro aqui, porque os xingamentos e as provocações já estão passando dos limites.

V.Exa. precisa adotar a postura de não permitir que qualquer colega seja desrespeitado, seja ele da Oposição, seja ele da Situação.

Esse é o meu pensamento. Peço a V.Exa. que adote uma postura com relação a esses insultos, que ocorrem no plenário todos os dias.

**O SR. JOÃO MARCELO SOUZA** - Está certo, Deputado Alberto Fraga! Está certo!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Alberto Fraga, eu tenho tentado conduzir as sessões de forma equilibrada, respeitando o direito à palavra e retirando dos Anais da Casa frases que estão acima do tom proposto e autorizado pelo Regimento Interno.

Por isso, defiro a questão de ordem do Deputado Pepe Vargas e parablenizo V.Exa., que, cada vez mais, constrói um perfil conciliador e majoritário no Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Mauro Pereira.



---

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, primeiro gostaria de agradecer o apoio de todas as Deputadas e os Deputados pelas votações em apoio ao ajuste fiscal relativo aos Estados.

Em segundo lugar, gostaria de convidar os colegas Deputados que ainda não votaram para comparecerem ao plenário para votar. É de extrema importância esse projeto de ajuste fiscal para os Estados, em especial aqueles que estão em situação difícil, como o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Então, solicito aos Deputados que venham votar.

Também gostaria de parabenizar o nosso Presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi; o Vice-Presidente; e o nosso Deputado Goulart. Em importante audiência que tivemos hoje com a Presidência da Caixa Econômica Federal, com os lotéricos e com a Federação Brasileira das Empresas Lotéricas — FEBRALOT, nós defendemos os nossos lotéricos.

Os lotéricos, que prestam serviço de extrema importância à sociedade brasileira, vêm atravessando um momento muito difícil,. As despesas são enormes, e eles mal e mal estão conseguindo pagar as contas. Muitos nem conseguem pagar.

O Presidente Gilberto Occhi, juntamente com a sua equipe, recebeu diversos Deputados, liderados pelo Deputado Luiz Carlos Hauly e Deputado Goulart. O Presidente Occhi ouviu, e com certeza a direção da Caixa Econômica Federal não irá deixar de estender a mão, de fazer justiça aos trabalhadores das lotéricas, que prestam excelente trabalho ao povo brasileiro. Esse é um braço da Caixa. Sem dúvida, merece todo o respeito desta Casa e da direção da Caixa Econômica Federal.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Sr. Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa. para que, na sequência, coloque em votação o nosso requerimento para apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 100, de 2011, sobre o cooperativismo. Eu tive o apoio de todas as Lideranças e inclusive acabei conversar novamente com o PT.

Essa é uma pauta de consenso,, porque trata do cooperativismo de crédito.

Hoje pela manhã, na Organização das Cooperativas do Brasil — OCB, houve um encontro de cooperativas de crédito do Brasil inteiro. Lá estava presente o Diretor do Banco Central, Luiz Edson Feltrim, que não só elogiou o cooperativismo como um todo, mas concordou conosco sobre a importância desse projeto. Mais de 500 cidades no Brasil só têm cooperativa de crédito, e várias outras precisam que as cooperativas de crédito vão para lá, porque não possuem nenhuma instituição financeira.

Esse projeto possibilita que as Prefeituras e órgãos públicos operem com cooperativa de crédito. Há o apoio de todos os partidos, tanto da Base, como da Oposição, porque essa não é matéria para polemizar entre uns e outros, mas é uma matéria que nos une. Nós precisamos de união para solucionar vários problemas no Brasil. O cooperativismo é um ponto de convergência, um ponto de união.

Eu já deixo o apelo a todos para que possamos aprovar esse regime de urgência. Está na pauta, e eu peço a V.Exa. que coloque em votação o PL 100/11,





para que tenhamos essa pauta de convergência em favor do cooperativismo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria rapidamente de pedir uma trégua no embate desta tarde para falar de algo que nos une: a paixão que todos acalentamos e cultivamos, que é o futebol, ao lado da música.

Nessa direção, quero fazer o registro de algo que merece realmente aplauso: o resultado da boa prática administrativa, da transparência fiscal, da postura democrática na administração de um clube de futebol. Refiro-me a esse que a grande maioria dos brasileiros intitulam como “o mais querido do Brasil”. Aqui está o “manto sagrado”. *(Mostra camisa do Flamengo.)*

Eu queria cumprimentar o Presidente Eduardo Bandeira de Mello, toda a diretoria do Flamengo, o pessoal do SóFLA, todos aqueles que contribuíram e o Zé Ricardo, que conduziu esse elenco com muita capacidade.

Isso tem a ver um pouco com a cultura, com o nosso viver, com aquilo que nós, de alguma maneira, gostamos de apresentar e viver.

Sr. Presidente, queria apenas trazer esse registro em homenagem àquele que tem um resultado formidável, que é o Flamengo, e merece, como gestão fiscal, ser referência para todo o Brasil.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Edmilson Rodrigues, está previsto isso no Regimento Interno ou é falta de decoro?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - O Flamengo tem que incluir o Paysandu...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mas é falta de decoro a camisa do Flamengo aqui, ou não?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Só se não incluir o Paysandu, campeão paraense. Aí vira falta de decoro. *(Riso.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só se não incluir o Paysandu? Tudo bem.

Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para ir pela linha conciliadora do Deputado Alberto Fraga — a bancada da bala está em crise, me parece.

Mas eu acho que o que o Deputado Alberto Fraga falou é importante, porque aqui há uma linha equivocada de generalização feita por alguns Deputados, às vezes da bancada da Oposição, às vezes da bancada da Situação. Eu não posso dizer que, pelo fato de o Sr. Aécio Neves estar envolvido em várias denúncias, o PSDB é um partido de bandidos, mas eu já ouvi isso. Também é muito comum ouvir que o PT é uma organização criminosa.

E eu tenho vários amigos do PT; aliás, durante 25 anos, fui partido. E há outros que se mantiveram lá e estão até hoje, vários Deputados que estão aqui, inclusive. Eu não tenho como dizer que eles merecem esse tipo de tratamento, os de nenhum partido merecem. Estou aqui ao lado do querido Deputado Bebeto. Tenho



divergência com alguns Deputados do PSB, S.Exa. sabe, mas também tenho o maior carinho e respeito.

Acho que estamos aqui no mesmo partido, sendo de partidos diferentes, defendendo com dignidade o povo trabalhador brasileiro. Falo isso porque, há alguns minutos, eu refutei com veemência a fala do Deputado Darcísio Perondi, que, ao fazer uma crítica ao Lula e ao PT, disse que recebi um dinheiro e citou o PSOL, que não participou do Governo do PT.

Aliás, o PSOL foi fruto de um racha a partir do debate da previdência no primeiro mandato do Governo Lula. Fizemos oposição ao Governo. No entanto, fazemos oposição programática, não fazemos oposição oportunista, como o Deputado Perondi está fazendo e fez, porque o PMDB estava, sim, no Governo do Lula e da Dilma.

É uma incoerência querer mudar a história, principalmente no momento em que ele comanda um Governo em que há, no mínimo, nove Ministros envolvidos nas bandalheiras do roubo do dinheiro público.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em primeiro lugar, eu quero parabenizar o Deputado Edmilson Rodrigues, principalmente pela primeira parte do seu pronunciamento, porque, na segunda, ele já aproveitou e fez a crítica.

De fato, eu acho que nós precisamos manter o ambiente crítico, para quem faz oposição, e de defesa do Governo sem fazer críticas pessoais. Nós precisamos — eu tenho dito sempre e aprendi isto — falar mais das coisas e menos das pessoas, porque a chance de errar é menor. E isso mantém o convívio harmônico nesta Casa.



Concedo a palavra ao Deputado Aliel Machado.

**O SR. ALIEL MACHADO** (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós não podemos nos desviar do foco. Hoje, nós temos que dar enfoque para as discussões que podem mudar a vida das pessoas.

Eu estou visitando os Municípios paranaenses, e lá na cidade de Pitanga, no interior do Paraná, com a Câmara Municipal lotada diante da excelente explanação do Dr. Clemente, do Dr. Robson e de todos os Vereadores, de todos os agricultores, o pessoal da agricultura familiar foi unânime em dizer “não” à reforma da previdência, que trará miséria e prejudicará os mais pobres. A população de todo o Brasil está de olho nisso, e Pitanga deixou o seu recado ao dizer que não aceita que nós tenhamos a ousadia de retirar direitos.

Fica registara aqui essa mensagem, para que todos os Deputados se atentem para isso, porque a população não aceitará aqueles que venham a trair o povo mais humilde.

Sr. Presidente, eu participei de uma audiência pública sobre a reforma da previdência na Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB de Palmas, no interior do Estado do Paraná, que lotou a sede da instituição.

O evento, promovido pela OAB com o apoio do Vereador Paulo Bannake, com a força política do nosso ex-Vereador Alemão, com a participação e mobilização do Vereador Lagarto, reuniu o Presidente da Subseção, acadêmicos, professores, a população, que disseram “não” à reforma da Previdência.

Então, Palmas, no Estado do Paraná, também deixa o seu recado de que não aceitará aqueles que traírem a população.

Não desviem o foco! Não tenham coragem de trair o povo!



“Não” à reforma da previdência!

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jhonatan de Jesus, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós aprendemos que o segundo mandamento da Lei de Deus é não jurar o nome de Deus em vão.

Nesta Casa, há Parlamentares que de forma permanente usam indevidamente o nome de Deus para justificar certas ações.

O Presidente da República disse que foi ungido por Deus, escolhido por Deus. Mas quem é ungido não faz maldade, não tira direitos dos trabalhadores. Não pode!

A pessoa que usa indevidamente o nome de Deus para justificar-se precisa se converter, mudar, porque comete um pecado mortal e tem que se arrepender do que fez.

Dizer que foi escolhido por Deus?! Ele foi escolhido num golpe que foi feito aqui, para tirar direitos dos trabalhadores. Enfim, isso mostra que ele não foi ungido por Deus.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Concedo a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entre as injustiças cometidas na PEC da Previdência, não se tratou dos aposentados por invalidez, que estão abandonados à própria sorte. Há uma PEC sobre essa matéria, aprovada por esta Casa, que está na gaveta do Senado.

Não se tratou também da aposentadoria dos deficientes. Há uma lei específica para essa finalidade. Não foi admitida também a chamada fórmula 85/95. Na verdade, a PEC da exclusão retirou muitas conquistas históricas obtidas por esta Casa. Todas elas foram suprimidas nesta reforma da previdência.

Quero lembrar que, quando a matéria vier a Plenário, nós teremos que garantir — eu já alertei sobre isto aqui — os guardas civis municipais, os agentes penitenciários, os aposentados por invalidez, as professoras.

Dizem que as professoras foram excluídas da reforma. Elas não foram excluídas! Foram colocadas de uma forma que pode ser interpretada como prejudicial à condição delas.

Portanto, chamo a atenção para o fato de que haverá necessidade de nós, com muito cuidado, verificarmos aquilo que foi aprovado na Comissão Especial; aliás, adredemente preparada para que fosse apurado aquele resultado. Se não tivessem sido feitas alterações, se não tivessem sido retirados cinco componentes, o resultado teria sido inverso.

Mesmo assim, nós tivemos de fazer valer a força daqueles que restaram para impedir a aprovação da maneira como estava, sem deixar de citar também a falta de regra de transição para os servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Passo a palavra ao Deputado André Fufuca.

**O SR. ANDRÉ FUFUCA** (Bloco/PP-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente, eu venho a esta tribuna para comentar mais uma vez um episódio lamentável que acontece em relação à mulher.

Com pensamentos retrógnos e preconceituosos no mundo em que vivemos hoje, alguns acham que a mulher deve ficar dentro de uma cozinha ou algo parecido. Pior ainda é quando esse pensamento parte de pessoas que deveriam estar do nosso lado, do lado da democracia e da cidadania.

Ontem, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, um Deputado, cujo nome não irei falar — o mesmo que, dias atrás, perdeu de forma fragorosa a eleição na cidade de Bacabal —, usou a tribuna para dizer palavras covardes em relação a uma mulher, mais especificamente à Primeira-Dama da cidade de Bacabal, Patrícia Vieira.

O Deputado disse que o marido da primeira-dama era um pau-mandado. Ora, ele quer dizer o quê? Que a mulher deve ser submissa na política, que o papel da mulher é apenas ser submissa? Ele tentou passar a imagem de submissão da mulher.

Eu conheço muito bem Bacabal e esse casal, pelo qual tenho um carinho muito grande. Ele talvez tenha confundido o companheirismo com a obrigação da submissão; o respeito com a obrigação, segundo ele, de humilhação. E não é isso o que acontece lá. Não é essa prática machista, esse sentimento de derrota que não passa que irá fazer com que essa cidade melhore. Eu tenho certeza de que não será



com calúnias e difamações que Bacabal irá sair do buraco, mas com ordem e respeito.

Que possamos falar sobre Bacabal para trazer recursos e investimentos; não calúnias e mentiras!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nessa data comemorativa de mais 1 ano de emancipação do Município de Lapão, quero me dirigir à sua população, ao Prefeito José Ricardo Rodrigues, às lideranças do movimento social, ao ex-Vereador Orestes, ao atual Vereador Paulinho e dizer que nós trabalhamos e continuaremos trabalhando para transformar Lapão em um Município mais generoso para o seu povo — por isso a nossa parceria com o Prefeito José Ricardo e sua liderança política.

O Partido dos Trabalhadores, com sua bancada na Câmara, com sua presença nos movimentos sociais, procura levar cada vez mais melhoria da qualidade de vida ao povo de Lapão. Por isso, um abraço carinhoso a cada cidadão e a cada cidadã do Município de Lapão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Deputado Zé Geraldo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui parabenizar a população do





Município de Pacajá, localizado na BR-230, Transamazônica, Estado do Pará, que aniversaria hoje e cujos festejos ocorreram nesse final de semana próximo passado.

Esse é um Município que eu vi nascer, Município onde carinhosamente todos os anos eu tenho colocado muitas emendas. Desejo que aquele povo possa construir um Município melhor, uma cidade melhor. Nós estaremos aqui sempre atentos aos problemas daquela região.

Da mesma forma, o Município de Bom Jesus do Tocantins, próximo de Marabá, na antiga PA-70, Município pelo qual eu também tenho um carinho especial, para o qual tenho destinado emendas, nesta semana estará festejando. No final de semana, eu não poderei ir até lá, por causa de outros compromissos da agenda, mas estarei, através de um vídeo gravado, mandando também os meus parabéns e participando do ato que acontecerá lá no próximo sábado.

Quero dizer também que esses Municípios precisam muito de que o Governo do Estado e o Governo Federal mantenham os seus programas, porque as Prefeituras têm muitas demandas, principalmente quanto à recuperação e conservação das estradas vicinais, das estradas municipais. Elas ultrapassam 3 mil quilômetros no Pacajá e também abundam no Município de Bom Jesus.

Queria que o programa *A Voz do Brasil* registrasse essa minha fala, esses meus parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Está feita a solicitação.

Peço divulgação do pronunciamento do Deputado Zé Geraldo pelos meios de comunicação desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro.



---

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Ministro Kassab, pelo lançamento do satélite que vai beneficiar todas as cidades e todas as vilas, até as quilombolas, em todo este País. Ele vai levar a comunicação de banda larga para todos, inclusive no meu Estado do Pará.

Aproveito a oportunidade para mandar um abraço para o Vereador Marconi, que está nos assistindo agora, através da *TV Câmara*.

Um abraço a todos vocês, amigos.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero deixar registrado que hoje, pela manhã, o Governador de Sergipe, Jackson Barreto, juntamente com lideranças da região do Território do Alto Sertão Sergipano, entre elas os ex-Prefeitos Roberto Araújo e Frei Enoque, estudantes, professores e a Secretaria Estadual de Educação, inaugurou uma das mais belas escolas técnicas de Sergipe, planejada e organizada pelo Território e pelos movimentos sociais, junto com o Governo de Sergipe.

Ela homenageia um dos maiores homens do Sergipe, D. José Brandão de Castro, um mineiro, que foi bispo e que lutou contra a ditadura. D. José Brandão de Castro orgulhará essa escola e a juventude do Alto Sertão Sergipano.

Parabéns ao nosso Governador, parabéns à população de Poço Redondo, parabéns ao Território Alto Sertão, por essa grande conquista, e em especial à Via Campesina, ao MST, ao MPA e a todos que lutaram por isso. Essa é uma escola com alojamentos, com grandes condições, dentro de um grande assentamento, o Assentamento Queimada Grande, que vai engrandecer a nossa juventude sertaneja,



com vagas para mais de mil alunos jovens, que já estão nos cursos de agroindústria, de todas as áreas, cursos técnicos em agropecuária.

Parabéns, Governador Jackson Barreto, parabéns Alto Sertão e todos que se empenharam nessa linda escola, que servirá ao povo sergipano, em especial ao povo sertanejo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, dizer aos meus colegas Deputados e às minhas colegas Deputadas da importância do nosso trabalho.

Com as reformas que estamos trabalhando e que estamos aprovando, na medida do possível, a reforma trabalhista, os mais de 58 pontos que, nos últimos 10 meses, o Presidente mandou para esta Casa, nós já conseguimos fazer com que recuperássemos parte da confiança da sociedade brasileira, em especial a dos investidores.

Estão aí a inflação e os juros caindo. Com certeza absoluta, com a reforma da previdência, que nós aprovamos ontem, nós vamos dar tranquilidade para os aposentados, para os pensionistas e para aqueles — são quase 32 milhões de brasileiros — que dependem da aposentadoria. O que nós estamos fazendo aqui e vamos continuar fazendo é permitir que todos os que já estão aposentados ou que irão se aposentar nos próximos anos tenham a certeza de que irão receber o seu recurso.



Então, é muito importante o trabalho da Oposição. Eles têm mais é que fazer o que estão fazendo, até porque eles governaram o País nos últimos 13 anos, quebraram o nosso País, deixaram o Brasil de joelhos. Agora, nós e o Presidente Michel Temer, juntamente com os Deputados e com os Senadores, estamos, sim, fazendo com que o Brasil se recupere, recupere a sua imagem perante o mundo, perante os investidores nacionais e internacionais.

Que possamos gerar a quantidade de empregos necessários, que são 14 milhões de empregos. Quem vai gerar esses empregos são os investidores, os empresários. Eles só vão investir no País que tenha uma segurança jurídica, que tenha uma segurança que realmente não vai quebrar. E o que nós estamos fazendo aqui é trabalhar para isto: fazer uma reforma da previdência justa, com equilíbrio, para que realmente salvemos o Brasil e também protejamos os que irão se aposentar.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL quer desdramatizar não só alguns conflitos aqui no plenário, para que eles seja mais substantivos do que adjetivos, como também o lamento aí de alguns Deputados governistas em relação à ausência de Deputados do PT.

Para nós é absolutamente natural que S.Exas. acompanhem o interrogatório do seu líder, do seu Presidente de Honra.

Aliás, teremos a mesma postura se Deputados do PSDB foram acompanhar, por exemplo, o interrogatório do Senador Aécio Neves, para compartilhar aflições; e



os do DEM, o do Senador Agripino Maia; e dos do PMDB, o dos Ministros sob investigação.

Isso é normal, é democrático, é saudável, sempre batalhando para que se faça justiça, com provas, com exames isentos e serenos, para que este País seja passado a limpo.

Agora, se mobilização incomoda alguns, que façam outras iguais ou maiores. A nossa linha vai ser esta: política na base, com militância, com ideias e causas. E barras dos Tribunais sempre incomodam, mas se temos uma postura ética e transparente dificilmente elas vão acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria deixar registrado nos Anais da Casa um registro sobre conflitos indígenas que estão ocorrendo agora no Ceará. É uma situação muito confusa. Também menciono o desmonte da FUNAI que esse Governo promove, inclusive com o seu Líder Andre Moura pedindo vinte cargos, segundo o ex-Presidente da FUNAI, para gente que nunca viu um índio na vida. Isso só agrava a situação, que já é muito dramática.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Concedo a palavra ao Deputado Deoclides Macedo, que pediu a palavra. *(Pausa.)*

**O SR. MARCUS PESTANA** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, é muito importante que os Deputados compareçam ao plenário. Essa é uma decisão estratégica para o País, não afeta só Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Quanto ao Rio de Janeiro, que é o caso mais exponencial, tudo que ocorre lá tem repercussão nacional.



Não podemos esquecer que os outros Estados estão tendencialmente caminhando para um colapso financeiro. Então, é preciso deixar esse figurino da negociação aberto. São dois entes federados, é contribuinte de um lado e contribuinte de outro, é o Tesouro Nacional o credor, é o Tesouro Estadual o devedor; e o credor, como representa os seus contribuintes, tem todo o direito de colocar pré-condições. Não é estimular a irresponsabilidade fiscal.

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, houve queda do *royalty* de petróleo, expansão excessiva de ganhos na folha, expansão de serviços públicos. Com a queda, a recessão profunda que o Brasil está vivendo, com a desarticulação do setor petróleo e os efeitos multiplicadores que vieram daí, o Estado está vivendo uma crise de quase pré-falência.

Não é uma questão que interesse só aos moradores do Rio de Janeiro, aos do Rio Grande do Sul e aos de Minas Gerais, é uma questão de processo de ajuste fiscal. Esse figurino que nós estamos colocando nos trilhos hoje, com a aprovação desse PLP, é essencial para resolver um dos calcanhares de Aquiles do desajuste fiscal, sem estimular a irresponsabilidade fiscal, dando um figurino de ajuste fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** - Concedo a palavra ao Deputado Deoclides Macedo.

**O SR. DEOCLIDES MACEDO** (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer aqui um registro importante.

Hoje faz exatos 5 anos do falecimento do ex-Deputado Neiva Moreira, grande líder do PDT e também do nosso País. Há 5 anos ele nos deixou, e eu queria apenas fazer esse registro importante.



O Deputado Neiva Moreira foi jornalista e publicista e um dos grandes aliados do ex-Governador Leonel Brizola. Ele percorreu este País pregando as reformas de base ao lado de João Goulart e ao lado de Leonel Brizola. Também foi um dos responsáveis pela vinda da Câmara Federal para Brasília.

Neiva Moreira, depois, foi Deputado Federal. Ele ajudou a fundar o PDT ao lado do ex-Governador Jackson Lago, do Maranhão, Estado do qual também foi Deputado Federal por algumas legislaturas.

Então, nós queremos fazer esse registro importante desse grande companheiro, desse grande homem público que foi o Deputado Neiva Moreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo. Em seguida, falará o Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. PEDRO PAULO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria pedir a sua atenção na votação desse segundo destaque. Esse destaque prevê, na supressão do art. 8º, acabar com a essência do projeto.

Os seis primeiros incisos dos 12 contidos no art. 8º falam sobre a contenção da despesa de pessoal. São incisos que replicam a Lei de Responsabilidade Fiscal e que dizem que esses Estados que poderão aderir ao Regime de Recuperação Fiscal entraram no Regime de Recuperação Fiscal porque explodiram as suas despesas de pessoal. Ora, se não conter essas despesas, não faz sentido se estabelecer um acordo, um benefício para que esses Estados possam voltar ao equilíbrio.

Ele fala em outros incisos também sobre despesas continuadas, despesas de caráter continuado, que são nada mais nada menos do que despesas novas. Se nós



---

estamos trabalhando para que esses Estados contenham a farra de gastos, para que recuperem a sua saúde financeira e fiscal, nós temos que fechar essa torneira.

Então, esse artigo também foi costurado com o Governo, com a União, com os Estados, com as bancadas. Nós aprimoramos no meu substitutivo, Sr. Presidente. Ali até reconhecemos que havia problemas em relação a convênios já estabelecidos com pessoas portadoras de deficiência, com trabalhos de assistência social, e melhoramos a redação para que não proibissem a continuidades desses convênios.

Ou seja, é um artigo importante, foi negociado e é a essência do Regime de Recuperação Fiscal. É importante que ele também sirva de exemplo, para que esse benefício que vai ser gerado com a interrupção dos pagamentos à União das dívidas que esses Estados têm possa impor a esses Estados a disciplina e a retomada do reequilíbrio fiscal.

Por isso eu queria pedir o apoio dos Deputados. Eu ouvi alguns Deputados dizerem que nós estamos arrojando o servidor, votando contra o servidor, quando falamos sobre esse destaque, quando se congela aumento de salários, aumento da despesa de pessoal. É o contrário.

No Rio de Janeiro, por exemplo, Presidente — todos conhecem a realidade desse Estado —, eu tenho recebido diversos servidores do Estado pedindo, pelo amor de Deus, que aprovemos esse projeto, porque eles querem que os seus salários sejam colocados em dia. O maior direito do servidor público é trabalhar e receber. Esses Estados que estão à beira da falência poderão ter facultado o direito de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal.





Por isso eu queria pedir aos Deputados que venham ao plenário e votem “sim” à manutenção do substitutivo, para que esse instrumento possa, o mais rápido possível, entrar em vigor e salvar esses Estados que estão à beira da falência.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Sras. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento o nosso Ministro da Saúde, Ricardo Barros, a assessoria do DCEBAS, que trata da filantropia dos hospitais, e a Dra. Maria Victória.

Estivemos agora à tarde recepcionando o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, de Santa Maria, a Dra. Angela Perin, o Dr. Carlos Schleder e também o Dr. Ricardo Reis. A equipe do hospital discutia o trabalho de filantropia do hospital.

Há alguns meses, nós conseguimos a filantropia por 7 anos. Agora, estavam pendentes 2015, 2016 e 2017. Então, nós estivemos discutindo lá, apresentando toda a documentação do hospital, que é um dos mais importantes do Rio Grande do Sul, da região central do Estado. Com mais de 3 mil funcionários, atende mais de 100 Municípios da região. É um hospital extremamente importante. Estava com débito na Previdência de mais de 100 milhões de reais. Já acertamos 6 anos e agora os últimos 3 anos.

Rendo a minha homenagem ao Ministro Ricardo Barros, que, a pedido do Presidente Michel Temer, deu celeridade e agilidade aos processos de filantropia.

O Hospital Dr. Astrogildo, de Santa Maria, com um grande número de leitos e funcionários, atende muitos Municípios e fica no centro do Rio Grande do Sul. É o



hospital que mais atende à Previdência dos funcionários públicos e estaduais do Rio Grande do Sul, ligados ao IP.

Agradeço ao Ministro Ricardo Barros, à sua equipe e ao Presidente Michel Temer por ter nos atendido. Seguramente, vamos resolver esse impasse da filantropia, que é extremamente importante para o Hospital Dr. Astrogildo de Azevedo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero pedir que principalmente a bancada do Rio de Janeiro venha ao plenário para votar. Verifico que muitos não vieram ainda ao plenário para votar. E esta é uma matéria de interesse direto do Estado do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero dizer da alegria por receber aqui no plenário da Câmara Léo Coutinho, Prefeito do Município de Porciúncula. Ele é um jovem que administra um Município importante do interior do nosso Estado do Rio de Janeiro, em um momento de muita dificuldade, mas que, com afinco, vem fazendo uma excelente administração.

Sr. Presidente, em relação ao outro tema debatido hoje aqui, os que estão em Curitiba e os que estão acompanhando pela rede social podem verificar a dimensão, o tamanho e o carinho que o povo brasileiro tem pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Infelizmente, na Vara de Curitiba, *“pau que dá em Chico dá em Francisco”*. Esse foco direcionado de querer tirar o direito de o Presidente Lula ser candidato não é uma ação correta, pois quem elege e quem retira, quem elege e quem derrota,



quem viabiliza e quem inviabiliza candidatos à Presidência da República são os eleitores — homens, mulheres, jovens e idosos brasileiros.

Então, vamos deixar ser candidato quem quiser, e que o povo brasileiro possa decidir!

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Concedo a palavra ao Deputado André Amaral.

**O SR. ANDRÉ AMARAL** (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero convidar os colegas Deputados a comparecerem ao plenário para que possamos votar a reestruturação fiscal dos Estados.

Logo após — e V.Exa é um conhecedor da matéria vaquejada, tem uma vaqueiro dentro de casa —, convido todos os Deputados a votarem esta importante matéria, não só para a vaquejada. Eu falo do rodeio, do *Team Penning*, de todas as modalidades que envolvem cavalos e que estão muito longe dos maus-tratos. Pelo contrário, nós estamos falando de animais atletas que são muito bem cuidados, pelos quais seus donos têm um verdadeiro carinho.

Então, quero convidar todos os colegas para que possamos votar. É uma matéria que mexe com a economia do Nordeste, mexe com a economia do Brasil e mexe com o que é mais importante: a cultura do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Concedo a palavra ao Deputado Bebeto.

**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós estamos há alguns meses debatendo a recuperação fiscal do Estado. O PLP nº



---

343 vem semanalmente à pauta, e o Governo estabeleceu como uma urgência, uma necessidade, a conclusão da votação do seu mérito e dos destaques.

Lamentavelmente, nós temos assistido semanalmente ao esforço que faz o Presidente da Câmara dos Deputados, sem obter a reciprocidade da base, que não deseja votar este projeto.

Mais uma vez, nós estamos analisando este PLP e os destaques, e nós não vemos boa vontade daqueles que compõem a base do Governo para votar os destaques. Depois ficam os Deputados desfilando um conjunto de discursos, dizendo que os partidos de oposição, ou que Deputados mesmo que compõem partidos que são da base não querem votar, o que não é verdade.

Nós ficamos expostos à votação do primeiro destaque por quase 3 horas. Para o segundo destaque, já estamos com quórum de 376 Deputados.

V.Exa. precisa decidir o encerramento desta votação. Estamos todos aqui aguardando para seguir o debate em torno dos demais destaques e, ao concluirmos esses destaques, votar a PEC 304.

Essa PEC é importante. Todos estão aqui. O Brasil inteiro encontra-se em Brasília, aqueles que têm amor, que compreendem a vaquejada como parte de uma manifestação cultural do Nordeste. Nós queremos votar essa PEC.

Mas aqui ficamos expostos quando o Governo não consegue botar número suficiente para votar os destaques. Peço a V.Exa. que não nos exponha mais.

Assim como se estabeleceu certo projeto, o projeto do escambo, reeditando o escravismo, em que os trabalhadores rurais vão trocar casa por comida, e nessa trajetória se configurou, meus caros companheiros, a figura do capitão do mato, que



fica a analisar como estão votando os Deputados, acompanham os Deputados, que ponha o capitão do mato do Governo para trazer a base do Governo para votar.

Não há um capitão do mato para analisar os votos junto à reforma da Previdência, à reforma trabalhista? Chamem o capitão do mato para botar a base do Governo para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Com a palavra o Deputado Ricardo Izar.

**O SR. RICARDO IZAR** (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer um esclarecimento aqui. Alguns Deputados estão falando que essa PEC da vaquejada vem para permitir o rodeio, as provas equestres. O que está em jogo aqui é uma decisão do Supremo que diz respeito somente à vaquejada.

Então, para alguns Deputados que estão sendo induzidos, porque existe rodeio ou prova equestre no Estado, eu digo que isso não é atingido com a decisão do Supremo. São atingidas a crueldade e a tortura que acontecem na vaquejada.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

**O SR. ZÉ GERALDO** (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, até ontem à noite eu estava com a minha viagem para Curitiba programada, para me somar aos mais de 60 mil manifestantes em defesa do Presidente Lula.

Em função dessas matérias importantes, inclusive de duas medidas provisórias que tratam de regularização fundiária na BR-163, no Estado do Pará, e



em função de aqui estarem umas 40 lideranças — essa é a terceira semana seguida que vêm até aqui para acompanhar essa votação —, eu fiquei para ajudar na articulação de defesa desta matéria, que precisa de uma solução.

Infelizmente eu estou percebendo que nós estamos correndo o risco de não votarmos hoje essas duas medidas provisórias.

Sr. Presidente, é muita pouca produção! Ontem nós não votamos nada. Até agora, hoje, quase nada. Amanhã, não votaremos nada. Então, esta é uma semana de pouco resultado, porque me parece que o que interessa ao Governo é exatamente, neste momento, apenas aprovar essa reforma desastrosa da Previdência.

Sr. Presidente, peço que hoje nós possamos acelerar e trabalhar até tarde para votar esta matéria. Pelo andar da carruagem, eu acho que nós vamos ficar aqui até às 21 horas porque cada destaque demora 1 hora. O primeiro demorou mais de 2 horas.

Nós poderíamos fazer um esforço para votar a MP 756 e a MP 758, duas medidas que tratam de regularização fundiária, sim, em uma região do Estado do Pará. Lá o desenvolvimento chegou a partir do Governo do Presidente Lula: o asfaltamento até Santarém e o Programa Luz para Todos.

Para se ter uma ideia, na região de Castelo de Sonhos e Cachoeira da Serra, praticamente 95% das famílias participam do Programa Luz para Todos, que nós defendemos num programa especial no contrato de Belo Monte. Essa região se desenvolveu, um corredor por onde passam de 2 a 3 mil carretas de soja e de milho, por dia, e nós não podemos ver proprietários de terra do Pará sem o direito também de ter a regularização das suas propriedades, de gerar emprego também na região,



produzindo o que vocação da região permitir. Para isso, é preciso que nós avancemos nessas medidas.

Sr. Presidente, solicito que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Solicito que o discurso do Deputado seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Concedo a palavra ao Deputado João Daniel.

**O SR. JOÃO DANIEL** (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que seja registrado nos Anais da Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil* que, na última sexta-feira, dia 5, nós estivemos em Poço Redondo e Canindé de São de Francisco e visitamos o parque estadual da Caatinga, criado com o apoio do INCRA, nos Governos do Presidente Lula e Marcelo Déda. Esse parque está sendo muito bem cuidado e preservado.

O Dia Nacional da Caatinga é 28 de abril, mas foi comemorado no dia 5 de maio.

Eu queria parabenizar toda a equipe da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, na pessoa de Olivier Chagas, Secretário Estadual, o ex-Prefeito de Poço Redondo, o Prefeito de Canindé de São Francisco e a população da região, que pode debater e discutir várias questões, em especial a preservação e a importância do bioma Caatinga para o Brasil e para o Semiárido.

Defender a natureza, a cultura e o povo do Alto Sertão é uma das nossas grandes metas. Nós sabemos da importância da Caatinga para o Brasil e para o povo sertanejo. É o único bioma exclusivo brasileiro no planeta, que é nosso, que é do Semiárido.



Parabéns ao povo sergipano, ao povo nordestino, pela preservação e pela importância dos povos, da cultura, da alimentação e do nosso bioma Caatinga!

Deixo este registro e peço divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que no último dia 5 de maio, sexta-feira, participamos da comemoração do Dia da Caatinga, nos Municípios de Canindé e Poço Redondo, em Sergipe. Gostaria de deixar registrado meu pronunciamento e pedir a sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

Lembro que aqui nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 504, de 2010, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional, está pronta para pauta no plenário desde 2014 e não foi a voto.

Único bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga tem seu dia nacional celebrado oficialmente em 28 de abril. Já a comemoração em Sergipe aconteceu nesta sexta-feira, 5 de maio, e ficou por conta da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos — SEMARH, num evento que reuniu autoridades e técnicos no assunto.

O encontro para comemorar a data aconteceu entre os Municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, mais precisamente na área do Monumento Natural Grota do Angico — MONA, unidade de conservação gerida pela SEMARH. A





programação contou com palestras de membros da EMDAGRO de Canindé, Lúcia Maria Andrade e Rita Selene Bezerra, sobre produtos produzidos a partir da matéria prima da Caatinga e como aproveitar melhor os recursos desse bioma; além de técnicos ligados ao tema, como Bruna Vieira, que falou sobre as URADS — Unidade de Recuperação de Áreas Degradadas.

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, Olivier Chagas, ressaltou a importância do bioma Caatinga, justamente por ser estritamente brasileiro e, em boa parte, nordestino.

*“A SEMARH não poderia ficar omissa num momento como este. Então viemos celebrar a Caatinga, que é o mesmo que celebrar a vida, objetivando buscar abrir os nossos olhos e os da população, porque a Caatinga precisa ser preservada e recuperada. Por isso, o fato de estarmos aqui realizando este ato é muito importante e simbólico. O evento não tem só cunho festivo, mas também educacional.”*

Afirmou, acrescentando que a ideia é discutir com o sertanejo a importância de fazer um uso da Caatinga de forma sustentável. *“Essa é a fórmula para garantir a sobrevivência dela e da população que vive dentro dela.”*

Para o Deputado Federal João Daniel, presente no evento, é necessário despertar a consciência da população para a preservação desse bioma riquíssimo para garantir que esteja fortalecido.

*“É importante comemorar o dia, debater, levar o tema para as escolas, para os meios de comunicação,*



*para a sociedade como um todo. A SEMARH cumpre um papel fundamental ao não deixar passar em branco o tema, realizando debates e discussões desde o início desta gestão, porque vem trabalhando com firmeza e determinação essa questão da Caatinga. Isso é uma coisa nova pra Sergipe. Nos últimos anos é que nós vemos esse grande trabalho sendo feito aqui. Olivier Chagas, além de dar continuidade, ampliou os trabalhos. Então, o trabalho da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos tem sido uma referência nacional”,* ressaltou João Daniel.

O Monumento Natural Grota do Angico, localizado nos limites dos Municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, numa área de chão pedregoso e cercada por catingueiras, foi criado pelo Governo do Estado há 10 anos. Desde a sua criação, a unidade é administrada pela SEMARH e recebe visitantes de várias partes do Brasil e do exterior, para a realização de estudos e pesquisas científicas. Além de abrigar o local da história do cangaço, representa a única unidade de conservação estadual do bioma Caatinga.

José Heverton Vieira de Moraes, gestor da Unidade de Preservação da Caatinga, contou que foi um prazer receber esse evento.

*“Temos uma área de 2.265 hectares preservados de Caatinga, local propício para receber ato festivo. Aqui é uma reserva totalmente de Caatinga, Alto Sertão sergipano. O bioma tem várias espécies, agora mesmo*



*tem pessoal trabalhando com manejo de produtos da Caatinga para sobrevivência dos agricultores daqui”, afirmou.*

O Prefeito de Canindé de São Francisco, Ednaldo Vieira Barros, conhecido como Ednaldo da Farmácia, afirmou com entusiasmo: *“O momento chama a atenção para a manutenção da Caatinga. A iniciativa do Governo merece elogios, por conta do interesse do Estado em preservar este bioma. Inclusive, já temos funcionários da nossa administração envolvidos nos trabalhos voltados para os cuidados com a Caatinga”.*

Rildo Joaquim Carvalho da Silva, Secretário de Meio Ambiente de Canindé, explicou que *“esse projeto deve servir de exemplo para que seja criado em outros Municípios para que se consiga resgatar a Caatinga, bioma que só existe no Brasil”* e assegurou que a SEMARH pode contar com a Prefeitura de Canindé:

*“Nós temos um departamento de Meio Ambiente e o que vocês precisarem lá, a Prefeitura vai ajudar. Não podemos deixar de pensar em projetos como esse. O mais importante ainda é envolver os jovens e as crianças, fazer disso aqui um processo de educação, porque as crianças são o futuro e vão cuidar do nosso bioma”.*

Para o ex-Prefeito de Poço Redondo, Roberto Araújo, as escolas precisam trazer os alunos para fazer dia de campo para a Caatinga, porque eles vão sair com a missão de retransmitir para os outros a preservação da Caatinga.

*“O Monumento Grotta do Angico, criado pelo Governador Marcelo Déda e hoje tão bem conduzido pelo*



---

*Governador Jackson Barreto, representado na pessoa do Secretário Olivier Chagas, é uma responsabilidade de todos nós. É preciso preservar, porque a devastação do meio ambiente é muito grande aqui na região. Quando a gente vem aqui, a gente sai de alma renovada”.*

Ao contrário da imagem propagada de isolamento e solo rachado, a Caatinga abriga uma diversidade de espécies ainda pouco conhecidas por grande parte da população. Engloba regiões de clima semiárido dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e a parte norte de Minas Gerais. O nome do bioma advém do tupi-guarani e significa mata branca, uma referência à cor dos troncos das plantas que perdem sua folhagem nos períodos mais secos.

Luciana Rodrigues, professora e coordenadora do Programa de Meio Ambiente da Universidade Tiradentes, conta que as pessoas geralmente não costumam valorizar a Caatinga por causa do ambiente seco.

*“Elas pensam que na Caatinga só existem seca e sofrimento, mas a Caatinga é um bioma lindíssimo. A falta de conhecimento gera a desvalorização. A deia é fazer com que as escolas comecem a fazer visitaço no monumento, fazer com que a população que vive no entorno comece a ajudar a preservar. O dia da Caatinga é todo dia. Está todo mundo fazendo o contrário: jogando lixo e desmatando. A gente quer que essas pessoas enxerguem o valor do bioma preservado para a nossa*



---

*qualidade de vida. O evento é para sensibilizar. Eu conheço, eu gosto e passo a querer preservar”.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Com a palavra o Deputado Assis Melo.

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero saudar as trabalhadoras e os trabalhadores metalúrgicos de Caxias do Sul e região. Nos últimos dias 3, 4 e 5 houve eleição para o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. Na ocasião, foi eleita a Chapa 1, Sindicato Unido e Forte, encabeçada pelos companheiros Claudécir Monsani e Adão Jovani.

Desejo que todas as trabalhadoras e trabalhadores mantenham aquela importante entidade no rumo da unidade e na defesa dos interesses dos trabalhadores.

Era a referência que eu queria fazer ao microfone deste plenário, porque se trata de uma importante categoria de trabalhadoras e trabalhadores da Região da Serra do Rio Grande do Sul.

Quero saudar a todos os membros da Chapa 1 pela importante vitória e saudar também os trabalhadores e as trabalhadoras da metalúrgica da nossa região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Gostaria que meu discurso fosse divulgado em *A Voz do Brasil* e pelos órgãos de comunicação da Casa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Será divulgado em *A Voz do Brasil* o discurso de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.



**O SR. RUBENS BUENO** (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar a V.Exa. e à Mesa que, na votação passada, que durou mais de 2 horas, o número atingido foi 392. Nós já temos 393. Então, nada justifica continuar a sessão desta forma. Desculpe-me, mas não há razão nenhuma para continuar este marasmo por aqueles que não comparecem aqui para cumprir com o seu dever: votar pelo País.

**O SR. PRESIDENTE** (Jhonatan de Jesus) - Concedo a palavra ao Deputado Aguinaldo Ribeiro.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu queria trazer a importância deste tema que estamos votando, desta votação que já se arrasta nesta Casa por um longo tempo e que nos impõe a necessidade de concluí-la na tarde de hoje.

Eu queria inicialmente fazer aqui um chamamento a todos os Parlamentares que se encontram na Casa para que venham a este plenário, a fim de que possamos votar não só esse destaque que nós estamos apreciando agora, mas também os demais destaques desta matéria importante, que trata da instituição de um programa de recuperação fiscal para aqueles Estados que estão em situação de extrema dificuldade financeira e de pré-insolvência, vamos chamar assim. E é necessário que nós possamos avançar nesta votação.

Durante todo esse processo de votação, Sr. Presidente, divulgando a matéria e debatendo-a com as Lideranças deste Parlamento, nós construímos aqui um acordo, inclusive em torno de vários destaques que ainda iremos apreciar.

Inicialmente quero fazer menção ao próximo destaque que nós iremos anunciar e enfrentar. Trata-se do Destaque nº 23, que foi construído mediante



acordo feito com a Liderança do PSD, com o nosso Líder Marcos Montes, com a Liderança do PSB, com a nossa Líder Tereza Cristina, e com alguns Parlamentares. Gostaria de destacar a participação da Deputada Laura Carneiro, que também participou dessa construção, para a aprovação desses destaques.

Estava conversando há pouco com o nosso Líder Arnaldo Jordy, que tem um destaque de emenda também a ser apreciado, e, no momento próprio — não sei se ele se encontra neste momento —, vou fazer uma referência na apreciação do próprio destaque e também dos dois últimos destaques, um destaque do PTB e um destaque do PP, cujos acordos também foram construídos.

Portanto, vamos votar os destaques do PSD, por acordo, e, ao aprovar esse destaque construído da forma a que já me referi, estará prejudicado o outro destaque. Da mesma forma, se aprovado o destaque do PTB, construído também em um acordo, estará prejudicado o destaque do Bloco do PP, que também participou do mesmo acordo.

Portanto, aqui se faz necessário o reforço para que os Parlamentares possam estar presentes não só agora neste processo de votação, mas também, mesmo com acordos, nos demais processos de votação, que serão votações nominais. Mesmo com acordo construído, se estivermos aqui todos os presentes, faremos um processo de votação extremamente rápido, venceremos e concluiremos a votação desta matéria o mais breve possível para, aí, sim, podermos apreciar as medidas provisórias e a PEC nº 304, acordada com o Presidente da Casa, que se faz necessário votar na noite de hoje.

Por isso, tenho a plena convicção de que se todos os Parlamentares —faço um apelo às Lideranças e aos Parlamentares — estiverem na Casa, construídos os



acordos, Sr. Presidente, V.Exa. que retoma a Mesa, cumprido os acordos, após esta votação, faremos uma votação rápida. Entretanto, repito, serão votações nominais. Aqui ficando, como se trata de acordo, venceremos muito rapidamente as votações na noite de hoje, cumprindo aquela pauta que está definida por V.Exa. na noite de hoje.

Em vista disso, agradeço aos Parlamentares, mas faço este apelo às Lideranças partidárias e a todos os Parlamentares para que fiquemos no plenário para, após o encerramento desta votação, repito, venceremos todos os demais destaques que já foram acordados, mas que precisam ser apreciados nominalmente por se tratar de um PLP.

É o apelo que faço na tarde de hoje.

Muito obrigado.

*O Sr. Jhonatan de Jesus, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, gostaria de dizer aos colegas Deputados e Deputadas da importância destas votações que estamos fazendo na tarde hoje.

Esse ajuste fiscal para os Estados — em especial, para Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais — é de extrema importância. O Governador José Ivo Sartori, do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com sua equipe, já eliminou





---

dez secretarias, cortou cargos em comissão, reduziu horas extras, fez uma economia total, mas, mesmo assim, não tem como pagar os salários dos servidores em dia. Essa é uma agravante que houve no nosso Estado, herdada das administrações passadas, em especial, da última, do Partido dos Trabalhadores, deixando o Estado do Rio Grande do Sul nessa situação.

Nós estamos aqui hoje dando a oportunidade para que os Estados que estão com problemas possam renegociar suas dívidas junto à União. Neste momento, são 13 Estados nessa situação, a qual eu espero que os demais não precisem chegar. É muito importante o apoio, a compreensão e o respeito que as Sras. e os Srs. Deputados estão tendo com relação a isso.

Quero também dizer que nós teremos importantes votações daqui para frente. Vamos votar daqui a pouco a PEC 304/17, que trata das vaquejadas. Há também uma PEC do Estado do Pará, que merece todo o nosso respeito.

É muito importante a nossa presença nesta Casa, para cumprirmos com a nossa obrigação. O Brasil precisa de nós. Temos a responsabilidade de participar e votar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arthur Lira, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PP/PTN/PTdoB.

**O SR. ARTHUR LIRA** (Bloco/PP-AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós já estamos há, praticamente, 5 ou 6 semanas discutindo esse PLP, assunto demasiadamente debatido nesta Casa, que teve a relatoria do nosso Deputado Pedro Paulo, e todos os Líderes já discutiram mais do que suficientemente esta matéria. Nós esperamos, na tarde hoje, ter o fim desses destaques, e este é um dos mais importantes; que sejam votados pela nossa base.

Aproveito o tempo da Liderança para pedir a todos os Deputados que apressem a sua vinda ao plenário, inclusive aos que estão ainda em algumas Comissões Especiais. Peço aos gabinetes que reforcem a vinda desses Deputados para cá, para que nós possamos, de uma vez por todas, encerrar esse tema na sessão de hoje.

Nós não temos mais condição de ficar procrastinando esta discussão, absolutamente. Nós temos matérias importantíssimas pautadas para o dia de hoje, como algumas medidas provisórias, que estão trancando a pauta, relatórios que têm que ser lidos, a Proposta de Emenda à Constituição nº 304, de 2017, que movimentou o Brasil. Todos os representantes dos esportes equestres nacionais estão em Brasília hoje para que nós votemos a PEC 304.

Se nós nos arrastarmos, procrastinando o tempo das votações, com certeza, não teremos tempo hábil para iniciar a discussão e trazer à baila neste plenário o que é de suma importância para o Nordeste do Brasil, para o Norte do Brasil, para o



Sudeste do Brasil, para o Sul do Brasil e para o Centro-Oeste do Brasil, porque os esportes equestres atendem ao Brasil como um todo.

Desde o Rio Grande do Sul, com a sua paleteada, aos rodeios no Estado de São Paulo e a vaquejada no Nordeste, todos os esportes que envolvem o cavalo contribuem para a geração de emprego e renda, a cultura nacional, o desenvolvimento regional, a formação do caráter e da personalidade do homem que nasce, cresce e vive aprendendo a amar o que faz com relação aos esportes equestres.

Então, Sr. Presidente, nós, na tarde de hoje, temos o dever cívico de corrigir essa distorção das regulamentações feitas inapropriadamente pelas Assembleias Legislativas. Apesar de serem boas as intenções, elas fazem as leis sem a devida capacidade legislativa de dispor sobre determinada matéria, como foi o caso da lei do Estado do Ceará, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Esta correção já foi feita pelo Senado, que já cumpriu o seu papel de Casa Legislativa votando em dois turnos esta matéria. E a Câmara poderá, no dia de hoje, com o apoio do nosso Deputado Ricardo Tripoli, defensor da causa animal, que sabe que os esportes equestres nada têm a ver com os maus-tratos aos animais, cumprir o seu papel também.

O PSDB, na sua maioria, eu acredito, também apoiará esta PEC. Está ali um dos bravos defensores dos rodeios no Estado de São Paulo, o Deputado Capitão Augusto, como tantos outros Deputados que defendem a vaquejada. Eu sou um dos que a pratico e a defendo desde pequeno, porque eu sei o que ela proporciona para o meu Estado, para o meu povo e para o meu País. É o resgate da cultura de um povo. É a manutenção da tradição de um país. A continuidade de uma rede de



---

empregos de milhares e milhares de pessoas estará em jogo no plenário no dia de hoje. Então, eu peço a todos os Deputados, principalmente aos Deputados do meu partido, e aos meus amigos nesta Casa — ao longo de 6 anos eu fiz amigos, aumentando a minha rede de amizade — que nós façamos uma corrente para a aprovação desta PEC.

Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, o que está impedindo a votação desta PEC é justamente a procrastinação, a demora, a lentidão das votações de cada destaque deste PLP, que se arrasta ao longo de quase seis semanas.

Vamos dar um fim a esta discussão, para que a Câmara dos Deputados cumpra o seu papel, para que a União cumpra o seu papel, ajudando sem nenhum tipo de intervenção, sem nenhuma grosseira maior, para que os nossos Estados que estão passando por um momento de dificuldade sanem essa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero apenas fazer um esclarecimento. Alguns Parlamentares estão entendendo que há um intervalo de 1 hora entre as votações. Não há intervalo! Nós estamos tratando de PLP. Então, mesmo havendo acordo, as votações serão feitas rapidamente.

É importante dizer que, se nós ficarmos no plenário inclusive nas próximas votações, nas quais temos acordo, faremos rapidamente as votações. Nós não teremos um interstício de 1 hora entre as votações. Elas serão feitas seguidamente. E repito que dois destaques ficarão prejudicados.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Presidente, conceda-me 1 minuto, por favor.

**SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, V.Exa. está ao lado de um ambientalista importante do nosso País, o Deputado Ricardo Tripoli. Eu quero parabenizar o Dr. Bruno Valente, Procurador da República no Pará, por ter ingressado com procedimento de investigação em relação ao MMA.

Independentemente de Governo, acho que temos que ter cuidado. Por quê? O MMA abriu uma licitação no valor de 78,5 milhões de reais para a contratação de uma empresa para fazer o monitoramento do desflorestamento da Amazônia e prestação de serviços tecnológicos.



Não podemos radicalizar. Há serviços que podem ser terceirizados, privados. Mas o INPE — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que todos aqui conhecemos, é um dos mais importantes institutos do planeta! Nele não há um cientista que não seja de grande nome! Há mais de 30 anos, o INPE, por decreto governamental, monitora o desmatamento na Amazônia.

Então, não vejo muito sentido em que, de repente, sem nenhum debate, se faça um edital para contratação de uma empresa privada, que pode ser estrangeira e pode ter acesso a informações importantes e comprometer os nossos compromissos internacionais com as metas da Conferência de Paris.

Então, parabênzo o Ministério Público, porque se trata do Brasil, do Estado brasileiro, da nossa soberania. A Amazônia não está à venda!

Muito obrigado, Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estão colocando nossa Amazônia à venda. Nosso maior patrimônio está sendo negociado a preço de banana por este Governo ilegítimo e corrupto.

Na semana passada, o Ministério Público Federal — MPF abriu no Pará um procedimento de investigação para apurar o edital lançado pelo Ministério do Meio Ambiente — MMA que prevê a contratação de empresa privada para monitoramento do desmatamento da Amazônia e prestação de serviço de tecnologia.

Há mais de 30 anos essa tarefa, regulamentada por decreto governamental, é realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, e agora estão tentando privatizá-la.



O serviço de monitoramento realizado pelo INPE é fundamental para o cumprimento de acordos internacionais firmados pelo Brasil com relação à emissão de gás carbônico, por exemplo, e detém informações cruciais sobre a Amazônia.

Esse edital lançado pelo Ministério para contratação de empresa por R\$ 78,5 milhões, além de absurdo, também não deixa claro quais seriam as reais funções da empresa. E foi novamente uma medida do Governo feita sem consulta, sem discussão adequada, às escondidas. Até o Diretor do instituto foi surpreendido com a notícia, o que demonstra mais uma vez a falta de transparência e democracia do Governo comandado por Michel Temer.

Para este Governo envolvido até o pescoço em escândalos de corrupção, já não bastam os altos índices de desmatamento da Amazônia, a entrega do espaço aéreo para o capital estrangeiro, os conflitos agrários, os ataques aos povos indígenas, quilombolas e sem terras. Agora também querem negociar informações que têm colaborado há anos para o controle da floresta.

O inquérito civil do MPF foi iniciado com envio de ofícios aos dois órgãos, INPE e Ministério do Meio Ambiente, para que respondam os questionamentos em até 10 dias. A investigação está sendo conduzida pelo procurador da República Bruno Valente, que se mostrou preocupado com a ruptura institucional que esse tipo de contratação pode provocar.

É perigoso e lamentável o que estão tentando fazer com a nossa Amazônia. Por isso, ressalto nesta Casa todo o apoio do mandato à investigação do MPF. Contaremos com a celeridade e a eficácia do órgão para barrar mais esse ataque à soberania e ao patrimônio nacional. A Amazônia não está à venda!



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a proposta do Líder do Governo é factível. É possível votarmos rapidamente o destaque do PSD, que é a supressão do art. 11; e o destaque do Bloco do PTB, que estende as questões previstas na Lei Complementar nº 156, de 2016. Então, rapidamente poderíamos colocar em votação a PEC da vaquejada.

Com esse acordo, podemos resolver isso rapidamente, evitando o vexame de ficarmos horas e horas com o painel aberto, Sr. Presidente.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Sr. Presidente, peço a palavra para um registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Estamos recebendo na Casa, com muita alegria, o Prefeito de Belford Roxo, seu amigo, e o Deputado Estadual Canella. Eles vieram lhe dar um abraço e conhecer o nosso trabalho, em função das votações sobre os Estados, que nós vamos concluir hoje, com a graça de Deus.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou esperar, no máximo, mais 10 minutos. *(Pausa.)*

Vou esperar mais 10 minutos e encerro. *(Pausa.)*

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero compartilhar com a Casa o levantamento feito pelo Deputado Júlio Cesar, do Piauí, dos últimos seis REFIS realizados de 2000 até





agora: o REFIS da Lei nº 9.964, de 2000; o REFIS da Lei nº 10.684, de 2003, chamado PAES; a Medida Provisória nº 303, de 2006, chamada PAEX; a Lei nº 11.941, de 2009, que foi um REFIS muito grande; a Lei nº 12.865, de 2013, do sistema financeiro; e a Lei nº 12.996, de 2014. Agora temos uma medida provisória aprovada pela Comissão Especial Mista pronta para ir a voto.

Esses seis REFIS renderam para a Receita Federal 201 bilhões, 381 milhões. O REFIS que está sendo aprovado copia o REFIS de 2009, em que o Presidente Lula sancionou e arrecadou por ano, e se continua arrecadando, 11 bilhões, 216 milhões, quase 1 bilhão por mês.

A crise é muito grande e afeta empresários e pessoas físicas — mais da metade dos 12 milhões de empresas e 60 milhões de brasileiros estão inadimplentes. Para sair dela, é preciso votar uma repactuação de dívidas em âmbito federal, estadual e municipal, um REFIS.

Eu apelo a V.Exa. e aos Líderes para que coloquem em discussão e votação o REFIS da Medida Provisória nº 766, de 2017. E, se houver algum contraditório, alguma coisa contra, coloquem isso na mesa antes de a matéria ir à votação.

Sem o REFIS, não há como se gerar empregos. Ele vai dar condição de as empresas terem normalidade e voltarem a gerar emprego. E é preciso também que os bancos, que tiraram da economia 1 trilhão de reais de crédito no ano passado, voltem a financiar e a renegociar dívidas. Sem REFIS, sem renegociação de dívidas e sem reforma tributária não há como o Brasil voltar a crescer e gerar empregos.

Quem é contra o REFIS é contra a geração de emprego. Precisamos diminuir o número de desempregados no Brasil, onde o desemprego chega a atingir 14



milhões e meio de pessoas, 10 milhões de pessoas estão subempregadas, há perda de renda, e as empresas estão estranguladas.

Está nas mãos de V.Exa. a decisão maior de colocar em votação o REFIS. E deixo V.Exa. tranquilo, porque eu e o Deputado Júlio Cesar gostaríamos de fazer um repto a quem quiser do Governo, do Ministério da Fazenda ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para discutir conosco os benefícios do REFIS. Nós estamos aptos a debater com eles que o REFIS é a única saída. Mas não o REFIS que o Governo mandou, de baixa adesão e que não vai resolver o problema das empresas e das pessoas físicas que hoje estão devendo para o Fisco Federal.

Faço um apelo a V.Exa. para colocar em votação o REFIS.

**A SRA. LUZIA FERREIRA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Luzia Ferreira.

**A SRA. LUZIA FERREIRA** (PPS-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em nome da bancada do PPS, atendendo ao apelo do Líder do Governo e ao acordo político aqui concretizado, nós queremos retirar o Destaque nº 25, que permite que os Estados que não preenchem os requisitos para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal possam também gozar dos benefícios e prerrogativas garantidos àqueles em recuperação.

O Destaque tinha o objetivo de não punir exatamente os Estados que cumpriram o seu dever de casa, que seguiram de forma correta o seu exercício fiscal. Mas, como o Líder aqui garantiu que os Estados serão contemplados



também, inclusive com acesso a recursos do BNDES, para contribuirmos com esse acordo, estamos publicamente fazendo a retirada do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputada.



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos encerrar!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Já vai acabar. Mais 5 minutinhos só.

(Pausa.)

**O SR. IVAN VALENTE** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Líder Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria deixar registrado na Casa um pronunciamento sobre 1 ano de balanço do Governo Temer chamado: *Um ano de Temer, tragédia na vida do povo brasileiro que deixará sequelas irreversíveis.*

O Governo que chegou ao poder através de um golpe institucional, ilegítimo, ilegal, está cumprindo à risca, na nossa opinião, a pauta das elites brasileiras; Governo que já cumpriu, inclusive, 40% do seu tempo, que vai até 2018.

Esse Governo só pensou em fazer as tais reformas que são contra os direitos dos trabalhadores brasileiros. Nós assistimos, nesse período, à Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016, depois Emenda Constitucional nº 95, que trata do congelamento do teto de gastos por 20 anos. Assistimos à votação de um projeto radical de terceirizações, de precarização do trabalho. Tínhamos a reforma trabalhista, com mais de 100 dispositivos da CLT revogados e em que o negociado vale mais do que a lei — essa é uma lei patronal, e a população sabe disso. E estamos votando a reforma da Previdência, que é rigorosamente uma atrocidade contra os direitos de 120 milhões de trabalhadores.

Isso tudo é o Governo Temer, que tem como acusado na Lava-Jato ele mesmo, citado por Marcelo Odebrecht e citado numa reunião, em São Paulo, por ter recebido 40 milhões de reais, junto com Eduardo Cunha e Henrique Eduardo Alves.



Este Governo tem oito Ministros sob suspeição e uma Câmara dos Deputados com mais de cem arrolados na Operação Lava-Jato. Portanto não tem credibilidade nem legitimidade para votar esse tipo de reformas.

Então, é um Governo que se baseia em ajuste fiscal e corte de despesas, não tem um plano para melhorar as receitas, não tem um plano de desenvolvimento econômico e, tipicamente, quer fazer com que os trabalhadores paguem a conta da crise.

Mais do que isso, esse Governo mantém no Ministério da Justiça e Segurança Pública um ruralista, que está lá para massacrar os indígenas. E aqui nesta Casa, durante a sua gestão, houve uma CPI da FUNAI, quando foi exonerado o Presidente dessa Fundação.

Por isso, Sr. Presidente, nós queríamos deixar registrado aqui...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ALCEU MOREIRA** - Sr. Presidente, é o quarto minuto de prorrogação.

**O SR. IVAN VALENTE** - Nós queremos deixar registrado neste depoimento que é um Governo que suporta uma base parlamentar que quer acabar com a FUNAI, mas para criar uma espécie de serviço de proteção ao índio; que jogava roupa com varíola sobre as aldeias; que quer acabar com a demarcação das terras indígenas; e que quer colocar alguém que foi acusado na Operação Carne Fraca — o próprio Ministro foi pego em grampo.

Qual é a legitimidade dessa gente para mexer com as florestas, com as terras da União que são dos indígenas? Isso quer dizer um Governo retrógrado, reacionário, que deixará a marca do retrocesso civilizacional de mais de 60 anos na nossa vida pública.



---

Este é o balanço de 1 ano do Governo Temer, que nós queremos deixar aqui.  
Obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima sexta-feira, 12 de maio, completará 1 ano do Governo Michel Temer (PMDB). Alçado à condição de Presidente por um golpe, Temer tem se notabilizado por cumprir à risca a pauta das elites brasileiras em meio à recessão econômica e denúncias gravíssimas de corrupção. Nunca se viu um governo tão voraz quando se trata de retirar direitos sociais e impelir retrocessos civis e democráticos ao povo brasileiro.

Temer agoniza, mas não desiste. Apesar de toda a sua impopularidade, de ter oito Ministros citados na Lava-Jato, além dele próprio, o compromisso de fazer as reformas que o mercado financeiro e os grandes empresários querem virou a grande tábua de salvação do golpista.

O carro-chefe do Governo é a reforma da Previdência, rejeitada por 71% dos brasileiros, segundo o Datafolha. Nesta mesma pesquisa, 87% se opõem ao núcleo central da reforma, que são os 25 anos de contribuição, a idade mínima e a elevação da idade de aposentadoria para as mulheres. Para aprová-la o Governo joga todas as cartas, emendas, compra de votos, benesses, chantagens. Também opera para ceder em toda a pauta de retrocessos da sua base aliada. Por isso os ruralistas estão nadando de braçada, impondo mudanças legislativas que terão consequências gravíssimas para o futuro, como a Medida Provisória nº 759, de 2016, que representa a desconstrução da regularização fundiária no Brasil. Ou então o REFIS proposto pelo Governo, que deixa claro que o ajuste fiscal é seletivo



---

quando estão em jogo os interesses dos grandes sonegadores, incluindo os Parlamentares governistas.

Temer já cumpriu quase 40% do tempo que está previsto para seu mandato, até o fim de 2018, mas o rastro de destruição de direitos deixado durará por anos a fio, se não forem revertidos, com destaque para a PEC do Teto dos Gastos por 20 anos, a terceirização, o fim da exclusividade da PETROBRAS no pré-sal, a reforma do ensino médio e o ajuste fiscal nos Estados. Já a reforma trabalhista, que ainda precisa passar pelo Senado, virou a grande vitrine para o Governo aprovar a reforma da Previdência. A trabalhista muda mais de 100 artigos da CLT e tem como principal implicação o negociado sobre o legislado. Ainda mais num momento de crise e desemprego, isso significa que o trabalhador estará à mercê dos interesses do patrão. Não é à toa que na pesquisa Datafolha 61% dos brasileiros consideram que a reforma trabalhista atende aos interesses dos patrões. A restrição ao acesso à Justiça do Trabalho e coisas bizarras, como a possibilidade de demissão coletiva sem justificativa, são alguns dos itens em que os empresários foram blindados, numa legislação feita sob encomenda.

A pedra de toque do Governo sempre foi a política econômica, blindada pela grande mídia como algo sagrado e acima de qualquer suspeita. Até agora, o máximo de resultado foi reduzir a inflação, justamente como consequência da brutal recessão. Já o desemprego aumentou cerca de 30% em relação ao que era no final do Governo Dilma. As medidas adotadas pelo Governo aprofundam a recessão, as reformas terão como consequência maior desigualdade e a desconstrução de uma rede de proteção social quando a população mais precisa. O resultado será mais miséria e desespero para o povo.



---

Ao não vislumbrar uma recuperação econômica até o final de 2018 e retirar direitos como nunca se viu na história do País, Temer deve passar para a história como uma grande tragédia na vida do povo brasileiro, algo para ser esquecido, mas suas medidas até agora e as reformas, se forem aprovadas, insistirão em fazer o povo lembrar, de forma negativa, é óbvio, do seu Governo.

Com uma avaliação de ruim/péssimo em 61% e um índice de aprovação de míseros 9%, Temer mantém a duras penas maioria no Congresso lançando mão de todo tipo de barganha. Vinte dos seus 28 Ministros vieram do Parlamento. Os Ministérios foram aparelhados sem dó nem piedade, justamente uma das maiores críticas recebidas pelo Governo anterior. O caso da FUNAI é exemplar: um órgão foi completamente distorcido de sua função e sofreu cortes e pressão para aparelhamento ainda maior. O loteamento de cargos e o fisiologismo típico do PMDB e da base aliada fazem com que o Governo seja a cara do atraso em praticamente todas as áreas. O anacronismo não está só em um Ministério praticamente masculino, branco e de homens ricos, mas na relação nada republicana desses senhores com o bem público e a democracia.

Além de retirar direitos e aplicar uma política econômica recessiva, o Governo Temer é notoriamente corrupto. Oito Ministros citados na Lava-Jato, quase uma centena de Parlamentares da base governista envolvidos em esquemas de corrupção, o próprio Presidente citado em inúmeros esquemas. O mais escandaloso é a reunião em São Paulo com executivos da Odebrecht ao lado de Cunha, para abençoar um acordo que rendeu 40 milhões de dólares para o PMDB. Essa relação direta com a corrupção não passa despercebida para a população brasileira. Ainda





segundo o Datafolha, 73% consideram que Temer está envolvido no escândalo que atingiu em cheio PMDB e PSDB.

Com a impopularidade de Temer e a resistência popular às reformas, ganha mais ênfase o lado truculento de Temer e de seus aliados, aumentam as tentativas de criminalizar os movimentos sociais e de impedir que a população proteste, como o cerco ao Congresso Nacional. A dura reação à greve geral que parou o País no dia 28 de abril mostra a disposição do Governo de endurecer a repressão para assegurar a aprovação de sua política.

Os resultados de 1 ano de Governo dão conta das duras consequências que virão pela frente. O verdadeiro desmonte da Nação aponta apenas para um caminho, o da resistência. É preciso, mais do que nunca, o povo na rua para derrotar as perversas reformas de Temer. O povo brasileiro não merece e não aguenta mais 1 ano de Governo do golpista. Continua na ordem do dia o Fora, Temer!

Muito obrigado.

**O SR. CÍCERO ALMEIDA** (PMDB-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação nominal o Deputado Cícero Almeida votou com o partido.

**O SR. ALCEU MOREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria dizer o seguinte: deve haver em algum lugar do mundo um governo que tenha um programa pregado e praticado por esses que discursam contra o Governo Temer. Quem sabe o exemplo seja a Venezuela, da qual eles gostam muito. As pessoas perderam a liberdade de ganhar a fome pelas ruas da Venezuela.



Eles falam da CPI da FUNAI e do Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, um Deputado de vários mandatos nesta Casa; uma pessoa de personalidade e compromisso com a verdade; uma pessoa absolutamente preparada intelectualmente para desempenhar a função que desempenha.

Eles estão contrariados porque não conseguem fazer as falcatruas das suas ONGs transitarem nesse processo como se fossem donas absolutas. Eles estão contrariados porque não vão vir 50, 60, 100 milhões de reais de país de fora através das ONGs para instigar a luta de pobres contra pobres. Eles estão contrariados porque agora vai acabar essa falcatrua, essa quantidade de ONGs distribuídas no País para dizimar as matas.

Quem sabe, o modelo certo seja aquele da Raposa Serra do Sol, em que, depois de demarcadas as terras, os índios disputam um pedaço de pão velho com os urubus nos lixos. Será que esse é o bom modelo?

Digam-me esses que pregam e chamam o Governo Temer de retrógrado: será que é esse modelo que eles querem? Digam-me uma só aldeia indígena em que se demarcaram terras que foi tratada com dignidade e com soberania. Digam-me qual é a política para que as famílias indígenas, as tribos indígenas possam fazer sua evolução social de acordo com a liberdade e a sua própria vontade. Ou todos os índios querem o isolamento das matas? Ou se resolve todos os problemas indígenas com terras? Claro que não, absolutamente não!

A CPI da FUNAI, que eu presido, tem um relatório, mas o relatório não é feito em cima de mentiras, vergonhosas mentiras, como foi feito aqui. *“Agora, no Maranhão, deceparam a mão de um índio.”* É mentira! Aquilo era caboclo, não era índio. Lá não há terra indígena, nem índio. Em 2015, eles se autodeclararam índios.



Isso foi em 2015, mas eles pretendem a demarcação de 14 mil hectares de terra. Só que eles são caboclos. Não há terra indígena, nem índio. Pasmem! Na FUNAI não há sequer um grupo de trabalho para fazer a demarcação. O processo nem começou. Chega de discurso furado, irresponsável...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ALCEU MOREIRA** - Chega de discurso furado, irresponsável! Chega de balela de almofadinha, querendo resolver problema indígena! Chega! Em cima da mentira, não vão construir absolutamente nada! É uma irresponsabilidade colocar índios contra índios, na verdade caboclos contra caboclos.

Sabe quanto é a propriedade maior dos 553 hectares no Maranhão? São 30 hectares. Sabe quem são os donos? Pequenos proprietários rurais e pescadores. São esses que eles estão dizendo serem os “fazendeiros” que tentaram decepar as mãos. É mentira! Mas é uma mentira comunicada à imprensa internacional no dia seguinte, porque esse é o rito da balela, da irresponsabilidade dos mesmos que hoje abraçam Lula em Curitiba.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, quero dar um pronunciamento como lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Primeiro falará o Deputado Herculano Passos. Depois falará V.Exa.

**O SR. HERCULANO PASSOS** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em relação à PEC 304, ela é necessária. Temos que aprová-la para regulamentar as vaquejadas e não haver mais maus-tratos de animais.



Essa regulamentação é importante. A vaquejada é cultural aqui no Brasil, atrai turistas e tem que ser regulamentada.

Então, essa é uma proposta importantíssima, que está na pauta e que precisamos votar daqui a pouco. Precisamos aumentar o quórum para aprová-la, até porque também estaremos protegendo os animais. Caso contrário, essa atividade vai ficar clandestinidade.

Nós queremos que todos os esportes equestres sejam regulamentados. Daqui a pouco, não vamos nem poder andar mais a cavalo, porque, além da vaquejada e do rodeio, haverá outras proibições. Mas desde que o mundo é mundo, as pessoas andam a cavalo, as pessoas utilizam-se de animais. O aperfeiçoamento da raça animal aconteceu graças aos esportes equestres.

Então, temos que aprovar essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. CAIO NARCIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O Deputado Assis Melo está na frente.

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria dialogar um pouco, porque os Líderes da base do Governo vêm aqui dizer agora que tem que se aprovar o REFIS para resolver o problema do desemprego no País. Mas não diziam que a reforma trabalhista iria resolver isso?

Ora, o que vai resolver o problema do desemprego é uma política de fortalecimento da indústria, como a questão hoje do conteúdo local. Nós estamos aqui fechando, como V.Exa. mesmo conhece, postos de emprego nos portos no Rio de Janeiro e levando empregos para Singapura.



É por isso que precisa haver uma política de fortalecimento da indústria. Não se trata de apenas mentir para o povo, dizendo que reforma trabalhista vai acabar com o desemprego.

O Deputado que me antecedeu disse o seguinte: “*Não. Não foi decepada mão de índio, foi decepada mão de caboclo*”. Quer dizer que mão de caboclo pode? Quer dizer que mão de trabalhador ou de outros pode? Então, quer dizer que mão de índio não pode, mas de caboclo pode?

**O SR. ALCEU MOREIRA** - É mentira!

**O SR. ASSIS MELO** - Era só isso que eu gostaria de saber de V.Exa., que gosta de gritar. Era isso que eu gostaria de saber: de índio não pode, mas de caboclo pode? Foi isso que V.Exa. falou aqui. V.Exa. não vai gritar isso que falou ao microfone?

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. ASSIS MELO** - Mentiroso é V.Exa., que não assume o que fala. V.Exa. é que mente aqui. Está gravado o que V.Exa. falou ao microfone ali.

**O SR. CAIO NARCIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio. Depois falará o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade para manifestar o nosso apoio à votação da PEC dos esportes equestres.

Essa proposta é importante, pois valoriza algo que é cultural no Brasil. Ela respeita os animais, respeita uma atividade cultural que apoia e gera tantos empregos no País. É importante essa manifestação aqui.



Hoje está nos acompanhando no plenário o Prefeito de Governador Valadares, o André Merlo, que é um entusiasta dos esportes equestres, os quais estão espalhados por todo o Brasil, ajudam a economia num momento de crise como este e protegem a cultura brasileira.

Vale lembrar que é possível fazer com que as vaquejadas, os esportes equestres em geral aconteçam com respeito aos animais. É isso o que nós queremos.

Portanto, pedimos que essa proposta seja votada hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir que fosse transcrito nos Anais da Casa o editorial de ontem do jornal *Folha de S.Paulo*, um jornal liberal, intitulado *Cerco à Funai*.

O editorial, resumidamente, diz que o Governo Temer aumenta a vulnerabilidade em relação aos indígenas brasileiros. Cita Antônio Fernandes Costa, que foi demitido, e fala que o Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, é Ministro de uma causa. A causa do Ministro é a do agronegócio, a da carne. S.Exa. é o homem da Carne Fraca, é o homem que bate continência ao grande chefe preso na Operação Carne Fraca.

O editorial fala ainda do corte do orçamento da FUNAI, que agora está com 550 milhões de reais, ou seja, 100 milhões de reais a menos do que a primeira escola brasileira, a Escola Dom Pedro II, no Rio de Janeiro — que está com poucos recursos, de 650 milhões de reais em 2017.



Imagine a FUNAI, que trata dos indígenas em todo o território nacional!

Então, esse ataque aos direitos indígenas é compreensivo, porque o Ministro é amigo de um Alceu que tem formação acadêmica, mas, me parece que convive muito com bois e tenta tratar as pessoas humanas como se fossem gado.

Porém S.Exa. não vai tratar nem Deputado, nem indígena, nem quilombola como gado, porque nós exigimos respeito e resistiremos a essa violência. S.Exa. tem que ler um pouco. Se formos assistir ao futebol, vamos ver que o time alemão não é ariano e está cheio de negão, que o da Itália está cheio de negão.

E, no Brasil, esses ignorantes ficam falando que os indígenas, com mais de 500 anos de ocupação, desde o início da colonização, não podem se miscigenar. É total falta de capacidade de compreender o que é etnia e o que é a dinâmica da cultura brasileira.

Obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, peço para dar como lido o editorial da *Folha de S.Paulo* de ontem, no qual o jornal indica como a demissão de Antônio Fernandes da Costa do cargo de Presidente da FUNAI explicita uma “*revisão ideológica geral das políticas públicas*” do Governo Temer e vulnerabiliza, ainda mais, os indígenas brasileiros.

#### EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR

Cerco à Funai



A rumorosa demissão de Antonio Fernandes Costa do comando da Fundação Nacional do Índio (Funai), na sexta-feira (5), escancarou o conflito que se desenrola no órgão encarregado de zelar pela minoria mais vulnerável do país.

Indicado pelo minúsculo PSC e subordinado ao ministro da Justiça — o Deputado ruralista Osmar Serraglio (PDMB) —, Costa afirmou que, além da falta de verbas orçamentárias, ingerências políticas vinham cerceando sua gestão.

Mais diretamente, acusou Serraglio de ser "ministro de uma causa", a do agronegócio.

O arroubo retórico não deixa de ter fundamento. Se é verdade que o governo Michel Temer (PMDB) promove uma revisão ideológica geral das políticas públicas, esse movimento mostra-se particularmente intenso —chegando às raias do excessivo— quando se trata de interesses do setor agrícola.

Afora seu viés pró-mercado, que por vezes responde de forma estouvada aos múltiplos erros do estatismo petista, a administração ancora-se nas relações com o Congresso, onde a bancada ruralista talvez seja a força mais organizada.

No caso da Funai, diga-se, os problemas já vinham do governo Dilma Rousseff (PT), quando a atenção dada ao setor não satisfazia a demanda dos militantes.

Sob Temer, recrudesceram as pressões contra a demarcação de terras indígenas, enquanto a escassez geral de recursos não poupou, obviamente, a Funai.

Prestes a completar meio século de existência, a fundação, à qual cabe supervisionar 13% do território brasileiro, sofre com a depauperação de seu orçamento.

São pouco menos de R\$ 550 milhões autorizados neste ano, 19% abaixo do desembolso de 2013 (considerada a inflação). O governo federal gasta mais, por exemplo, com o tradicional Colégio Pedro 2º, no Rio de Janeiro, que disporá de R\$ 650 milhões em 2017.

Some-se a isso a indefinição administrativa recente. O presidente demitido durou pouco mais de cem dias no posto. Antes dele, o comando esteve nas mãos de interinos.





Como se não bastasse, a autarquia foi alvo de uma CPI, também controlada por ruralistas, que chegou a recomendar sua extinção, em relatório ainda não aprovado.

Nesse contexto, episódios como o covarde ataque a índios gamelas no Maranhão serão debitados na conta do governo. Este deve pacificar a Funai não apenas por questões de imagem, mas para ter condições de arbitrar o choque inevitável de interesses conflitantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Jefferson Campos.

**O SR. JEFFERSON CAMPOS** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de fazer o registro do aniversário de fundação da Faculdade de Direito de Sorocaba — FADI. Essa instituição, que já formou desembargadores, promotores, juízes e brilhantes advogados, completa 60 anos neste mês.

O Presidente da Fundação Educacional Sorocabana, a mantenedora da FADI, é o Antonio Carlos Delgado. Já o Desembargador José de Mello Junqueira é hoje o Diretor da faculdade.

Eu também tive o privilégio de fazer parte dos quadros da Faculdade de Direito de Sorocaba, pois lá estudei e me formei, tendo ingressado na Ordem dos Advogados do Brasil através do curso que lá concluí.

Então, gostaria de parabenizar todo o corpo docente e discente da FADI, os funcionários e alunos, tanto aqueles que já se formaram quanto aqueles que ainda virão a frequentar essa que é uma das melhores faculdades de Direito do Brasil e, para o nosso orgulho, está lá na nossa querida cidade de Sorocaba.

Faço este registro e peço que ele seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa.



---

## PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, começo este discurso citando Rui Barbosa: *“Onde quer que haja um direito individual violado, há de haver um recurso judicial para a debelação da injustiça; este, o princípio fundamental de todas as Constituições livres”*.

Para todas as sociedades, há um conjunto de leis que regem onde começa ou termina o direito de cada cidadão, ou seja, a Constituição. É fundamental a sua existência, e todos os seres humanos prezam por ela. Por causa dela, em todos os países, milhares de jovens buscam se aprofundar em seu conhecimento, a fim de se tornarem representantes da lei.

Há 60 anos, em minha querida Sorocaba, idealistas do conhecimento uniram forças para que, em nossa região, também pudéssemos oferecer conteúdo àqueles que desejassem cursar uma escola de leis.

O historiador José Aleixo Irmão, em *A Nossa de Direito*, baseando-se em jornais de 1950 a 1954, relatou que o Padre André Pieroni, o advogado Hélio Rosa Baldy e o industrial e bacharel José Pereira Cardoso sugeriram ao então Prefeito Gualberto Moreira que apresentasse à Assembleia Legislativa uma emenda ao projeto de lei de criação do Universidade do Interior, criando, em Sorocaba, uma faculdade de Direito.

Tudo foi cuidadosamente preparado, e a emenda foi feita. O Projeto de Lei nº 780, de 1953, dispunha sobre a criação do Projeto Universidade do Interior. De fato, numa primeira discussão, a emenda foi aprovada. Mas, esbarrando em questões financeiras, a ideia teria de esperar mais tempo.

Tal acontecimento causou muita inconformidade entre a classe estudantil, que,



através do estudante Aducto Marques da Silva, convocou, utilizando-se da imprensa, os interessados na fundação da Faculdade de Direito.

Apesar do plenário reunido no Círculo Ítalo Brasileiro e da comissão organizada para tratar da instalação e do funcionamento da escola, somente em 1956 é que o Prefeito Gualberto Moreira encaminhou o projeto de lei que criava a Faculdade de Direito. O mesmo foi aprovado em 16 de abril e transformou-se na Lei nº 424.

Em 15 de setembro do mesmo ano, foi baixado o Decreto nº 206, criando a Comissão Organizadora da Faculdade de Direito, composta pelo advogado Hélio Rosa Baldy, além de Ernesto Reis Rodrigues, Aducto Marques Silva, Sr. José Pereira Cardoso, Dr. Vicente Azevedo Sampaio, Dom Beda Kruze, tendo o Prefeito na presidência.

Em seguida, foi constituído o Corpo Administrativo Provisório, que dirigiria a fase final da criação da faculdade perante o Ministério da Educação — MEC, contando com Hélio Rosa Baldy, como Diretor; José Pereira Cardoso, como Diretor-Secretário; Ademar Adade, como Secretário-Administrativo; e Sílvio Campolim, como Tesoureiro-Contador.

No dia 12 de abril de 1957, por unanimidade, o processo de instalação e funcionamento da Faculdade de Direito de Sorocaba foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação.

A autorização presidencial para o funcionamento saiu em 30 de abril de 1957, no Rio de Janeiro, em uma audiência especial entre o Prefeito de Sorocaba, Gualberto Moreira, o Diretor da Faculdade, Hélio Rosa Baldy, e o Presidente da República, Juscelino Kubitschek.

Através do Ofício nº 3.944, de 2 de maio de 1957, do MEC, foi autorizado o



Calendário Especial. O primeiro vestibular aconteceu entre os dias 9 a 13 de maio de 1957, e, no dia 18 de maio, aconteceu a solenidade de implantação. A carinhosamente chamada “Nossa de Direito” foi a sexta escola de leis a ser implantada no Estado de São Paulo. Sua primeira turma graduou-se em dezembro de 1961.

A Faculdade de Direito de Sorocaba funcionou no prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no bairro Trujillo, até a construção da nova escola no terreno do Solar Vergueiro, antiga residência do Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, em 7 de fevereiro de 1969.

A FADI faz, neste mês, 60 anos de existência. Aproveito para homenagear não somente os seus idealizadores, mas cada advogado, juiz e profissional da Justiça que pôde se graduar por lá.

Promover a educação, a cultura e o direito é uma causa mais do que nobre para se abraçar. Por isso, disponho este tempo e espaço para promovê-la.

Parabéns à “Nossa de Direito”! Que ela continue a formar muitos outros profissionais!

Solicito, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar que, hoje pela manhã, juntamente com um grupo de colegas Parlamentares liderados pela Federação Brasileira das



Empresas Lotéricas — FEBRALOT e pelo Sindicato dos Agentes Lotéricos, Correspondentes Bancários, Comissários e Consignatários do Estado do RS — SINCOERGS, estivemos na Caixa Econômica Federal para falar com o seu Presidente, Sr. Gilberto Occhi.

Levamos a ele um projeto de valorização das taxas pagas às agências lotéricas, construído em conjunto pelos Parlamentares da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Lotéricos, da qual faço parte.

É importante que digamos isso com muita clareza, com muita franqueza, porque os lotéricos valem mais, merecem mais, precisam mais. Há agentes da Caixa esparramados pelo Brasil, em 12 mil pontos de parceria. Mas eles precisam de uma remuneração digna, de uma parceria que seja de duas mãos, para que possam manter suas estruturas e bem atender os trabalhadores, bem atender aqueles que buscam fazer o pagamento da água, da luz, do telefone, das prestações da casa própria, que buscam receber o Bolsa Família.

Enfim, as agências lotéricas prestam um serviço relevante à população. Elas são o braço estendido, o *longa manus* da Caixa Econômica Federal. Elas são como a galinha dos ovos de ouro da Caixa.

A Caixa não pode prescindir dos lotéricos, que são seus grandes aliados, assim como os lotéricos não podem prescindir da Caixa. Eu diria que eles são como irmãos siameses, estão umbilicalmente ligados e têm que se ajudar mutuamente.

Este projeto de lei, Deputado Luiz Carlos Hauly, viabiliza que os lotéricos possam ter uma melhor remuneração nas autenticações, nos valores que recebem em relação à Caixa.

Então, deixo um abraço aos lotéricos de todo o Brasil.



---

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado Pompeo...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, espere só um minutinho!

**O SR. LUIZ CARLOS HAULY** (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Só quero corroborar que foi muito boa a reunião com a Caixa hoje.

Quero parabenizar o Presidente da Caixa Econômica, porque a reunião foi muito boa. Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Muito obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção. Depois vou encerrar a votação.

**O SR. VALMIR ASSUNÇÃO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente da CPI da FUNAI e do INCRA, Deputado Alceu Moreira, veio aqui para externar justamente o comportamento que sempre teve nessa nesses últimos 2 anos da Comissão: a arrogância, a prepotência e, ao mesmo tempo, a vontade de criminalizar as organizações dos trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas.

Agora, S.Exa. tem que explicar para a sociedade brasileira, juntamente com o Relator, que é o Deputado Nilson Leitão — aquele que quer legalizar o trabalho escravo no Brasil —, como quer indiciar 16 procuradores da República. Não é atribuição do Parlamento fazer isso.

S.Exa. tem que explicar para a sociedade brasileira como quer acabar com a FUNAI sem propor nada para acompanhar a política indígena.



Mas S.Exa. também tem que explicar para a sociedade brasileira como, juntamente com o Relator, quer indiciar um morto, um servidor do INCRA que morreu em 2008.

O Relator, juntamente com o Presidente da Comissão, com muita vontade, com ódio contra o servidor público, contra o indígena, contra os trabalhadores rurais, quer indiciar um cidadão que morreu em 2008.

Esse é o relatório da CPI que não tem credibilidade nenhuma. É um relatório que quer perseguir as organizações sociais.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer. Depois vou encerrar a votação.

**O SR. ALFREDO KAEFER** (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria falar da Medida Provisória nº 766, de 2017, visto que fui integrante da Comissão Mista que a analisou.

Grande parte do conteúdo dessa medida provisória veio do Projeto de Lei nº 3.337, de 2015. É premente e necessária a sua aprovação porque o Programa de Regularização Tributária — PRT inicial não atendeu ao empresariado.

No bojo da MP 766, nós estamos dando uma possibilidade grande de as empresas poderem fazer a própria regularização fiscal. Isso é algo extremamente atípico hoje, mas é fruto da grande crise econômica que vivemos nos últimos anos.

As empresas querem e precisam colocar a sua vida fiscal em ordem, com prazo mais amplo para pagar seus impostos, com redução de multas e juros, com mudança no indexador nefasto da taxa SELIC, que é punitivo, que é um indexador financeiro, e não um índice de correção atuarial e de inflação.



Eu peço a V.Exa., Sr. Presidente, que faça a leitura da MP 766, para que, no prazo mais breve possível, possamos discuti-la aqui em plenário, até porque o seu vencimento se dá no dia 1º de junho. Assim estaremos, com certeza absoluta, criando um grande benefício para as empresas, que vão manter ou ampliar o número de empregos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Mauro Pereira, fale apenas por 1 minuto, pois preciso encerrar a votação.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que há outro grande agravante acontecendo na vida dos lotéricos: as empresas de transporte de valores simplesmente subiram o preço dos seus serviços em 140%.

Sem sombra de dúvida, para quem já recebe algo que não se pode mais dizer que é ganho, para quem está tentando sobreviver, como é o caso dos lotéricos, esse reajuste do transporte de valores por carros-fortes realmente é impactante no seu dia a dia.

Certamente o nosso Presidente da Caixa, Gilberto Occhi, juntamente com sua equipe, irá, sim, dar um retorno positivo para os nossos lotéricos, até porque eles fazem parte do dia a dia da população brasileira e prestam um excelente serviço, em especial para as pessoas mais carentes. Os lotéricos atendem todos aqueles que os bancos não querem atender — e o fazem com carinho e presteza.

Então, é muito importante o apoio da Direção da Caixa Econômica Federal a essas pessoas que prestam um serviço de extrema importância para o povo brasileiro.





Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação. Alguém não votou? (*Pausa.*)

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos encerrar, Sr. Presidente. Já se passaram mais de 2 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Aleluia! Foram 2 horas e 3 minutos.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação.

Resultado da votação:

SIM: 314;

NÃO: 100;

ABSTENÇÃO: 3.

O TEXTO FOI MANTIDO.



---

## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. CARLOS BEZERRA** (PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os bancos funcionam como qualquer tipo de comércio. A diferença é que eles vendem dinheiro.

Assim como um feirante compra seus tomates por um preço e vende por um preço mais alto, os banqueiros compram dinheiro por um preço e vendem por um preço mais alto. Os juros são esse sobrepreço.

Para os bancos captarem dinheiro e tê-lo em seu estoque, eles pagam juros baixos aos correntistas. Na hora de o banco emprestar, ele está vendendo esse dinheiro por um juro mais alto. A diferença entre o que o banco paga de juros ao mercado e a taxa que ele cobra desse mesmo mercado chama-se *spread*.

No Brasil, o *spread* é altíssimo, o maior do mundo, há mais de 60 anos. Isso sempre deixou os estudiosos intrigados. Qual seria a causa dessa peculiaridade?

O Banco Central resolveu estudar o assunto. Chegou à conclusão de que o *spread* brasileiro é elevado em decorrência do risco de calote. Cerca de 60% do *spread* seria para cobrir os riscos da inadimplência.

Para minha surpresa, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo contesta essa explicação e vários outros dados do Banco Central. Alega a FIESP que a Itália possui inadimplência três vezes maior que a do Brasil e *spread* oito vezes menor. A inadimplência brasileira em 2015 foi apenas 3,4 vezes maior que nos demais países, enquanto o *spread* foi 19,7 vezes superior. Além disso, enquanto a inadimplência brasileira subiu 30,2% entre 2011 e 2016, o *spread* do crédito aumentou 52% no mesmo período.



O Banco Central nega esse número, e a Federação Brasileira de Bancos — FEBRABAN coloca-se ao lado do Banco Central, contra a FIESP, quando diz que essa elevação do *spread* não é confirmada pelos dados. Além disso, o Banco Central diferencia o inadimplente do Brasil do inadimplente de países mais eficientes, como a Itália. Aqui, mesmo quando há bens em garantia, e os devedores finalmente pagam, os custos para receber esse dinheiro são mais altos do que em outros países. Nossa justiça e a burocracia são lentas, o que encarece todos os serviços e mercadorias, inclusive o dinheiro.

A FIESP questiona o peso dos demais itens que o Banco Central identifica no custo do *spread*: margem de lucro dos bancos, custos administrativos, recolhimento de compulsório e impostos diretos. A FIESP, sindicato patronal dos industriais paulistas, dá a entender que o *spread* é alto por causa do lucro dos banqueiros. Várias entidades sindicais de trabalhadores diriam o mesmo.

Mas nós, frente às argumentações contraditórias do Banco Central e da FIESP, continuamos sem respostas para o fato de o *spread* brasileiro ser o mais alto do mundo, há mais de 60 anos. Precisamos resolver esse problema, pois, quando os juros são altos, o dinheiro é caro, e empresas e pessoas fazem menos investimentos. Isso afeta a riqueza do país, o consumo e a produção.

O que, afinal de contas, faz os juros brasileiros serem tão caros? O lucro dos bancos? A FIESP diz que é impossível saber o lucro líquido do setor financeiro. O Banco Central diz que apenas 23% do *spread* correspondem aos lucros dos bancos. Os bancos, por meio de sua federação nacional, dizem que o lucro, descontados os impostos, é de apenas 16% do *spread*.

Independentemente da fatia de lucro dos bancos, o Banco Central age para



diminuir o *spread* da forma que está a seu alcance. Recentemente, revisou o chamado crédito direcionado, aquele que cobra juros subsidiados, a famosa Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP. Essa taxa corrige os financiamentos concedidos, principalmente, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

Para poderem emprestar barato, o BNDES e outros bancos estatais primeiro pedem emprestado, pagando um juro mais alto, inflacionando o preço do dinheiro. Ou seja, o direcionamento de crédito estatal representa uma parcela importante do custo atual do crédito livre.

Quero elogiar o trabalho do Banco Central quanto ao diagnóstico sobre a origem do *spread* e à tentativa de diminuí-lo. Mas também quero elogiar a contestação feita pela FIESP, pois essa polêmica ajudará a tornar clara a razão de o crédito ser tão caro no Brasil. É dessa discussão que surgirá a luz, senhoras e senhores. Espero ter contribuído um pouco nesse sentido.

Obrigado.



---

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro nota de repúdio do Professor Willian Leite.

#### NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Todas as manhãs de segunda-feira nem pareciam segundas-feiras, todos ao meu redor diziam estar cansados, com falta de ânimo, mas isso para mim não parasitava minha motivação, pois tudo isso logo era substituído por um frio na barriga, entretanto, não era por causa da paquera, ou por motivos de amizades, mas porque segunda-feira era dia de me encontrar com a Profa. Marli, era o momento de viajar a longas distancias, compreender coisas e mundos que nunca imaginei existir... Era sair para o mundo mesmo nunca tendo saído do estado de São Paulo.

Minha família era pobre e não podíamos assinar um jornal, mas no domingo meu pai me deixava comprá-lo, pois ele sabia que segunda-feira era dia da Tia Marli. Eu estudava em um colégio público, E.E.P.C.G Monsenhor Victor Ribeiro Mazzei (hoje escola municipal), e tinha apenas dez anos, mas aos domingos, lia o caderno de política, estudava quem eram os ministros, o que eles faziam, ou pelo menos o que deveriam fazer... Nas manhãs de segunda-feira aprendi o que são os 3 poderes e como deveriam agir independentes e democraticamente unidos pela causa comum, descobri o que um deputado federal faz, um deputado estadual desenvolve, até mesmo o que os vereadores e governadores são responsáveis de fazer, lembrando, tinha apenas 10 anos...

Em meu aniversário de 10 anos pedi de aniversário um mapa-múndi gigante, onde conseguia com meus dedinhos ainda em formação discernir onde cada país, continente estavam.

Marli Kato era mais que uma professora, era uma facilitadora, uma entusiasta que me fez um apaixonado pela história, suas aulas, sejam de atualidades, ou de história antiga eram aulas que faziam meu coração pular e minha mente devagar nos oceanos que me separavam cronologicamente do fato estudado.

Hoje, paradoxalmente em uma segunda-feira, recebo a insana notícia de que



a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) retirou a obrigatoriedade do ensino de história e Geografia no ensino médio, depois de ter um surto de raiva, como se alguém estivesse roubando um sonho, uma cláusula pétrea da vida, como se alguém fechasse a janela que outrora abriu o mundo para que eu pudesse ver, e hoje, depois de me formar em teologia, fazer minha pós e cursar atualmente o último ano de história, posso dizer que um pedaço de meu coração enegreceu-se, pois o menino que deveria ser um completo alienado, que até hoje não saberia distinguir entre legislativo e executivo, que encontrou na história uma escada para além do muro do senso comum, chora, pois as “Professoras Marlis” de todo Brasil, terão que talvez fazer salgadinhos na frente da escola para sobreviver e os “Willians” dos subúrbios e das periferias nunca se encontrarão com as empolgantes segundas-feiras...

Fico imaginando como será o papo de muitos daqui a 30 anos, pessoas procurando EUA no mapa da África, ou acreditando que os índios eram preguiçosos, os negros deveriam ser escravos mesmo pois mereciam tal opressão, confundirão Maomé com Moisés, ou ainda acharão que Cristóvão Colombo é o dono das “lojas Colombo”.

Quero reiterar que a BNCC está cometendo um crime contra a consciência democrática, a noção temporal de espaço e tempo do estudante, e mais, está colocando em risco milhares de trabalhadores nas áreas de história e geografia.

Nada justifica! Nenhuma alegação é plausível quando temos a vergonhosa realidade de um governo que aparentemente luta para gerar uma educação onde o tecnicismo sobrepuja a capacidade crítica e inquietadora da consciência.

Minha nota de repúdio...

Willian Leite, um professor.



**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, gostaria de cumprimentar, por terem participado da sessão solene que homenageia o aniversário de criação do moderno Estado de Israel, o Líder do PRB, Deputado Cleber Verde; o Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Presidente Nacional licenciado do PRB, Marcos Pereira; e o Presidente em exercício do PRB, Senador Eduardo Lopes. Também cumprimento os colegas Deputados Jony Marcos e Alan Rick pela iniciativa de propor a referida sessão.

O Israel que nasceu há 69 anos, dos escombros de uma ideologia das trevas, é um exemplo para historiadores. Sem ter um território por séculos e sofrer inúmeras perseguições ao longo da história, o povo judeu soube organizar-se rapidamente e hoje é a única democracia moderna da região.

A relação de amizade entre os nossos países já nasceu simbólica. Coube à Assembleia Geral da ONU, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, homologar a criação do Estado de Israel, na região histórica e religiosa do povo judeu.

Israel representa a síntese de uma sociedade aberta com a identidade de nação. Acredito que essa atitude política e social explica o desenvolvimento rápido que o país vivencia. Israel sabe que o conhecimento não é monopólio de apenas um povo, sabe que o pluralismo é ideal para que pessoas diferentes expressem seus pontos de vista dentro de um ambiente social estável. O resultado do pensamento político do povo judeu nós podemos medir em termos de Literatura, Prêmios Nobel e de registros de patentes que Israel deu ao mundo.

Um ideólogo pode considerar ironia Israel ser uma sociedade aberta, que trata de igual forma os diferentes. Como as nossas sociedades democráticas





peritem as mais variadas opiniões, compreendemos formalmente esses posicionamentos.

Entretanto, devemos dizer que o pluralismo do povo judeu permite que, no Knesset, a Assembleia Israelense, exista representação de partidos árabes.

Reforçamos que o Brasil democrático condena o sectarismo tribal, porque sabe que a sociedade aberta é aquela que se apresenta como a mais eficiente. Israel permite às pessoas desenvolverem os seus talentos para benefício próprio e coletivo. Por causa disso, transformou-se em um país com alto desenvolvimento tecnológico, a exemplo da medicina tão avançada, onde palestinos feridos também foram atendidos.

Contra a mentalidade tribal e preconceituosa, o Deputado Antonio Bulhões, do nosso PRB, apresentou um projeto de lei que modifica a Lei do Racismo, para tipificar como crime a negação da ocorrência do holocausto.

Para as nossas sociedades democráticas e abertas, que já superaram essa mentalidade preconceituosa, comemoramos a amizade entre Brasil e Israel com um grande feito. Concluímos em 2010 o Acordo de Livre Comércio. Comércio é a principal maneira de os povos estabelecerem laços de amizade e de evitarem conflitos. Afinal, ninguém transaciona com quem desconfia.

O Brasil já aproveita a crescente confiança advinda do acordo. Exporta para Israel os principais itens da nossa competente agropecuária. São produtos agrícolas que tem muita tecnologia incorporada em cada grão, graças à pesquisa de ponta desenvolvida pela nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA.

Em contrapartida, as empresas brasileiras desenvolvem, em conjunto com as



---

israelenses, tecnologia dos sistemas eletrônicos que equiparão os novos produtos militares que, em breve, estarão na pauta de exportação da nossa EMBRAER.

Tudo isso significa progresso sustentável para o Brasil. Tudo isso só é possível porque nossos países cultivam os princípios da liberdade e da confiança recíprocas.

Com espírito de abertura plural, Israel, mesmo em ambiente conflituoso, consegue ser exemplo de qualidade. Por esse motivo, este Parlamento se engrandece quando decide realizar esta sessão solene para homenagear o povo de um país que gera inúmeros benefícios para todos os outros.

Parabéns ao Estado e ao povo de Israel por mais esse aniversário. Que Israel tenha sempre o reconhecimento internacional de que o povo judeu é digno e capaz.

Que Deus abençoe Israel! Que Deus abençoe o Brasil! Que Deus faça eternar-se a amizade entre essas duas nações!

Obrigado.



---

**O SR. RONALDO CARLETTO** (Bloco/PP-BA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa precisa aprovar o meu Projeto de Lei 1.688, de 2015, que cria o Fundo Nacional de Recuperação de Nascentes de Rios. A água potável é imprescindível para a vida humana, e cada vez mais se ganha consciência do quanto ela é escassa e preciosa.

E os rios são as principais fontes de água disponível para consumo. Ocorre que, por mais caudalosos que sejam, normalmente originam-se de pequenas nascentes. Para formar um rio, a água subterrânea brota de aquíferos para constituir pequenos córregos que se unem em leito mais volumoso.

Essa dinâmica é muito delicada e bastante dependente das características físicas e sociais do ambiente. Pequenas alterações podem ter impactos vultosos para o ecossistema local.

Por isso, a vigilância ambiental das nascentes de rios deve ser constante. E como os rios costumam ser alimentados por diversas minas d'água distantes entre si, a fiscalização pode ser muito custosa. Além disso, muitos fatores decorrentes da ocupação territorial podem alterar o regime hídrico de um ecossistema, e todos devem ser monitorados.

A construção de currais, chiqueiros, galinheiros e fossas sépticas próximas às nascentes podem contaminar suas águas. Nesse caso, os dejetos encontrariam as águas das demais nascentes, com potencial de comprometimento da qualidade de toda a água do rio.

Mas ainda mais preocupante é o processo de desmatamento, pois leva a erosões nas áreas de cabeceira ou de recarga. Com isso, fica comprometido o reabastecimento dos lençóis freáticos, aquíferos e nascentes, reduzindo tanto a



quantidade quanto a qualidade da água disponível.

Imagine, Sr. Presidente, o quão custosa pode ser a fiscalização de aspectos como esses nas inúmeras nascentes que alimentam um único rio. Para se ter uma ideia, o combate à degradação ambiental levou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco a elaborar o Plano Nascente, abrangendo, apenas de início, 10 mil nascentes. É natural, portanto, que essa fiscalização ambiental seja muito onerosa.

Por isso, é preciso garantir fonte de recursos diretamente vinculada a essa atividade. A importância do tema e a complexidade da missão são incompatíveis com a situação atual, em que o financiamento é dependente de decisões discricionárias das autoridades competentes.

Aprovado o projeto, estarão assegurados os meios para fomentar que este País continue tendo tantos rios de notória qualidade. A pesquisa de novas técnicas de preservação e as ações de recuperação do que já foi degradado, por exemplo, terão fonte de custeio segura. A medida é essencial para resguardar que água potável esteja acessível à posteridade.

A proposição já foi apreciada pela Comissão de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que foi unanimemente favorável à aprovação da matéria. Será examinada, a seguir, pela Comissão de Finanças e Tributação e, por fim, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Dados os notórios benefícios desse fundo para a preservação ambiental, é imperativo que essas Comissões também aprovelem o texto.

Muito obrigado.



**O SR. MARCIO ALVINO** (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que venho hoje aqui felicitar um importante Município do Estado de São Paulo que festejou o seu aniversário dia 5 de maio: Biritiba Mirim. São 53 anos de história, cultura e contribuição ao desenvolvimento do Alto-Tietê.

Apresento os meus mais sinceros votos de congratulações na pessoa do ex-Prefeito Inho Taino; do Vereador e Líder da bancada do PR, Marcelo Batista De Miranda Melo (o Marcelo da Imobiliária); da ex-Vereadora Adriana Rufo Freitas; dos Vereadores Jorge Mishima, Lourival Bispo de Matos, Carlos de Araújo, Leonardo Venancio Molina (o Raposão), Roberio de Almeida Silva (o Roberio do Esporte), Jose Rodrigues Lares (o Zé do Brejo), Fernando Jose Gonçalves (o Fernando Gondim) e Walter Machado de Almeida; e a Liderança do PR, Gilson De Freitas; a toda população desta linda cidade, que conta com todo o nosso apoio e dedicação.

Tive 8.689 votos em Biritiba Mirim, sendo o candidato a Deputado Federal mais votado na cidade. Por isso, ainda mais que o carinho que já tenho pela sua população, eu tenho igualmente um grande compromisso com todos os seus municípios: o de trabalhar para trazer políticas públicas e investimentos que melhorem a qualidade de vida de todos ali. Até hoje, já indiquei e intermediei mais de R\$ 1,5 milhão, sendo que deste valor indiquei este ano para o Instituto Reviver o valor de R\$ 100 mil para a aquisição de equipamentos.

Como Presidente da Frente Parlamentar Mista dos Municípios Produtores de Água, também tenho o compromisso de trabalhar na criação de mecanismos que compensem Biritiba Mirim por sua produção de água, buscando formas de captação de recursos que potencializam a sua vocação ambiental.



Concluo, ressaltando que tanto eu quanto o Deputado Estadual André do Prado estamos sempre com as portas de nossos gabinetes abertos para Biritiba Mirim e que a população pode sempre contar com o nosso empenho e a nossa dedicação para levar investimentos para esse Município de gente forte, com pessoas dedicadas, belas paisagens e uma cultura rica.

Biritiba Mirim e biritibanos, parabéns por essa data especial!

Muito obrigado.



**O SR. DR. SINVAL MALHEIROS** (Bloco/PTN-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes ou que me ouvem, leem e veem pela *Rádio Câmara* ou pela *TV Câmara*, Internet, redes sociais, inclusive por meio da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, em particular os ilustres cidadãos do meu Estado, São Paulo, aos quais tenho o orgulho de aqui representar, uso hoje esta tribuna para lembrar a todos que se comemora neste mês, em 12 de maio, o Dia do Enfermeiro, categoria de trabalhadores a quem a sociedade muito deve pelo seu trabalho dedicado, generoso e extremamente penoso.

Trata-se de profissão secular, cujos bravos integrantes são os únicos a permanecerem 24 horas por dia ao lado de um enfermo, oferecendo-lhe carinho e dedicação, e que conta com um símbolo de resistência, tenacidade, desprendimento, competência e coragem, a personagem heroica Anna Nery.

Poucos são os profissionais que têm como símbolo uma personagem como essa, mulher de posses, condecorada no Brasil pelos serviços prestados durante a carnificina da Guerra do Paraguai — 1865-1870 —, onde esteve acompanhando os filhos e os irmãos. Serviu como enfermeira voluntária, enfrentou a morte de perto para salvar muitas vidas, inclusive de inimigos da pátria, e tornou-se exemplo ao mundo. Hoje, Anna Nery é cultuada como a Patrona dos Enfermeiros do Brasil.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nesta ocasião tão importante, não poderia deixar de ressaltar a batalha do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo — SEESP, que vem construindo, ao longo dos anos, uma trajetória de vitórias e significativa atuação em prol do bem-estar da categoria, tanto na vida profissional como na social, visando às condições dignas e justas de trabalho.



Registro, portanto, meus cumprimentos e reconhecimentos à Presidente Solange Caetano, extensivos a toda a Diretoria: Elaine Leoni, Josefa Bezerra do Vale, Ana Lúcia Firmino, Natanael da Costa, Anuska Schneider, Péricles Batista, José Alberto Milhazes de Castro, Ivonildes Ferreira da Silva, Rodrigo Firmino Romão e Ricardo Fernando de Campos.

Não poderia deixar de lembrar também que, hoje, a enfermagem representa 52% dos trabalhadores em saúde no País, profissionais que, infelizmente, sofrem com as péssimas condições de trabalho e remuneração, além dos casos de assédio moral, que têm levado ao adoecimento, e da luta diária referente à jornada de trabalho.

A regulamentação da jornada em 30 horas semanais é uma batalha que as entidades têm enfrentado com o objetivo de garantir qualidade de vida aos trabalhadores, permitir a capacitação profissional e proporcionar mais tempo para que eles descansem e fiquem com seus familiares. Além disso, a probabilidade de se cometerem erros enquanto se assiste um paciente é maior após um longo período de trabalho. Isso acarreta prejuízo para o profissional, que não realizará suas atividades com perfeição.

Este não é um trabalho fácil, por isso, é fundamental a participação ativa deste Congresso nas decisões e nas lutas constantes da categoria. Somente assim a enfermagem será valorizada como realmente merece.

Como médico, venho informar que somente o Estado de São Paulo conta com mais de 120 mil enfermeiros e enfermeiras que precisam de nosso compromisso e apoio.

Nobres Parlamentares, falo de uma atividade que é essencial à saúde da





população brasileira e desenvolve a maioria das ações em saúde nas redes privadas e públicas. É comprovada a exposição desses profissionais a riscos físicos e biológicos inerentes ao exercício profissional, tanto que o Poder Judiciário vem admitindo a profissão de enfermagem, exercida por auxiliares, técnicos e enfermeiros, como de natureza especial, autorizando a concessão da aposentadoria especial aos 25 anos de contribuição previdenciária.

Finalmente, aproveito a ocasião para saudar os enfermeiros e as enfermeiras pelo seu dia. Essa profissão, ao lado do preparo técnico, requer de modo muito especial qualidades humanas das mais nobres, dedicação sem limites, disciplina permanente e fidelidade irrestrita a princípios éticos que fazem a grandeza dessas pessoas. Meus parabéns!

Muito obrigado.



**O SR. LUCIANO DUCCI** (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, participei de uma reunião na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), onde defendi a importância da duplicação da Rodovia PR-418, para concluir o chamado “Contorno Norte de Curitiba”.

O Contorno Norte interliga uma série de rodovias que chegam a Curitiba e desvia o tráfego pesado das regiões centrais da cidade. É um trecho de extrema importância para o desenvolvimento de toda parte norte da Região Metropolitana de Curitiba, em especial dos Municípios de Colombo e Almirante Tamandaré, e que tem uma importância econômica grande para todo o Paraná.

A proposta de duplicação tem um traçado que passa por uma faixa reservada para o corredor metropolitano e que já faz parte do Plano Diretor de Colombo.

A construção do Contorno Norte é de responsabilidade da concessionária Arteris - Autopista Regis Bittencourt, cujo projeto está em discussão há anos, mas até hoje não foi possível iniciar a obra por causa da indefinição do traçado. Em 2014, o IBAMA vetou o projeto da concessionária e solicitou que fossem corrigidos alguns pontos de viabilidade ambiental, principalmente o impacto na área da EMBRAPA Floresta. A proposta apresentada para a ANTT visa solucionar a finalização do Contorno Norte, sem a necessidade de impactar a área da EMBRAPA.

Com a duplicação teremos um fôlego no trânsito para os próximos 20 anos. Hoje, pela via de pista simples, passam diariamente mais de 15 mil veículos. Participaram da reunião a Prefeita de Colombo, Beth Pavin, o Vice-Prefeito, Sergio Pinheiro, e o Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), Omar Akel.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja veiculado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos canais de comunicação desta Casa.



**O SR. ROBERTO BALESTRA** (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e *Rádio Câmara*, todos nós estamos sofrendo com esta crise que se arrasta há pelo menos 3 anos, resultado de uma administração — que felizmente ficou no passado — desastrosa e descomprometida com a coisa pública. Mas tenho convicção, nobres pares, de que, mesmo que todos os cidadãos e gestores estejam sentindo os graves efeitos da nossa recessão econômica, não há como medir o sofrimento pelo qual passam as pessoas nos menores Municípios brasileiros, em cada interior e rincão deste País. São as mais penalizadas, infelizmente, as cidades que têm poucas alternativas de geração de emprego e renda e dependem, quase que exclusivamente, dos repasses federais, por meio do Fundo de Participação dos Municípios, ou de convênios, e que têm visto seus recursos despencarem nos últimos anos.

Quando não estou aqui, participando das atividades parlamentares em Brasília, faço questão de estar o tempo todo junto às minhas bases, em cada um dos Municípios goianos em que recebi pelo menos um voto. E não foram poucos. Meus 85.534 votos para este mandato foram conquistados em 244 dos 246 Municípios do meu Estado. Nesse meu trabalho junto às bases, o que tenho acompanhado é um cenário desolador, com obras e ações paradas, desemprego e dificuldade de assistir à população mesmo nas necessidades mais básicas.

O Governo Temer, na medida do possível, tem se mostrado sensível às demandas municipalistas e feito o que pode, diante dessa recessão, para liberar recursos. O Presidente também recebeu os líderes do movimento municipalista, mostrando-se disposto a debater a pauta, mas sabemos que as necessidades



municipais vão bem além disso, e o cenário está longe de ser o esperado.

Até por isso, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a mobilização dos Prefeitos para que tenham voz se faz cada vez mais necessária. Aguardamos com expectativa a Marcha dos Prefeitos de 2017, que está programada para ocorrer na semana que vem, aqui em Brasília.

A melhor redistribuição dos recursos da União com uma revisão do pacto federativo é sempre uma das demandas a ser debatida. Mas, todos concordamos que, no momento em que vivemos, há ainda outros temas imprescindíveis e extremamente urgentes, como o parcelamento da dívida dos Municípios, e a contribuição dos Prefeitos e líderes municipais em discussões como a da reforma da Previdência, que também impacta a realidade deles.

Tenho certeza, por fim, de que a principal demanda do movimento municipalista para este ano, assim como de qualquer setor sério da sociedade organizada, é que o Governo mantenha a determinação e a força no enfrentamento à crise. A retomada do nosso crescimento é a necessidade mais urgente para que os gestores possam garantir o resgate de seus compromissos com a população e a consequente melhoria da vida dos cidadãos em seus Municípios.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



**A SRA. IRACEMA PORTELLA** (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, apresentei recentemente o Projeto de Lei nº 7.504, de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas a bicicletas em estacionamentos públicos e privados.

A nossa proposta acrescenta artigo à Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Essa legislação visa promover a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e da mobilidade de pessoas e cargas nos Municípios. É, sem dúvida, um instrumento da política de desenvolvimento urbano.

Entre os princípios e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, merece destaque a prioridade dos modos de transporte não motorizados sobre os motorizados e dos serviços coletivos sobre o individual.

Um dos objetivos dessa Política é o de melhorar as condições urbanas da população no que diz respeito à acessibilidade e à mobilidade, é promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades.

Temos observado, nos últimos anos, um aumento na infraestrutura dedicada ao uso da bicicleta como meio de transporte. Trata-se de medida muito positiva, que traz benefícios não apenas para as condições de mobilidade, mas também para o meio ambiente e a saúde pública. É uma tendência que está totalmente de acordo com o que prega a nova legislação brasileira da área de mobilidade urbana. No entanto, os adeptos do ciclismo ainda enfrentam, entre as inúmeras dificuldades do dia a dia, a falta de locais apropriados e seguros para deixar suas bicicletas.



Esses lugares podem ser de dois tipos: os bicicletários, normalmente espaços internos e fechados, com suportes para as bicicletas; e os paraciclos, que são estruturas em geral feitas de metal para prender as bicicletas, colocadas em estacionamentos, praças e outras áreas.

É fácil observar, porém, que estacionamentos públicos e privados, abertos ou não, costumam ter vagas para automóveis e motocicletas, mas raramente possuem locais adequados para bicicletas, com os paraciclos.

Assegurar essas vagas não é uma operação complicada. Ao contrário dos outros veículos, as bicicletas necessitam de pouco espaço, sendo possível acomodar de seis a dez unidades num lugar correspondente a uma vaga de veículo.

Portanto, podemos concluir que a ausência de vagas para bicicletas pode ser explicada, principalmente, por uma cultura que ainda privilegia o automóvel. É justamente com o intuito de contribuir para uma mudança desse cenário que propomos esse projeto de lei. A nossa intenção é de que o Plano de Mobilidade Urbana passe a incorporar a previsão de reserva de vagas para bicicletas, com paraciclos, em estacionamentos públicos e privados, devidamente sinalizadas, em número equivalente a 5% do total, com especificações que atendam às normas técnicas vigentes.

Na certeza da relevância dessa matéria, espero contar com o apoio de todos os pares para a rápida aprovação da iniciativa, que, certamente, trará mais qualidade de vida aos moradores das nossas cidades.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



**O SR. STEFANO AGUIAR** (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a escravidão tornou-se ilícita no País com a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. A votação dessa lei no Parlamento brasileiro de então contou com pouquíssimas manifestações em contrário, mostrando que se formara consenso de que era vil forma de exploração humana.

É certo que o fim da legalidade do trabalho escravo deve ser celebrado, pois acarretou oportunidades mínimas de vida digna a enorme contingente de brasileiros. Mas não se pode exagerar, pois ainda é evidente a enorme dívida que temos com a população negra deste País.

No dia 4 de abril, subi a esta tribuna para homenagear o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Na ocasião, destaquei o tanto que os negros brasileiros ainda sofrem enquanto maioria em números, mas minoria em desfavorecimento. O acesso ao mercado de trabalho ainda é parco para essa população, que também é notoriamente mais sujeita a ser vítima de violência.

Isso é resultante do fato de a abolição da escravatura não ter sido acompanhada de medidas para inclusão social dos escravos libertos. Ainda muito estigmatizados, não encontraram condições para proverem-se de vida realmente digna. A verdade é que, infelizmente, essa é a realidade de inúmeros negros em todo o mundo.

E pesa contra a imagem deste País ter sido a última Nação a abolir a escravidão como forma aceitável de trabalho. O impacto da medida foi tamanho que, 1 ano após a assinatura da Lei Áurea, o Brasil tornou-nos uma república. Essa forma de governo estava se tornando cada vez mais comum, mas a falta de inclusão de



tamanho contingente de brasileiros contribuiu para que o País continuasse visto como atrasado.

Felizmente, porém, essa imagem está sendo revertida. É uma triste realidade que, embora ilícito, o trabalho escravo ainda é utilizado em muitas partes do mundo. Em geral, as vítimas novamente costumam pertencer a grupos minoritários. Pois bem, o combate ao trabalho escravo no território nacional tem sido eficaz, e o País está entre os que menos o empregam. Trago dados da publicação do Índice Global de Escravidão, pela Free Walk Foundation, em 2016, que ajudam a entender a situação brasileira quanto ao tema perante o resto do mundo.

Na Coreia do Norte, por exemplo, mais de 4% da população é considerada escrava, enquanto o Brasil conta com apenas 0,078%. Esse percentual brasileiro é quase um terço da Itália, nação considerada muito mais avançada. Apenas 16 países, dos 167 pesquisados, possuem situação melhor do que a brasileira.

Desse modo, a imagem de país associado à escravidão vai sendo reparada. Isso, porém, não é o suficiente para fazer frente à dívida histórica que ainda temos. Inúmeras medidas foram adotadas para a inclusão social dos negros, como as leis que criam cotas em universidades e no serviço público. O resultado é que, cada vez mais, a população reconhece-se como negra.

Mais iniciativas como essas precisam ser adotadas para que o País possa se ver como tendo efetivamente superado a escravidão. Isso ocorrerá apenas quando a população negra tiver oportunidades igualitárias de trabalho, segurança e qualidade de vida em geral.

Muito obrigado.





---

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a sanção à Lei nº 13.430, de 2017, que institui o Dia Nacional de Combate à Sífilis e a Sífilis Congênita, deve ser celebrada. Além de fixar a data, a lei estimula o combate à doença, caracterizando importante contribuição para o seu controle.

O País necessita melhorar os índices referentes à moléstia. A Organização Pan-Americana de Saúde e o UNICEF fixaram a meta de redução da incidência de sífilis congênita para menos de 0,5 casos por mil nascidos vivos até 2015. O objetivo esteve longe de ser alcançado pelo Brasil, que viu amplo crescimento do número de casos.

Em 2011, o Governo Federal lançou a Rede Cegonha, visando dar assistência à mulher e à criança do pré-natal ao pós-parto. Suas ações incluíam a triagem da sífilis no âmbito da Atenção Básica. Almejava-se a eliminação da sífilis congênita, mas o resultado foi bastante diverso.

Com a expansão do diagnóstico por meio de testes rápidos, houve elevação na taxa de detecção de sífilis em gestantes. Mas é importante destacar que isso não significa que há mais casos da doença. Apenas se sabe de ocorrências antes ignoradas.

De qualquer forma, os dados levantados em referência a 2013 mostraram que o Brasil estava muito distante de alcançar a meta estabelecida pela OPAS e pelo UNICEF. A sífilis congênita foi diagnosticada em 4,7 por mil nascidos vivos, quase dez vezes o almejado.

Acho importante destacar que o aumento de notificações de sífilis foi considerável em todas as Regiões brasileiras. Na Região Sul, em particular, o



acréscimo chegou a 44,7%. Já no meu Estado do Rio de Janeiro, apurou-se a ocorrência de 17,5 casos por mil nascidos vivos, mais do que o triplo da média nacional.

Além disso, a situação geral do País apresenta o agravante de a maior parte dos diagnósticos ter ocorrido tardiamente. Mais de 36,3% dos casos foram constatados no terceiro trimestre da gestação, contra 24,8% dos apurados no primeiro trimestre.

Nesse contexto, fazem-se muito importantes as campanhas de conscientização sobre a sífilis promovidas pelo Governo Federal. No último mês de outubro, o Ministério da Saúde assinou carta de compromisso com 19 associações e conselhos de saúde, estabelecendo ações estratégicas para a redução da sífilis congênita no País. Na ocasião, foi apresentada campanha publicitária, chamando a atenção para ações de prevenção à sífilis.

Ora, políticas preventivas são sempre preferíveis ao tratamento, e quase sempre incluem dar conhecimento à população sobre a doença. No caso da sífilis, o uso correto e regular da camisinha é importante medida de prevenção, e novas campanhas podem ampliar o uso do preservativo. O benefício desse resultado, inclusive, iria além do combate específico à sífilis.

As campanhas de conscientização sobre a sífilis, portanto, são muito louváveis. E o Governo Federal está fazendo a sua parte, por exemplo, ao ampliar a publicidade do tema durante o carnaval, quando realizou, junto à Prefeitura de Várzea Paulista e ao Estado de São Paulo, campanhas entre os dias 24 e 28 de abril. A essas medidas somam-se inúmeras campanhas de Prefeituras e Estados ao longo do território nacional.



Verifica-se, assim, que os Poderes Executivos brasileiros estão empenhados em eliminar a sífilis entre as patologias que acometem a população. Persistindo esses trabalhos, o País, enfim, superará esse grave problema de saúde pública.

Muito obrigada.



---

**O SR. BILAC PINTO** (PR-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o direito público subjetivo à educação de qualidade, pública e gratuita, é requisito para a efetivação de uma série de direitos ligados à democracia, como o exercício de uma cidadania crítica, a escolha consciente de representantes políticos, o acesso à informação e tantos outros direitos que dependem de uma formação crítica e emancipadora.

De fato, o máximo objetivo de uma educação que se pretenda emancipadora é a formação crítica da pessoa, para que se posicione no mundo e possa transformá-lo.

O colunista da *Folha de S.Paulo* Demétrio Magnoli, no último 29 de abril, abre assim a sua coluna: *“A missão do professor é ensinar a pensar, não catequizar sobre o certo e o errado. Uma carta divulgada por 14 alunos do Colégio Santa Cruz, criticando a adesão de seus professores à greve geral, evidencia que eles aprenderam”*.

Após uma série de escolas privadas de São Paulo cancelarem as aulas de sexta-feira, 28 de abril, por causa da adesão dos seus professores ao chamado de greve geral, um grupo de 14 alunos do Colégio Santa Cruz, escola tradicional da Zona Oeste de São Paulo, divulgou uma carta defendendo a reforma da Previdência e cobrando lucidez dos seus professores. No meu sentir, é muita maturidade de um educando quando cobra responsabilidade dos seus próprios mestres, como que clamando por coerência quando a prática contradiz a teoria.

Conforme denunciou o jornalista, os alunos criticavam seus mestres por apelarem a *“noções generalistas de justiça social”* e pautarem-se *“em um maniqueísmo exacerbado”*, adotando uma *“forma de pensar”* que *“simplifica e*



*empobrece o debate”* sobre a reforma previdenciária. Para os discentes, seus mestres caíram no discurso fácil do sindicalismo, em vez de buscar abaixo da superfície as causas reais do estado de coisas que solapa a dignidade da Nação brasileira.

Permitam-me, nobres pares, ler dois parágrafos da carta desses 14 estudantes:

*Além disso, o Brasil já gasta uma porcentagem maior do PIB em Previdência do que a média da OCDE, mesmo sendo um país relativamente jovem. Com o envelhecimento do país, que ocorre a passos largos, segundo o IBGE, os improporcionais 13% do PIB gastos pelo Brasil só tendem a aumentar. Não obstante, o número proporcional de pessoas economicamente ativas tende a diminuir. Ou seja, enquanto a expectativa de vida só aumenta e a população em geral só envelhece, parece razoável aos professores que as regras se mantenham as mesmas.*

*Ao dificultar a aposentadoria por tempo de contribuição, a reforma previdenciária contribui para a diminuição da desigualdade no Brasil, visto que, no geral, quem se aposenta antes dos 65 anos são os mais ricos, em decorrência da dificuldade dos mais pobres de serem empregados com carteira assinada de maneira regular. Segundo o DataPrev, o valor médio concedido por tempo*



*de contribuição é de mais de 2 salários mínimos, enquanto o concedido por idade supera por pouco a faixa de 1 salário mínimo.*

Demétrio Magnoli, o articulista da *Folha*, resumiu muito bem a sua análise ao mostrar que muitos de nós, brasileiros, muitas vezes somos mais ávidos por direitos individuais, alguns travestidos de mordomias, do que por direitos sociais universais. Lutamos por repasses em moeda sonante, na forma de aposentadorias precoces, pensões especiais, bolsas, multas rescisórias, passes livres, cestas básicas, uniformes escolares, faltas abonadas, cotas raciais, meia-entrada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



**O SR. RENZO BRAZ** (Bloco/PP-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago para análise um importante tema: a urgente necessidade de liberação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA do medicamento Spiranza e sua consequente distribuição ordenada pelo SUS.

Este remédio é o único com eficácia comprovada no tratamento da atrofia muscular espinhal, conhecida como AME. Mais grave quando presente já na primeira infância, essa doença não tem cura e impede o desenvolvimento motor e respiratório do bebê.

No Brasil, pais buscam apoio para a importação do Spiranza, porque ele freia o processo degenerativo da doença e traz uma melhor condição de vida para seus filhos. O tratamento é caro e precisa ser ministrado por toda a vida.

E nós, como governantes, temos a obrigação de fazê-lo acontecer.

Muito obrigado.



## **VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 109.3.55.O**  
**Data: 10/05/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 109.3.55.O**  
**Data: 10/05/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5199**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 10 de maio, às 18h5min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, e Proposta de Emenda à Constituição nº 304, de 2017. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 109.3.55.O**

**Data: 10/05/2017**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5199**

---

***(Encerra-se a sessão às 18 horas e 4 minutos.)***